

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO – RECURSOS HUMANOS
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CONTRIBUTOS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL PARA
O DESENVOLVIMENTO DO BAIXO ALENTEJO
UM CÍRCULO TURÍSTICO**

Dissertação de Mestrado apresentada por:

Lurdes de Jesus Serrano Coelho Borralho Rita

ÉVORA
1999

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO – RECURSOS HUMANOS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**CONTRIBUTOS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DO BAIXO ALENTEJO
UM CÍRCULO TURÍSTICO**



Dissertação de Mestrado apresentada por:

Lurdes de Jesus Serrano Coelho Borralho Rita

**ÉVORA
1999**

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO – RECURSOS HUMANOS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**CONTRIBUTOS DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DO BAIXO ALENTEJO
UM CÍRCULO TURÍSTICO**

MESTRANDA:

Lurdes de Jesus Serrano Coelho Borralho Rita

ORIENTADOR:

Prof. Doutor Francisco Martins Ramos

AGRADECIMENTOS

A oportunidade da realização deste trabalho intelectual centra-se, fundamentalmente, na aplicação do conhecimento teórico científico adquirido ao longo do Mestrado e, ao mesmo tempo, permite algumas reflexões mais profundas constituindo um modesto contributo para a compreensão da problemática em estudo.

Para a sua realização teve, obviamente, a orientação, a ajuda e o apoio de algumas pessoas envolvidas, a quem desejo manifestar o meu agradecimento, pois sem a sua colaboração não seria possível a consecução deste projecto de investigação.

O meu primeiro e mais profundo agradecimento é dirigido ao meu orientador, Prof. Doutor Francisco Martins Ramos, pela sua disponibilidade, sempre que esta foi solicitada, pelo modo crítico e sugestivo com que, desde sempre, acompanhou a elaboração deste projecto, pela competência e orientação nos ensinamentos que me transmitiu, que enriqueceram e fortificaram as reflexões sobre a temática em estudo e, ainda, pelo modo como respeitou as minhas sugestões e escolhas, deixando sempre o caminho aberto à liberdade de criação.

À Prof^a Doutora Mariana Cascais e Prof. Doutor Eduardo Figueira, docentes no curso de Mestrado, manifesto o meu apreço, pela transmissão de conhecimentos que me inculcaram, e pela motivação que me suscitaram.

À Dr^a Alda Vitória Baltazar o meu reconhecido agradecimento pela cedência de documentação e trabalhos de investigação que efectuou no âmbito da temática em análise.

Ao Dr. Orlando Pereira manifesto o meu agradecimento pela disponibilidade e apoio ao nível da recolha de documentação necessária existente na Associação de Municípios de Beja.

À Eng^a Rosário Costa reconhecidamente agradeço o apoio ao nível da documentação e mapificação relativas ao espaço geográfico da região em estudo.

Ao Dr. João Martins pretendo também exprimir o meu agradecimento pela concessão de documentação solicitada imprescindível à obtenção de dados estatísticos.

Um agradecimento muito reconhecido merecem, também, os Presidentes das Câmaras, Vereadores do Pelouro do Turismo e da Cultura e Presidentes das Juntas de Freguesia dos concelhos em análise, Empresários do Sector do Turismo e o Presidente do Conselho de Administração da EDIA, pelo empenhamento e disponibilidade para a realização das entrevistas que se revelaram imprescindíveis na obtenção de um conhecimento mais profundo da problemática em estudo e a sua articulação com a região.

O meu sincero agradecimento dirijo-o, também, a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para minorar as dificuldades encontradas na pesquisa.

Por último, reservo uma palavra de carinhoso agradecimento aos meus familiares mais directos, pelo seu empenhamento e constante incentivo. À minha filha Catarina, o meu maior agradecimento pela meiguice com que muitas vezes aceitou a minha ausência e, igualmente, um enorme pedido de desculpas pela minha indisponibilidade que ela, certamente, um dia compreenderá.

ÍNDICE

RELAÇÃO DE QUADROS, MAPAS, GRÁFICOS e FIGURAS.....	6
INTRODUÇÃO	9
PRIMEIRA PARTE: O TEMA	14
A- A PROBLEMÁTICA DE ESTUDO	15
CAPÍTULO 1 - CONCEPTUALIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	15
1.1 O Turismo como factor de Desenvolvimento	15
1.2 Enquadramento geral da problemática do Desenvolvimento.	20
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
2.1 Vectores Fundamentais de Pesquisa	39
2.2 Metodologia e Delineamento do Estudo	42
CAPÍTULO 3 - O FENÓMENO TURÍSTICO	47
3.1 Enquadramento Histórico do Fenómeno do Turismo	47
3.2 O Turismo em Portugal	55
3.3 O Turismo como Fenómeno Social Contemporâneo	66
3.4 O Turismo e a Componente Cultural	73
SEGUNDA PARTE: O CONTEXTO	77
B- ENQUADRAMENTO REGIONAL	86
CAPÍTULO 4 - O ESPAÇO SOCIOGEOGRÁFICO	86
4.1 Localização, Estrutura Demográfica e Sócio-Económica do Baixo Alentejo	86
4.2 Localização, Estrutura Demográfica e Sócio-Económica das Áreas de Estudo	93
TERCEIRA PARTE: O TURISMO EM ESPAÇO RURAL	114
C - A PROBLEMÁTICA DO ESENVOLVIMENTO DO MUNDO RURAL	115
CAPÍTULO 5 - CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL	115
5.1 A Emergência de novas formas de Turismo	115
5.2 Genuíno e Diferente: Espaço Rural/Espaço Turístico	121
5.3 O Turismo e o Desenvolvimento das Regiões Rurais	125
5.4 O Turismo em Espaço Rural no Baixo Alentejo	135
CAPÍTULO 6 - ANÁLISE DO TURISMO NO BAIXO ALENTEJO	145
6.1 Perspectiva dos Informantes-Chave face ao Turismo no Baixo Alentejo	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
BIBLIOGRAFIA	158
ANEXOS	170

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro I - Evolução do Turismo Mundial (1950-1996)	53
Quadro II - Evolução do Turismo em Portugal (1936-1950) Entrada de Estrangeiros	57
Quadro III - Evolução do Turismo em Portugal (1951-1970) Entrada de Estrangeiros	58
Quadro IV - Evolução do Turismo em Portugal (1971-1996) Entrada de Estrangeiros	60
Quadro V - Estratégias do Turismo	118

RELAÇÃO DE MAPAS

Mapa 1 - Enquadramento Geográfico da Área de Estudo	79
Mapa 2 - Baixo Alentejo	80
Mapa 3 - Concelho de Alvito	81
Mapa 4 - Concelho de Beja	82
Mapa 5 - Concelho de Cuba	83
Mapa 6 - Concelho de Ferreira do Alentejo	84
Mapa 7 - Concelho de Vidigueira	85
Mapa 8 - Proposta da Rota Turística	157

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População Activa por Sector de Actividade Económica- Baixo Alentejo	89
Gráfico 2 - Variação da População Residente - Concelho de Alvito	94
Gráfico 3 - Variação da População Residente - Concelho de Beja	100
Gráfico 4 - Variação da População Residente - Concelho de Cuba	104
Gráfico 5 - Variação da População Residente - Concelho de Ferreira do Alentejo	107
Gráfico 6 - Variação da População Residente - Concelho de Vidigueira	111

RELAÇÃO DE FIGURAS

Fig.1- Castelo de Alvito	97
Fig. 2- Santuário de S. Neutel - Vila Nova da Baronia	98
Fig.3 - Castelo de Beja	102
Fig.4 - Ruínas Romanas de Pisões em Beja.....	102
Fig.5 - Igreja Matriz de Cuba	105
Fig.6 - Ponte Romana em Cuba	105
Fig.7 - Barragem de Odivelas.....	108
Fig.8 - Capela do Cálvario em Ferreira do Alentejo.....	109
Fig.9 - Ruínas de São Cucufate- Vila de Frades.....	113
Fig.10 - Adega de Vidigueira.....	113
Fig.11 - Gastronomia Tradicional Alentejana.....	140
Fig.12 - Fabrico de pão caseiro.....	140

Fig.13 - Doçaria Tradicional Alentejana	140
Fig.14 - Fabrico de Cestos de verga.....	141
Fig. 15 - Fabrico de mantas de lã.....	141

INTRODUÇÃO

A presente dissertação surge com o objectivo de apresentar um estudo sociológico do fenómeno do turismo, cuja natureza se reveste de grande actualidade nas sociedades modernas, face aos novos domínios que assume no processo de desenvolvimento, nas dimensões económica, social e cultural, desencadeando novos valores e novos factores de mudança ao interferir, estrategicamente, nos modelos de desenvolvimento e projectando, através destes, as ambições futuras das sociedades.

A opção pela análise do fenómeno do turismo e a sua articulação com as novas concepções de desenvolvimento, suscitaram a pertinência deste estudo, partindo do pressuposto teórico-conceptual que o turismo, pela dimensão e importância que alcançou nas sociedades modernas, é o resultado das mudanças operadas nessas mesmas sociedades. Tais mudanças verificaram-se através de factores vários como o declínio do tempo individual no local de trabalho devido aos ganhos de produtividade, o aumento dos rendimentos, a importância crescente das possibilidades de consumo e tempo livre, a alteração da estrutura socio-económica, com a passagem de um conjunto de actividades ligadas à indústria para um conjunto de novas actividades ligadas à economia de serviços. Deste modo a complexidade funcional das sociedades, com uma crescente heterogeneidade de situações sociais, suscitou o surgimento de novas formas de culturas alternativas e novos convívios sociais que preenchem os novos tempos de lazer.

O surgimento de condições ou factores cada vez mais estáveis de progresso social e cultural proporcionaram ao homem novas formas de vida que o incentivaram a conhecer novos lugares, novas culturas, ou seja, incutiram-lhe no espírito motivações diversas entre elas a viagem, a evasão ao meio, na descoberta de novos prazeres através da prática do turismo.

É, pois, dentro de um contexto de desejo/necessidade de evasão e satisfação da curiosidade, que nos parece ancorar o tão difundido gosto pelas

viagens, base afinal do turismo moderno. Fenómeno de massas, o turismo dos nossos dias é um reflexo duma sociedade que, às motivações mais profundas atrás abordadas, conseguiu adicionar o seu tempo livre às possibilidades económicas de as tornar realidade.

Numa perspectiva de entendimento da problemática em estudo, o presente trabalho permitirá perceber a difusão do turismo, ao longo dos tempos, e o seu papel de fenómeno totalizante nas sociedades actuais, ao considerá-lo como uma das actividades que mais tem contribuído para pôr em movimento milhões de pessoas, e ainda se ter transformado, neste final de século, numa das actividades que se estende a todos os cantos do mundo. A sua contribuição para a criação de riqueza e melhoria do bem estar das populações faz-se sentir de múltiplas formas, atendendo à sua dimensão como fenómeno totalizador que, se articula com as várias componentes que penetram e interagem nos domínios tão diversos da sociedade.

Deste modo, o trabalho de investigação que se apresenta decorre da pesquisa analítica e empírica no propósito de compreender a complexidade do tema em estudo, considerando-se pertinente e essencial articular, de forma lógica e coerente, o turismo ao processo de desenvolvimento nas diversas formas que pode assumir como factor de desenvolvimento local/regional.

Assim, perfilhando a convicção de que o turismo surge duma necessidade imperativa e como alternativa de diversificar as actividades económicas, pretende-se compreender, de forma lógica, este fenómeno em espaço rural e a sua importância face às concepções de desenvolvimento preconizadas para o mundo rural. É, neste contexto, que a questão fundamental trata de perceber de que forma a actividade turística se relaciona com as restantes funções existentes no espaço rural. De facto, e devido à sua recente expansão e ainda por ser previsível que esta tendência se venha a manter no futuro, é de todo o interesse reflectir sobre os seus possíveis e variados efeitos no mundo rural.

Assim, o enquadramento geográfico que se privilegia é o Baixo Alentejo, por se considerar uma região com um conjunto de potencialidades endógenas

capaz de estimular a procura turística e contribuir, através desta, para uma nova revitalização do tecido económico e produtivo. No entanto, embora o Baixo Alentejo seja a “grande região” em estudo nesta pesquisa, optou-se restringir a investigação a cinco concelhos apenas que, geograficamente se encontram circunscritos, formando um círculo, o que possibilita interligar os recursos e potenciais endógenos de cada um, de forma a gerar oferta turística, facilitando assim a oportunidade de um projecto de desenvolvimento estruturante e integrado.

A região em análise não deixa de se identificar como muitas outras do país, apresentando tendências negativas que se fazem sentir, desde índices de desertificação humana acentuados, envelhecimento das populações, incapacidade de fixar a população jovem, e reduzida dimensão económica. É neste sentido que se torna pertinente desenvolverem-se outras actividades complementares às existentes, para revitalizar estas regiões na sua dimensão sócio-económica.

Tentar valorizar o turismo em espaço rural implica, antes de mais, a compreensão de que estamos perante uma actividade onde vários interesses se defrontam e em que as expectativas variam consoante os actores considerados. E se é verdade que com isto não queremos apontar para uma espécie de luta de classes no seio do turismo rural, também não devemos esquecer que estamos a tratar de uma realidade que não é isenta de contradições e, o óptimo para uns pode bem não o ser para outros.

Deste modo, para os poderes centrais e poderes locais, o turismo em espaço rural é dimensionado como uma forma de valorizar este espaço, melhorar as condições de vida das suas populações e tentar ultrapassar ou minimizar os estrangulamentos que fragilizam a sua dinâmica. Existem, na zona, fortes potencialidades de desenvolvimento das actividades turísticas e de lazer, que poderão ser exploradas por forma a conseguir estruturar uma base económica que mobilize investimentos, diversifique e qualifique os produtos, valorize as identidades que podem atribuir um carácter de excepção

a este destino turístico regional e cative segmentos de mercado consonantes com o carácter desta modelação da oferta turística.

Nesta perspectiva, a abordagem do turismo em espaço rural, encarada como factor de desenvolvimento local na região do Baixo Alentejo, reveste-se de grande actualidade e oportunidades no âmbito do Quadro de Apoio Comunitário e no Plano de Desenvolvimento Regional preconizado para 1994/99. Convém referir que esta investigação tem implícita a convicção de que esta região possui um vasto património natural e cultural que deveria ser aproveitado, com as oportunidades que se evidenciam nas medidas nacionais e comunitárias, definidas nos documentos referidos.

No âmbito daquele Plano, a cultura, o património, a gastronomia e o artesanato são factores estratégicos para o desenvolvimento de um turismo muito especial, virado sobretudo para os valores culturais que são já uma preferência para alguns turistas.

Assente que está a diversidade de potencialidades intervenientes para o desenvolvimento do turismo em espaço rural, uma parece certa: este fenómeno de expansão recente acarreta com ele transformações que, de forma inexorável, produzirão uma nova realidade rural.

A estruturação da presente dissertação propõe três segmentos de análise e reflexão, os quais, na minha opinião, mais do que aprofundados de forma exaustiva, deverão ser, sobretudo, articulados de forma a permitir a obtenção de uma matriz relacional, interpretativa e explicativa da problemática do fenómeno turístico.

Deste modo, a introdução que se apresenta, visa apresentar a natureza da pesquisa inerente aos vectores principais do presente estudo, já que, ao fazê-lo, estamos ao mesmo tempo a explorar conceitos inerentes à investigação.

A primeira parte corresponde à conceptualização da problemática de estudo; no primeiro capítulo procura-se esclarecer a interligação do turismo com a problemática do desenvolvimento e o seu enquadramento; no segundo capítulo definem-se os vectores fundamentais inerentes à pesquisa e os

procedimentos metodológicos que conferem objectividade à investigação e, para finalizar esta primeira parte, um terceiro capítulo referente ao enquadramento histórico do fenómeno turístico a nível mundial e em Portugal, bem como a compreensão do turismo como fenómeno social contemporâneo e sua relação com a componente cultural.

Na segunda parte, procede-se a uma abordagem do espaço sociogeográfico, julgada pertinente para se compreender o fundamento do objectivo desta pesquisa.

A terceira parte centra-se essencialmente no objecto de estudo desta investigação, ou seja, a problemática do turismo em espaço rural e o seu contributo para o desenvolvimento das zonas rurais. No capítulo seis apresenta-se a análise da recolha de informação prestada pelos informantes-chave através da técnica qualitativa seleccionada (entrevista). Considero ainda interessante e enriquecedor para o trabalho integrar algumas imagens ilustrativas de potencialidades turísticas existentes nos concelhos em estudo, e ainda se apresenta uma proposta de intervenção turística, tendo como pano de fundo a sub-região em estudo.

O trabalho encerra com as considerações finais.

PRIMEIRA PARTE: O TEMA

A - A PROBLEMÁTICA DE ESTUDO

CAPÍTULO 1 - CONCEPTUALIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

1.1- O TURISMO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO

Perante a diversidade e complexidade de novos modelos de desenvolvimento que, ao longo dos tempos, têm surgido nas sociedades actuais com o objectivo de alterarem padrões para a melhoria da qualidade de vida das populações, cada vez mais é a necessidade imperiosa de procurar alternativas e estratégias emergentes para que o processo de desenvolvimento, em toda a sua dimensão e complexa funcionalidade, intervenha na vida das comunidades com efeitos imediatos e urgentes, em domínios que se prendem com o bem estar e satisfação das necessidades básicas das comunidades.

Deste modo e perante a diversidade de actividades económicas, sociais e culturais consideradas como verdadeiros factores estratégicos nas políticas de desenvolvimento, o turismo como actividade recente que é, é já considerado uma moderna indústria que em dezenas de países já atingiu o estatuto de primeiro motor do desenvolvimento que faz movimentar milhões de pessoas empurradas na engrenagem do consumo.

De facto, e devido ao crescimento que se tem verificado no sector do turismo a nível mundial, nomeadamente nas ultimas décadas, é plausível o definirmos como uma das actividades económicas mais dinâmicas e mais generalizadas do mundo de hoje, e ainda um factor estratégico que permite lançar as bases do desenvolvimento económico e social. Contudo, a integração do turismo no processo de desenvolvimento económico não pode esquecer o homem, a sua cultura, a sua inserção social, o meio ambiente em que vive e os factores naturais e patrimoniais, pois "O turismo é uma

actividade que, ... está relacionada com uma multiplicidade de factores de ordem técnica, económica, social, cultural e ambiental que só nos últimos anos começou a ser compreendida..." (Baptista 1997:35).

No entanto, o fenómeno turístico integrado numa concepção global de desenvolvimento não pode ser considerado um factor de desenvolvimento isolado ou independente, quer para maximizar os seus efeitos sobre o desenvolvimento económico, quer ainda para evitar ou atenuar as situações de dependência económica que pode provocar. De facto, não pode ser encarado isoladamente, pois entre as actividades económicas estabelecem-se sempre interdependências e complementaridades, pelo que é, sem dúvida, importante a influência que esta actividade, conjuntamente com outras actividades do sector dos serviços (nomeadamente os transportes, as comunicações, as instituições bancárias entre outras) exercem no processo de desenvolvimento.

Deste modo, importa referir que a União Europeia considera o turismo como um vector imprescindível ao processo de desenvolvimento. Contudo, não o considera um factor de desenvolvimento autónomo e isolado, ele necessita sempre de outras actividades ou factores, quer económicos, sociais ou culturais que o complementem.

Neste contexto e perante as várias transformações e mudanças sociais, económicas e políticas que têm ocorrido nas sociedades modernas, onde se verificam cada vez mais desequilíbrios económicos e sociais, assimetrias e desigualdades sociais que, na verdade se revelam fenómenos difíceis de contrariar, o turismo poderá ser uma das actividades que contrarie esses desequilíbrios, face à sua dimensão como fenómeno integrador com finalidades essenciais que lhe concedem um importante lugar nas sociedades modernas. Finalidade social porque o turismo permite garantir às populações condições essenciais para melhoria de qualidade de vida; finalidade económica porque contribui para a solução de problemas económicos e é factor de dinamização da actividade económica global; finalidade territorial porque contribui para compensar ou atenuar os desequilíbrios regionais; finalidade patrimonial porque pode e deve contribuir para proteger o meio

ambiente e valorizar o património cultural; por último finalidade cultural porque o turismo, por um lado, é um importante instrumento de promoção e divulgação do património cultural existente e, por outro lado, cada vez mais se vai transformando numa forma de cultura, ou seja, num património de conhecimentos, de atitudes e de experiências que contribuem para transformar o mundo material e criar novos valores.

De facto, o turismo é um fenómeno irreversível, social, humano, económico e cultural, previsivelmente destinado a exercer uma elevada influência no ambiente em geral das sociedades modernas. Na verdade, o turismo constitui um sector chave do processo de desenvolvimento, desempenhando a par de uma função essencialmente económica, funções de natureza social e cultural de grande relevo e estabelece, ainda, interdependências profundas com os restantes sectores da actividade económica, cuja interligação importa coordenar de forma equilibrada e objectiva.

Com efeito, a expansão do fenómeno turístico tem gerado, nos tempos que correm, um número considerável de impactos de natureza económica e social, não só a nível regional, mas, também a nível das comunidades locais. Para além de instrumento catalizador da actividade económica, o turismo desempenha, ainda, um papel relevante uma vez que ele contribui também para a melhoria do nível de vida, para o bem estar e promoção social; “deste modo, encarar-se o turismo numa perspectiva globalizante e integradora, considerando-o como um importante factor de dinamização económica, social e cultural, capaz de corrigir desequilíbrios e reduzir assimetrias, é compreender o actual processo de evolução social e garantir um desenvolvimento local e equilibrado” (Baltazar 1994:81).

Nesta perspectiva, e ao enumerarem-se os diversos benefícios que o turismo poderá acarretar em termos de desenvolvimento, há que ter em conta que por vezes os resultados obtidos com o fomento desta actividade poderão não coincidir com aqueles que são esperados, uma vez que as “actividades

turísticas, por vezes intervêm de forma negativa, acelerando a degradação do ambiente, dos valores patrimoniais e sectoriais” (Simões 1993: 81).

Assim, o turismo não pode ser entendido como um fim, mas antes como um meio de desenvolvimento económico e social, porque sendo uma indústria fornecedora de bens e serviços, é também uma peça indispensável para o desenvolvimento regional. Com efeito, quer considerado como actividade produtiva e económica, quer como actividade de desenvolvimento social e cultural de uma determinada região, o turismo é um sistema complexo que obriga a que o seu planeamento seja regulado e organizado tendo em conta outros sectores de actividade, isto porque ele é uma actividade geradora de outras actividades que lhe servem de suporte. Neste sentido, pressupõe que deva orientar-se pela intransigente defesa da qualidade num adequado ordenamento da oferta, no equilíbrio do aproveitamento dos espaços, na procura da qualidade dos serviços prestados, e ainda da intensificação da formação e da dignificação profissional no sentido da melhor hospitalidade, pois o sucesso de qualquer actividade turística dependerá da capacidade de resposta às necessidades e preferências dos turistas.

De facto, o turismo é entendido como uma fonte de riqueza de recursos significativos em qualquer país ou região desde que devidamente planeado e estruturado. O turismo pode constituir uma fonte estratégica de desenvolvimento e contribuir para a protecção do meio ambiente, melhorar a qualidade de vida local e regional, bem como valorizar o património cultural e os recursos naturais, sociais e humanos. Mas para que isto aconteça, há que haver um planeamento adequado de modo a poder estruturar-se todas as fases de implementação dum projecto turístico, tendo sempre em conta os recursos existentes, as comunidades envolventes e a sua identidade cultural, atendendo a tradições, costumes, mentalidades e formas de vida.

Nesta perspectiva, o turismo deve rentabilizar os recursos e potencialidades endógenas de determinado país ou região, através de uma intervenção estratégica com condições de partida susceptíveis de dinamizar a especialização desses recursos. Contudo, para a obtenção deste desiderato é

importante que o turismo seja pensado de forma controlada e com regras exigíveis para que não se torne um fenómeno mais negativo do que positivo.

Neste sentido, a grande aposta a nível dos países da União Europeia é a promoção do turismo de base regional, especialmente nas zonas rurais com evidentes potencialidades naturais e imprescindíveis para um projecto de desenvolvimento local, que beneficiaria as comunidades envolventes. Isto porque, “na realidade o turismo oferece *a priori*, declaradas vantagens face a outras actividades concorrentes, sobretudo quando consideramos tratar-se de uma actividade que facilmente se adequa à estrutura sócio-económica de zonas rurais e de fraca densidade populacional, pela disposição difusa dos seus produtos e serviços. Para além do mais, o menor investimento de capital exigido, a comercialização (in loco) dos seus produtos e serviços e o facto de se tratar de uma indústria exportadora isenta dos custos inerentes à exportação tradicional, permite considerar a actividade turística em meio rural como potencial de desenvolvimento”(Setas 1993:16).

Neste sentido a procura de um turismo alternativo oposto ao turismo massificado, surge com o objectivo de valorizar, preservar e aproveitar as zonas de interior, designadamente zonas rurais. Deste modo, equaciona-se o turismo em espaço rural como factor estratégico do desenvolvimento local e regional. O turismo em espaço rural constitui um vector de desenvolvimento em regiões rurais, que se caracterizam como áreas desfavorecidas, com fracos recursos económicos e um conjunto de aspectos que são condicionantes ao processo de desenvolvimento.

O turismo em espaço rural tem sido considerado como uma das actividades susceptíveis de contribuir para a diversificação das áreas rurais, atendendo às tendências actuais da procura sobretudo no que se refere às motivações da população das áreas urbanas: realização de actividades ao ar livre, procura do contacto com a cultura local, e com o património ambiental e natural.

1. 2 - ENQUADRAMENTO GERAL DA PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO

A problemática do desenvolvimento é, na actualidade uma questão complexa que tem conduzido a diversas interpretações, inclusivamente com repercussões negativas, contagiando praticamente todos os sectores (económica, social, cultural e política) de uma sociedade.

De facto, o conceito de desenvolvimento penetrou profundamente na realidade social, como uma preocupação global que atinge todas as camadas de uma sociedade, assumindo novos contornos e novas concepções, mudando radicalmente as formas de viver, de produzir e de pensar das populações. Um dos factores mais relevantes no processo de transformação das sociedades é a crescente percepção da interdependência e universalidade dos fenómenos sócio-económicos.

É com as profundas alterações introduzidas pela Revolução Industrial que as sociedades passam a dispôr de novos instrumentos e processos de trabalho onde a maquinaria tem papel importante para uma maior e crescente quantidade e variedade de produtos (Amaro 1990). Nesta perspectiva, e na esteira de Roque Amaro, esta evolução e transformação, assente nos binómios produção-consumo, desencadeiam profundas desigualdades a nível de todos os sectores da sociedade, provocando repercussões negativas mas também positivas, que se acentuaram em diferentes e diversas regiões e países.

Cada país, cada região, cada área específica encontra-se numa situação própria de desenvolvimento. E, é a partir de cada situação que o processo de desenvolvimento se comporta tendo em conta fenómenos que lhe estão subjacentes, o que se traduz num processo de mudança global que, para além da economia, atinge o comportamento das pessoas, as relações sociais, os valores morais e culturais e as instituições.

Neste contexto, o desenvolvimento de modo algum se configura como um processo de natureza eminentemente económica ou como questão predominantemente política; configura-se, também, como processo de mudança social. Deste modo, “o conceito de desenvolvimento sofreu alterações profundas, nos seus conteúdos e práticas, tendente a ser cada vez mais um conceito aberto à interdisciplinaridade, à análise integrada e sistemática, à ideia de diversidade e de mutabilidade, à dimensão ambiental, à participação, e à valorização do seu sentido humano” (Amaro: 1991: 19).

Com a entrada do século actual, a aceleração do crescimento industrial e urbano e o desenvolvimento científico e tecnológico induziram os homens mais informados ou mais envolvidos em actividades criativas, bem como aqueles que, economistas ou possuidores de capitais, os aplicavam na indústria e na produção de bens e serviços, à crença de uma humanidade superior que tudo manipulava e dominava.

A sociedade industrial de base produtivista foi-se alargando, num processo imparável e contínuo, pelo ídolo de Progresso, que inegavelmente se tem traduzido por um vultuoso contributo para melhor satisfação de muitas necessidades do homem. Todavia, tem lançado os povos de todo o mundo numa luta e competição sem tréguas, e sem limites, com o objectivo de obter maiores índices de consumo de bens considerados como sinónimos de bem-estar, de riqueza, e de melhor qualidade de vida.

Com efeito, são os mecanismos da sociedade de consumo, com a criação de necessidades supérfluas, a tendência para a superdimensão económica e a ausência de mecanismos de autocontrolo inerentes à tecnologia moderna que fazem avançar o poder económico das grandes potências.

Este processo foi possível pela dominação de grande parte da Humanidade por um número reduzido de países que mais rapidamente souberam alcançar as rédeas do poder económico. Surgem daqui então, três novos conceitos face à possibilidade nova de produzir e consumir um maior número de produtos, ou seja: o crescimento económico que se traduz no

progresso da humanidade conduzindo a um desenvolvimento puramente económico (Amaro 1990).

Contudo, se o crescimento económico constitui, pelo menos até agora e no horizonte mais próximo, condição necessária do desenvolvimento, de modo algum pode ser entendido, como condição suficiente ao processo de desenvolvimento. E isto torna-se especialmente evidente na era pós-fordista que vivemos, em que não se aposta no desenvolvimento puramente económico, mas sim que este seja gerido de forma integrada e participada. É, necessário obrigar as populações, as comunidades a participarem nos processos e nos acontecimentos que concebem as suas vidas e exigirem uma nova ordem económica, pois o mero crescimento económico não é um verdadeiro desenvolvimento, porque esgota os recursos que podem sustentar as actividades humanas e tem ainda contribuído para o distanciamento entre os países ricos e os mais pobres.

Assim, o velho mito de que ao crescimento macro-económico, viria a corresponder uma melhoria de condições de vida e potencial produtivo da população no seu conjunto, não se encontra actualmente fundamento válido. Pois o crescimento económico, por si só, não é sinónimo de melhoria de condições de vida de toda a população.

Para fazer face a esta dificuldade, tem-se defendido a tese de uma política deliberadamente orientada para a melhoria do nível de satisfação das necessidades básicas da população, incluindo a correcção das desigualdades existentes e a criação de oportunidades de emprego para todos.

Face ao paradigma dominante de um modelo económico de cariz liberal, em que o desenvolvimento sócio-económico é secundarizado ao crescimento da produção e da produtividade e a especialização produtiva se dobra à concorrência internacional, não é demais sublinhar a importância de concepções alternativas de desenvolvimento que possibilitem processos de evolução mais humanos e de efeitos menos desiguais.

Perante este cenário de profunda insatisfação, a nível mundial, a teoria de desenvolvimento, e os modelos que a estruturam têm-se fundamentado em

diferentes paradigmas que oscilam com visões diferentes e opostas no processo do desenvolvimento.

O paradigma funcionalista, encontra as raízes da sua fundamentação teórica no pensamento económico neoclássico e na polémica em torno do crescimento equilibrado versus desequilibrado. A concepção do desenvolvimento em que assenta este paradigma, não se distingue substancialmente da problemática do crescimento económico. Defende então que, o desenvolvimento deve ser entendido como consequência do crescimento económico e este, por sua vez, entendido como evolução de um sistema produtivo que se torna cada vez mais eficiente através da acumulação de capital e do progresso tecnológico, que permite, deste modo, uma maior satisfação de necessidades humanas e materiais, dependendo esta de factores económicos (Furtado 1979).

O paradigma funcionalista caracterizado pelo pressuposto de que qualquer processo de desenvolvimento é desencadeado em sectores mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados, a partir de áreas geograficamente específicas, contribuiu para a criação de disparidades espaciais nas condições de vida das populações sobrevalorizando algumas regiões e desencadeando um maior crescimento e desenvolvimento económico.

No âmbito deste paradigma, a população não teria importância face a um processo de desenvolvimento, nem mesmo a intervenção municipal. Era um desenvolvimento essencialmente considerado numa política regional de cima para baixo, ou seja, em que o Poder Central detinha todo o poder ou legitimação neste processo.

As primeiras críticas a este paradigma surgem com a crise despoletada na década de 70, face aos efeitos perversos geradores de desigualdades estruturais e sociais e a um conjunto de factores que são postos em causa, face ao posicionamento que as questões do crescimento económico e do desenvolvimento assumem.

Assim, perante todo o cenário de uma sociedade que tem colocado o crescimento económico no centro do desenvolvimento este desenvolvimento tecnológico e industrial, tem determinado toda a orientação do homem. Um novo paradigma emerge com um vasto conjunto de iniciativas inovadoras de desenvolvimento assentes nas capacidades endógenas desencadeadas a partir de baixo, contrariando a lógica centralizadora predominante. Este novo modelo, o paradigma territorialista defende que, para promover o desenvolvimento e a satisfação das necessidades básicas das populações, é necessário a mobilização do potencial endógeno nas diferentes regiões. Estaremos, desta forma, perante uma nova forma de cooperação no modelo de desenvolvimento que conduza toda a humanidade a cooperar numa partilha mais equitativa das responsabilidades e oportunidades económicas e sociais, para que possa intervir no próprio processo de desenvolvimento e na definição dos seus objectivos. Pois o objectivo do desenvolvimento é criar um ambiente onde todas as pessoas possam expandir as suas capacidades e que possam ser ampliadas oportunidades nas gerações presentes bem como nas futuras. De facto, a problemática do desenvolvimento sempre se centrou na melhoria de condições materiais e sociais do ser humano, na sua qualidade de vida mas, também constatamos que nem sempre este princípio foi aplicado.

À luz de determinados pressupostos imperativos da realidade, a problemática do desenvolvimento teve sempre como principal preocupação a melhoria generalizada das condições materiais e sociais do ser humano bem como os meios de acesso que garantam o seu bem-estar e o progresso de igualdade e oportunidades. Todavia, isso não acontece na prática, verificando-se pelo contrário o predomínio de processos de desenvolvimento marcados por grave desumanização e pela ênfase na dimensão e nos interesses económicos de base egoísta.

Assim, e porque o desenvolvimento abrange todos os aspectos da vida humana e do mundo envolvente, abrange a esfera pessoal bem como a comunitária e a colectiva, as dimensões culturais, sociais, económicas e ecológicas, ou seja, todas as potencialidades da vida humana e de todo o

mundo, no tempo e no espaço, em cada situação será, pois, um desenvolvimento integral. Mas é, ao mesmo tempo, também, integrado, porque todas estas realidades se interligam umas com as outras, pois a esfera pessoal não se dissocia da colectiva.

O paradigma territorialista, assente em pressupostos de integração territorial do desenvolvimento, coloca no centro os vários problemas com que actualmente as populações se debatem, problemas esses de natureza económica, social, cultural, ecológica e política. Este novo paradigma territorialista do desenvolvimento pressupõe que o desenvolvimento se alcança através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações.

Na perspectiva de Celso Furtado (1979), o paradigma territorialista pressupõe um novo projecto de civilização e uma nova concepção de desenvolvimento contrária à concepção de desenvolvimento defendida pelo paradigma funcionalista. A mudança nessa direcção dependerá, porém, das forças sociais que actuem no contexto das diferentes unidades territoriais.

Verificam-se, assim, diferenças notórias entre o paradigma funcionalista e o paradigma territorialista. Enquanto que para o primeiro cabe à Administração Central desencadear as acções e decidir os instrumentos necessários tendo em vista a redistribuição espacial dos impulsos de desenvolvimento das áreas periféricas em matéria de política de desenvolvimento regional, para o paradigma territorialista é indispensável que os impulsos de desenvolvimento surjam de baixo para cima e que passem sucessivamente do nível local para o nível regional até ao nível nacional ou mesmo supranacional.

É, pois, num contexto de consciencialização do vasto número de problemas que a lógica funcional trouxe para todas as sociedades, que os argumentos em favor da lógica territorial começam a ganhar força nas sociedades modernas, colocando as populações no centro do desenvolvimento local, isto porque, "ninguém melhor conhece os problemas (muito diferenciados) do que os que os sofrem, ninguém melhor conhece as

soluções mais adequadas para esses problemas (que não serão indiferenciados) do que os que com eles convivem; problemas complexos exigem motivações e empenhamentos para serem resolvidos, e a motivação pode encontrar-se e pode estimular-se particularmente junto das populações que sentem os problemas, problemas complexos exigem a mobilização dos mais vastos recursos e não dispensarão o uso de todo o potencial endógeno, que pode até não ser suficiente mas que, na perspectiva que acaba de ser apontada, há-se de sempre base determinante do sucesso” (Lopes 1989: 11).

De facto, enquanto persistir a ideia de que a base económica constitui o pilar fundamental do desenvolvimento, reduzindo-o ao conceito de crescimento económico, nunca o processo de desenvolvimento será um processo equilibrado, durável e consistente.

Com efeito, o crescimento, conceito estritamente ligado à economia, expresso em regra por um aumento de bens e serviços, por algo que é material, quantificável e objectivo, é indispensável ao desenvolvimento, mas não poderá, de forma nenhuma identificar-se com ele, embora constitua condição necessária ao desenvolvimento, mas não condição suficiente ou única.

De facto, no período do pós-guerra, em meados da década de 50, surgiram diversas concepções de crescimento económico, alicerçadas nas contribuições teóricas de Lewis (1954) e Kuznets (1955), admitindo que o elevado desenvolvimento social e cultural bem como a redução de desigualdades sociais são consequência do processo de crescimento económico. Perante esta teoria, o processo de crescimento seria harmonioso desencadeando ainda o crescimento de outros sectores, o que contribuiria para que as dimensões do desenvolvimento encontrassem uma evolução desejável (Almeida et al. 1994).

No entanto, e face à história das últimas décadas, a realidade não permite considerar inteiramente válidas estas concepções, pelo que ainda se verifica o fosso existente entre países desenvolvidos e os menos

desenvolvidos, e o processo de desenvolvimento é ainda entendido como conflituoso e não como um processo harmónico no sentido do equilíbrio.

De facto, nunca a tecnologia moderna e o acelerado crescimento económico verificado nalguns países mais ricos, e o excessivo poder económico, resolveram os grandes problemas da Humanidade, embora trouxessem progresso e bem-estar, privilegiando algumas sociedades, não conseguiram acabar com a pobreza e exclusão social em regiões que cada vez mais se regista o seu elevado índice de desertificação, Sem dúvida que se gerou um modelo de desenvolvimento “estruturalmente injusto” que não consegue, de forma alguma, o equilíbrio no processo de desenvolvimento das sociedades.

Face a este quadro desanimador, surgem as primeiras críticas a este modelo, quando se verificam os efeitos perversos, as desigualdades estruturais e sociais e a degradação das condições sociais e ambientais, e ainda o crescimento de alguns sectores em detrimento de outros mais desfavorecidos.

Desta forma, para que o modelo de crescimento tenha efeitos positivos e corresponda a condições de articulação social é, necessário uma estratégia de crescimento centrada na geração de emprego, e que beneficie os grupos sociais e regiões desfavorecidas bem como a satisfação das necessidades básicas das populações (Almeida et al. 1994).

De facto, para que o desenvolvimento seja justo, equilibrado e durável, não pode assentar exclusivamente em aspectos de natureza económica, sendo por isso necessária uma articulação coerente entre as várias vertentes económicas, sociais, culturais, ambientais e políticas.

Logo, desenvolvimento pressupõe não apenas progresso económico, mas também progresso social e humano, na criação de actividades onde se procuram formas de compatibilizar a manutenção de um desenvolvimento económico equilibrado em harmonia com a conservação dos valores, recursos naturais, culturais e ambientais.

Assim, novos caminhos são percorridos com a pretensão de atingir um desenvolvimento sólido e sustentável, pois cada vez mais existe a preocupação a nível mundial com a contínua deterioração do estado do ambiente e a grave degradação dos sistemas globais de apoio à vida que colocam, ao processo do desenvolvimento, graves problemas e desafios que devem ser enfrentados em várias partes do mundo. Obviamente que a extensão destes problemas varia conforme a situação económica e demográfica específica de cada região ou país.

Perante este cenário, de continuada desarticulação económica e social, surgem na década de 80, novos contornos e novas concepções de desenvolvimento. Aí se inscrevem os conceitos de ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano.

O conceito de ecodesenvolvimento é defendido por Sachs como “um estilo de desenvolvimento que procura insistentemente, em cada região, soluções específicas para os seus problemas particulares, tendo em conta os aspectos ecológicos assim como os culturais e as necessidades imediatas, e as de longo prazo” (Sachs 1982: 42).

O que na ideia de ecodesenvolvimento está presente não é a consagração do crescimento como meio para combater situações de pobreza, exclusão, desigualdades e injustiças sociais, mas sim estratégias alternativas, assentes em projectos que possibilitem um estado de bem estar económico social e ambiental para indivíduos, comunidades e sociedades.

O conceito de desenvolvimento sustentável, cujos principais pressupostos assentam na utilização sensata dos recursos naturais, implica a preservação do equilíbrio global e o valor das reservas de capital natural, a redefinição dos critérios e instrumentos de avaliação custo/benefício de curto, médio e longo prazo, de forma a reflectirem os efeitos sócio-económicos e os valores reais do consumo e da conservação, a distribuição e utilização equitativa dos recursos entre as nações e as regiões a nível global e à escala mundial.

Se atendermos aos países da OCDE (países desenvolvidos) eles têm conseguido algum progresso contra a poluição e degradação ambiental. No entanto, o maior desafio que terão de enfrentar será, sem dúvida o de alterar substancialmente os seus padrões de consumo para reduzir a utilização dos recursos naturais, garantindo ao mesmo tempo uma melhoria na qualidade de vida.

Contudo, é nos países em desenvolvimento que se apresentam os problemas ambientais mais graves. A pressão demográfica e a pobreza são factores-chave responsáveis pela emergência de padrões de desenvolvimento insustentáveis, face à degradação dos recursos disponíveis, que muitas vezes são explorados até ao limite para fazer face à pobreza existente.

É a falta de controlo institucional, juntamente com a disponibilidade limitada de recursos técnicos, humanos e financeiros, que agrava os problemas e dificuldades a nível local e regional.

Assim, o equilíbrio pretendido entre a actividade humana, o desenvolvimento e a protecção do ambiente e dos recursos naturais, exige uma repartição de responsabilidades equitativa e claramente definida em referência ao consumo e ao comportamento face ao ambiente e aos recursos naturais. Implica, ainda, a integração de considerações ambientais na formulação e implementação das políticas económicas e sectoriais, nas decisões das autoridades públicas, na operação e desenvolvimento dos processos de produção e nos comportamentos e escolhas individuais.

Assim, a palavra "sustentável", que recentemente surgiu em todas as acções, medidas e programas estratégicos nos diversos sectores da sociedade, visa a melhor optimização das potencialidades e recursos, pretendendo reflectir uma política e estratégia de desenvolvimento económico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente, cuja qualidade depende a continuidade da actividade humana e do desenvolvimento.

De facto, com o evoluir das sociedades humanas, o seu aumento de densidade, a sua expansão para áreas cada vez mais amplas deram origem à degradação dos sistemas naturais, cujos efeitos se foram acumulando de

geração em geração. Logo, a degradação do ambiente que acompanha o evoluir das sociedades humanas e das tecnologias que se desenvolveram ao longo dos tempos, resulta pois das decisões económicas tomadas sem o conhecimento das consequências ecológicas que sucederam pelo uso dos recursos naturais da forma mais fácil de explorar (Bota 1984).

Nesta perspectiva, é necessário que o binómio ecologia-economia seja, hoje mais do nunca, inseparável para que a dimensão ecológica não sofra mais consequências catastróficas desencadeados pela excessivo poder da economia.

A degradação dos recursos naturais acentuou-se com a Revolução Industrial, que nas últimas décadas marcou profundamente as sociedades modernas abrindo-lhes novos desafios e novas perspectivas, colocando os sistemas económicos acima de qualquer outro poder, social, cultural ou político. Com os novos avanços tecnológicos, o homem conhecia cada vez mais poder para dominar a natureza e, pensava-se que ele poderia controlar e dominar os seus fenómenos. Constata-se assim, que as catástrofes ecológicas se tornaram catástrofes sociais que põem em perigo a sobrevivência humana.

De facto, sabemos que o excessivo crescimento económico, verificado nalguns países de economia mais avançada, tem servido para cavar mais fundo o fosso que existe entre os países ricos e os países pobres, e até dentro do mesmo país, entre as regiões, desencadeando processos de desenvolvimento insuficientes que não conseguem dar resposta às necessidades mais prementes das comunidades humanas.

Com efeito, com o passar do tempo, temos cada vez mais a percepção de que os modelos de crescimento económico, baseados na expansão da tecnologia moderna apenas servem para aumentar a diferença de desenvolvimento entre vários países ou regiões. Então, é necessário a busca de uma nova concepção de progresso através da qual as desigualdades económica e social sejam atenuadas, e se possa encontrar a solução para todos os problemas, através de um desenvolvimento equilibrado, que integre a exploração racional dos recursos naturais e o uso correcto de tecnologias.

O Relatório de 1987 da Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento, normalmente definido como Relatório Bruntland, insistiu, nomeadamente, que o desenvolvimento humano seguisse uma via que permitisse o seu progresso sustentado num futuro longínquo.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável foi definido como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades. Em termos práticos o conceito de desenvolvimento sustentável está assim estreitamente associado às perspectivas de desenvolvimento e prosperidade contínua de uma comunidade.

No âmbito deste novo paradigma que emerge no final do milénio, novas perspectivas e novos factores de mudança parecem agir praticamente em todos os sectores da sociedade, bem como novos desafios daí decorrentes conferem condições mais equilibradas no sentido de se envidar esforços para atingir um padrão de desenvolvimento que implicará alterações significativas dos padrões actuais de consumo e comportamento humano.

Perante esta concepção, os esforços e responsabilidades deverão ser aplicadas a todos os níveis da sociedade, incluindo os governos, autoridades locais e regionais, instituições públicas e privadas e comunidades locais.

Posto estes considerandos, há que definir estratégias para aproveitar os recursos existentes mas de forma a que não se esgotem inutilmente e que se encare os valores culturais, patrimoniais e ambientais como potencialidades a articular a situações de interesse económico e social, conduzindo à construção de uma sociedade diferente da anterior, em que um exagerado crescimento económico limitou ou bloqueou alguns sectores de actividade.

De facto, vários modelos de desenvolvimento emergem com o objectivo de progresso não só económico como também progresso social e humano, de modo que o desenvolvimento seja encarado numa óptica de sistema, das partes para o todo em que as partes constitutivas deste sistema sejam interdependentes, estabelecendo por isso, relações entre si.

Logo, o conceito de desenvolvimento pressupõe “condições de ordem qualitativa, de equilíbrio, de harmonia, de justiça social - cuja verificação vai depender grandemente da nacionalidade que seja possível impor à organização especial da sociedade; e exige, ainda numa perspectiva temporal, que a utilização dos recursos garanta permanência e estabilidade, se não melhoria do quadro de vida futuros, pelo que a organização especial de hoje deve salvaguardar as condições de vida das gerações de amanhã, isto é, o desenvolvimento futuro (Lopes 1987: 19).

Nesta perspectiva, e segundo Simões Lopes, o desenvolvimento tem que ser entendido numa óptica de sustentabilidade, de forma a não pôr em causa os recursos indispensáveis às gerações presentes e futuras. E, é da conjugação e valorização dos recursos de natureza endógena, que se deve basear todo o processo de desenvolvimento regional ou local, considerados os recursos endógenos imprescindíveis para o progresso global de qualquer região.

O processo de desenvolvimento, devido à complexa rede de interações que implica, deve ser equacionado à escala local e/ou regional, de modo a facilitar o diagnóstico dos problemas e a identificar os factores condicionantes que serão sempre determinantes na procura de soluções e nas tomadas de decisão.

Neste sentido, há necessidade de desenvolver uma lógica e até uma cultura de relacionamento institucional que, possibilitem um novo quadro onde a equidade e as dinâmicas de participação desempenhem um papel importante, de forma a que o desenvolvimento se processe e não provoque assimetrias indesejáveis, quer no plano económico e social, quer no plano territorial duma região.

A análise do fenómeno do desenvolvimento, bem como do seu enquadramento, no âmbito dos vários factores que lhe estão subjacentes permite constatar que é necessária uma mudança radical do comportamento dos agentes económicos que, segundo estes, para que se verifique desenvolvimento terá que haver, sobretudo, crescimento económico aliado a

progresso económico. Na verdade, os potenciais agentes económicos sempre se preocuparam mais com a riqueza do que com o povo, mais com a dimensão económica duma sociedade do que com a dimensão social e mais com a maximização dos rendimentos do que com o aumento das oportunidades das comunidades. Esta obsessão pelo materialismo tem origem no mercantilismo, que sempre deu preferência ao sucesso material em detrimento do desenvolvimento da vida humana.

A radicalidade desta mudança assentará, se os agentes económicos assumirem que desenvolvimento não é só produção económica; mas também é necessário encontrar estímulos à concertação entre agentes económicos e outros (autarquias, serviços públicos, instituições públicas e privadas), de forma a implementar localmente projectos concebidos com o objectivo de articular o económico, o social e o cultural.

Contudo, nenhum processo de desenvolvimento consiste numa conquista definitiva, mas apenas numa plataforma de apoio, para novos apoios e novos avanços em direcção a um objectivo último de que o homem pode aproximar-se cada vez mais, embora nunca o possa atingir.

Deste modo, o desenvolvimento e o progresso dependerão então, para além de outros factores, da capacidade que se tiver para definir e pôr em execução uma política de valorização do capital humano, e do seu aproveitamento (Amaro 1990).

No âmbito do PNUD, o novo modelo de desenvolvimento centrado no factor humano, que surge nos anos 90, permite que todos os indivíduos deverão ampliar as suas capacidades humanas ao máximo e dar-lhes o melhor uso em todos os campos: económico, social cultural e político (PNUD 1996).

Perante a sociedade actual em que, o factor humano se torna cada vez mais importante na participação e definição de estratégias conducentes a um desenvolvimento equilibrado e necessário, o investimento em capital humano é um aspecto importante a considerar nos novos conceitos de desenvolvimento, por isso, "a educação e a formação profissional deverão, por consequência,

estar no centro dos processos de desenvolvimento futuro” (Almeida et al. 1994: 8).

É neste contexto de mudança, onde o capital e o trabalho enquanto variáveis principais nas sociedades industriais, perdem muito da sua importância e tendem a ser substituídas pela informação e pelo conhecimento que os recursos humanos hoje adquirem, conferindo-lhes importância redobrada para participarem no processo de desenvolvimento, pois, “os recursos humanos são um factor básico da competitividade já que deles dependem a potenciação dos demais equipamentos, informação, organização, infra-estruturas, matérias-primas, etc” (Rodrigues 1991:11).

Numa perspectiva de desenvolvimento, parece cada vez mais necessário considerar o investimento em recursos humanos tão importante como o investimento em infra-estruturas ou em inovações tecnológicas. Isto, na medida em que a potencialização dos factores tecnológicos e mais globalmente a competitividade empresarial, estão dependentes dos recursos humanos em termos da sua qualidade e quantidade.

A formação profissional é hoje defendida, por diferentes autores, como um dos factores estratégicos de desenvolvimento dos recursos humanos e da própria estrutura económica e social de um determinado espaço geográfico. Neste contexto, o investimento em formação é cada vez mais estimulado, procurando atrair os agentes económicos e sociais para esta área prioritária de actuação.

Assiste-se assim, a uma mudança que é urgente e necessária para a criação e implementação de novas actividades que podem constituir um contributo importante para o equilíbrio de determinadas regiões que, por escassez de recursos humanos, ou de oportunidades, não conseguiram acompanhar o desenvolvimento económico, social e cultural de outras regiões ou, até mesmo, manter o seu próprio desenvolvimento através dos recursos disponíveis existentes.

Com efeito, os desequilíbrios regionais têm levado a um processo de dissolução dos recursos económicos, sociais e culturais, verificando-se uma

fuga da camada mais jovem com níveis de escolarização mais elevados e formação específica em determinadas áreas, para os grandes centros urbanos. Assiste-se a um êxodo que tem contribuído para um processo de empobrecimento das zonas mais desfavorecidas.

Neste sentido, o desenvolvimento de regiões cujo poder de decisão assenta na participação e adesão das comunidades, na execução de actividades intermediárias ou instrumentais necessárias à prossecução de objectivos e necessidades sentidas, com o objectivo de as tentarem ultrapassar, traduz-se em motivação e empenhamento dinamizador destas populações que se assumem como actores ou agentes de desenvolvimento local.

Com efeito, o desenvolvimento local apresenta-se como um processo de inovação social, resultante de uma atitude comum perante o desenvolvimento e de uma atitude que valoriza o local como nível de intervenção privilegiado para a promoção do bem-estar populacional. Em particular, o desenvolvimento local tem surgido como método de intervenção nos contextos penalizados pelas condições actuais do desenvolvimento.

Se é, da conjugação e valorização das potencialidades de natureza endógena, que deve consistir todo o processo de desenvolvimento local, importa tecer algumas considerações ao conceito de desenvolvimento endógeno, considerado imprescindível para o progresso global de qualquer região.

No conceito de desenvolvimento endógeno está subjacente o aproveitamento dos recursos e potencialidades existentes numa determinada região, a partir dos quais se deve cimentar todo um processo de desenvolvimento, atendendo à conjugação dos aspectos económicos e sociais.

Contudo, é evidente que nenhuma região se pode desenvolver atendendo só aos seus recursos endógenos, pois todo o processo de desenvolvimento necessita tanto dos factores endógenos como exógenos, na medida em que nenhuma região dispõe da totalidade dos recursos para dar resposta às suas necessidades mais prementes.

Actualmente, os fenómenos económicos são de tal modo interdependentes que dificilmente se poderão considerar elementos endógenos de uma região como suficientes para a definição da sua base económica. E não há dúvida que os factores endógenos como a população, as infra-estruturas e os recursos naturais, deverão ser os elementos de suporte para a definição da base económica de uma região. Os factores exógenos, como o investimento e a tecnologia, deverão ser considerados, mas sempre na óptica de valorização dos primeiros.

Embora, algumas destas regiões disponham de vantagens comparativas, nomeadamente em recursos naturais, potencial turístico património histórico e cultural, produtos agro-industriais e indústrias tradicionais de qualidade, nem sempre se têm criado as condições para o seu aproveitamento.

A importância atribuída às iniciativas locais, ao factor humano, quer como fonte de trabalho, quer como factor de iniciativa, participação, inovação e sensibilidade às situações locais na procura de uma variedade de soluções e vias de desenvolvimento complementar, constituem características das propostas de desenvolvimento baseadas no local, e no fortalecimento do grau de endogeneidade.

Neste sentido, importa referenciar, que o desenvolvimento de base endógena será, de certa forma, o desenvolvimento que apela às forças e aos recursos de uma dada região, bem como à sua valorização e utilização.

O desenvolvimento endógeno pressupõe a participação e iniciativa das populações, porque são os habitantes que melhor conhecem os seus problemas, e portanto, os que melhor ideia farão acerca das formas de os resolver e satisfazer as suas necessidades.

Na perspectiva de Roque Amaro, o desenvolvimento de base endógena ou local parte de todo o potencial endógeno, quer sejam recursos, actividades ou capacidades, realçando a inovação social e ambiental.

Pois, é ao nível local, mercê de conhecimento concreto das realidades, que melhor se pode promover e dinamizar o desenvolvimento social e

económico tomando em consideração as necessidades individuais e colectivas dos cidadãos. Para além disso, para que exista desenvolvimento, é necessário que os cidadãos participem activa e responsabilmente no processo, pelo que “Desenvolvimento ou Des-envolvimento, deveria ser, antes de mais, um processo de libertação dos envoltórios, prisões, invólucros, envelopes ou constrangimentos que impedem o ser humano de se afirmar e realizar; o que implica, não só a satisfação das suas necessidades, mas também (e sobretudo) a realização e afirmação das suas capacidades” (Amaro 1991: 6).

Ainda, na perspectiva de Roque Amaro, o nível local do desenvolvimento tem papel importante a desempenhar na articulação da dimensão económica, social e cultural, numa melhor identificação das necessidades e problemas locais e na mobilização e aproveitamento das capacidades e recursos locais, sensibilizando as populações para os problemas ambientais e para a sua resolução (Amaro 1993).

Com efeito, a aproximação das comunidades aos seus problemas revela-se uma estratégia importante para a tomada de consciência da complexidade dos problemas que um processo de desenvolvimento implica na tentativa de resolução das necessidades básicas de uma população.

Desta forma, o desenvolvimento local é antes demais um processo de conquista de autonomia por parte das populações que melhor conhecem e sentem os seus problemas e a dificuldade da sua resolução. Não se trata de uma dinâmica isolacionista, mas bem pelo contrário de uma tomada de consciência das relações com o meio e da complexidade dos problemas, tanto a nível micro como macro.

Este processo de conquista de autonomia, sendo interactivo, não se realiza de modo espontâneo, produzindo-se graças a um esforço voluntário que necessita de ser apoiado e acompanhado. Os poderes públicos têm um papel importante, tanto em termos de programação e de gestão de medidas de criação de empregos como em termos de financiamento.

De facto, o desenvolvimento local implica que as ajudas dos poderes públicos tenham como princípio a dinamização dos recursos e das

capacidades locais a partir das características e das necessidades endógenas e não a partir de objectivos e programas globais pré-determinados. Para que este desenvolvimento se torne possível, é importante criar as condições para uma coordenação das iniciativas, o que pressupõe a participação efectiva dos actores locais, fazendo emergir estruturas de apoio, locais e regionais que sirvam de intermediárias entre as colectividades e os poderes instituídos.

Nesta perspectiva, uma estratégia de desenvolvimento local deve assentar, essencialmente, na valorização com qualidade do potencial endógeno e no aproveitamento das vantagens, designadamente em matéria de qualidade de vida.

É aqui que podemos enquadrar o fenómeno turístico como um dos mecanismos potenciadores do desenvolvimento local/regional.

CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1- VECTORES FUNDAMENTAIS DE PESQUISA

O presente estudo versa, essencialmente, a problemática central do turismo em espaço rural como factor de desenvolvimento das zonas rurais, cuja abordagem se situa no espaço geográfico do Baixo Alentejo, circunscrita a um círculo geográfico que abrange cinco concelhos : Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira.

Neste contexto pretende-se, antes de mais, o conhecimento o mais exaustivo possível da região em análise e das suas potencialidades turísticas para que articuladas a outros factores endógenos, ou até exógenos, possa, efectivamente, reunir condições necessárias à implementação de novas estratégias de desenvolvimento local que permitam de forma adequada e duradoura alcançar os benefícios necessários, de modo a preparar um futuro melhor para esta região.

Na verdade, estamos perante uma realidade social problemática, face aos constrangimentos que a região em análise atravessa, necessitando pois, de um estímulo novo e diferente capaz de evidenciar e dar vida aos potenciais recursos naturais de que orgulhosamente usufrui. A actividade turística neste espaço rural, deverá então ser analisada e reflectida no sentido de procurar formas de turismo adequadas às características e interesses da região, onde o mesmo possa, de alguma forma, contribuir para o seu desenvolvimento, o que requer um estudo previsional de interacções positivas e, por outro lado, uma capacidade de antevisão para prevenir e limitar, ao máximo, as interacções negativas.

Com efeito, o turismo assume-se, na actualidade, como um vector bastante significativo e como uma das opções de desenvolvimento económico, todavia, por si só, não pode ser solução para remediar todos os males de uma região, mas isto não invalida "... o facto de que em determinadas regiões rurais

as actividades turísticas tenham contribuído de modo significativo para o desenvolvimento das economias locais” (Setas 1993:16).

De facto, considero que o turismo e as novas características que os espaços locais assumirem poderão conferir contributos distintos ao processo de desenvolvimento em espaço rural, oferecendo possibilidades para a criação de novas actividades características do meio rural, possibilitando a criação e exploração de novos mercados para os produtos tradicionais locais, melhoria dos serviços públicos, atracção da população de origem e de uma população nova, a recuperação de tradições, costumes e usos locais. Oferece ainda novas formas de rendimento complementar possibilitando e gerando novos postos de trabalho, pois “como qualquer outra iniciativa económica, a oferta turística visa o lucro, a rentabilidade, a produção de riqueza e a criação de postos de trabalho (Ramos 1996:88).

Considero também, que para promover e pôr em marcha o desenvolvimento económico, social e cultural no Baixo Alentejo, é imprescindível a utilização de uma abordagem integrada que tome em consideração as complementaridades intersectoriais existentes e potenciais, e as sinergias daí decorrentes.

É nesta perspectiva, que se pretende realizar um estudo exploratório que de alguma forma, possa contribuir para o conhecimento da realidade em análise e ainda para o esclarecimento de problemas e necessidades, sempre diferenciadas, e determinantes para a contextualização de soluções, mobilização e aproveitamento de potencialidades endógenas, que poderão assegurar um efectivo processo de desenvolvimento turístico no Baixo Alentejo.

Na tentativa de uma melhor compreensão do fenómeno em estudo partiu-se do pressuposto que o turismo em espaço rural, a ser capaz de valorizar, promover e aproveitar, adequadamente, as potencialidades rurais pode constituir um importante factor de desenvolvimento local, transformando-se numa componente atractiva e num polo desencadeador de um conjunto de novas actividades, que poderão dinamizar toda a estrutura económica, social e

cultural de regiões com determinadas características próprias para o desenvolvimento do turismo.

Abordar a problemática do turismo no espaço rural numa perspectiva de desenvolvimento local é, também, uma das grandes opções que o Plano de Desenvolvimento Rural (PDR -1994/99) preconiza para o Alentejo, explicitando este que, “ o turismo rural representa uma potencialidade interessante de aproveitamento do património existente e de criação de emprego em zonas remotas” (PDR 94/99:3).

Perante o problema central em estudo fundamentado nos condicionalismos de um processo de desenvolvimento complexo e, digamos até, bastante difícil de se resolver, torna-se evidente a oportunidade da escolha do tema na tentativa de, cada vez mais, se procurar encontrar estratégias de desenvolvimento que permitam fazer face aos desafios do futuro desta região e aos condicionalismos que se lhe deparam perante o processo de modernização.

Partindo destas linhas orientadoras, e do pressuposto que o problema central, ou seja, se a implementação do turismo rural no Baixo Alentejo se articula com a problemática do desenvolvimento e, fundamentada a pertinência da unidade de análise delineou-se a matriz teórica que servirá de base para este trabalho. Assim, formulou-se a seguinte pergunta de partida:

- ◆ O turismo rural poderá contribuir para o desenvolvimento do Baixo Alentejo?

A partir desta questão, delinearam-se, os objectivos que constituirão a análise do trabalho:

- Identificar potencialidades turísticas da área geográfica seleccionada.
- Definir o tipo de turismo adequado para o desenvolvimento do Baixo Alentejo.
- Apresentação de uma proposta de intervenção turística (círculo turístico).

Para alcançar resposta ao questionamento destas dimensões da realidade em estudo recorreu-se a procedimentos metodológicos, julgados

adequados e convenientes, para garantir a objectividade necessária ao estudo do fenómeno em causa.

2.2- METODOLOGIA E DELINEAMENTO DO ESTUDO

Através do aperfeiçoamento dos métodos, o mais poderoso processo de raciocínio, os conhecimentos dos povos antigos foram aperfeiçoados até chegar aos conhecimentos da sociedade contemporânea, ditos conhecimentos científicos. Os cientistas modernos deram alto avanço aos métodos de pesquisa, às técnicas, à ordenação formal das colectas de dados, conquistando novos conhecimentos em todas as áreas do saber.

O progresso científico, de forma geral, é um produto da actividade humana que se inicia no conhecimento empírico, para o qual o homem, compreendendo o que o cerca, passa a desenvolvê-lo para novas descobertas. E, por relacionar-se com o mundo de diferentes formas de vida, o homem utiliza-se de diversas formas de conhecimentos, por intermédio dos quais ele evolui e faz evoluir a sociedade onde se insere.

De facto, para construir um caminho de compreensão e integração sobre qualquer realidade, e perante a complexidade e multiplicidade de articulações, qualquer trabalho de pesquisa assenta sempre, ou quase sempre, na conjugação de teorias, pois “à teoria é conferido o papel de comando do conjunto do trabalho científico que se traduz em articular-lhe os diversos momentos: ela define o objecto de análise, confere à investigação, por referência a esse objecto, orientação e significado, constrói-lhe as potencialidades explicativas e define-lhe os limites” (Pinto 1985:62).

O quadro de referências teóricas utilizado deve permitir-nos colocar, logo de início, os problemas que poderão surgir durante o trabalho de investigação. Ora, os procedimentos metodológicos da pesquisa devem ser pensados em correlação com os objectivos e as questões de partida, para que,

a teoria delineada nos possa através dos métodos e técnicas metodológicas conduzir a uma aprendizagem superior dos factos da realidade sensível.

Assim, o aparelho metodológico construído para orientar o trabalho empírico permite garantir a objectividade necessária ao tratamento dos dados recolhidos e analisar os fenómenos existentes, através de técnicas e métodos rigorosos e eficientes para análise das questões colocadas, face ao objecto de estudo.

Deste modo, o modelo de análise deste trabalho assentou num estudo exploratório, efectuado no início da investigação, para precisar as grandes linhas orientadoras e construir a problemática da investigação, não se esgotando nesta fase, pois teve continuidade ao longo da elaboração do presente trabalho. Assim, no âmbito do modelo de análise construído e definido para orientar o trabalho de observação e análise, definiu-se o aparelho metodológico que vai permitir encontrar na realidade em estudo evidências significativas da construção conceptual elaborada.

Trata-se, assim, de uma pesquisa de natureza descritiva, uma vez que visa a identificação do impacto do turismo nas sociedades modernas, traduzindo, pois, uma abordagem exploratória e descritiva do objecto de estudo, face à introdução de técnicas de natureza qualitativa (observação documental e entrevistas).

Metodologicamente, foram seleccionadas e utilizadas um conjunto de técnicas diversificadas e adequadas a cada fase do presente estudo. Partindo do princípio de que o fenómeno turístico não é a panaceia para a resolução de todos os males que afectam as sociedades actuais, a presente pesquisa pretende contribuir para que o processo de tomada de decisão das entidades envolvidas seja baseado em análises que, considerem os recursos endógenos e potenciais desta região para a implementação da actividade turística como factor de desenvolvimento local.

De facto "...a decisão das estratégias e das técnicas a utilizar deve, portanto, ser tomada o mais cedo e cuidadosamente possível" (Moreira 1994:25) então, a pesquisa bibliográfica e documental foi, sem dúvida alguma,

a primeira técnica a ser utilizada, quer ao nível de documentação do fenómeno turístico em geral, quer ao nível mais restrito sobre as comunidades em causa. É, através desta técnica metodológica, que foi possível seleccionar um conjunto de leituras que constituem uma base de trabalho sólida e pertinente no quadro da investigação que se pretendia realizar.

Posto isto, podemos afirmar que sem uma selecção perfeita e exaustiva de documentos não será possível um conhecimento profundo e objectivo da realidade em estudo, isto, porque a pesquisa é uma diligente busca para averiguar algo, sendo a sua finalidade encontrar respostas para as questões de partida utilizando, ao mesmo tempo, métodos científicos pois sabemos que, a pesquisa puramente empírica é virtualmente impossível (Moreira 1994).

É partir da década de 80 que o turismo tem maior impacto, e é também a partir daqui que começam a aparecer um maior número de estudos recentes, trabalhos científicos e académicos que aos poucos vão surgindo nas bibliografias actuais. Assim, foi possível reunir um conjunto de obras adequadas ao tema em estudo, bem como diversas publicações de organismos oficiais e alguns estudos regionais, que ofereceram um contributo valioso para o enriquecimento do conteúdo da investigação.

Assim, da selecção de diversas leituras que foram feitas ao longo da preparação deste trabalho, considerou-se pertinente alargar conhecimentos que, de uma forma ou de outra, deram um valioso contributo conducente ao aprofundamento da compreensão do fenómeno do turismo, e a sua articulação com outros fenómenos sociais, económicos e culturais que, integrados na comunidade contribuem para o processo de desenvolvimento.

Deste modo a observação empírica dos fenómenos sociais, económicos e culturais na região em estudo, contribuíram para que se olhasse esta realidade de uma forma mais crítica e interessada.

Assim, com o firme propósito de conhecer de forma mais profunda as comunidades em estudo procedeu-se a um levantamento documental o mais exaustível possível que assentou, nomeadamente, na recolha de informação sobre as suas especificidades, população, dimensão económica, e ainda as

potencialidades endógenas da região que podem conduzir a um efectivo processo de desenvolvimento turístico.

Desta forma, não foi só a pesquisa documental que orientou o decorrer de toda investigação. Muito embora se partisse desta para o conhecimento mais profundo da realidade, é na vivência quotidiana nesta região que se sentem os problemas e as dificuldades sentidas pelas populações, por isso, o método da observação é neste caso, também, deveras importante como instrumento metodológico a considerar. O objectivo da observação naturalmente pressupõe poder captar com precisão os aspectos essenciais de um fenómeno no contexto empírico. O desenvolvimento de procedimentos de recolha de informação sobre a realidade, nomeadamente, através de técnicas como a entrevista, e o inquérito por questionário, contribuem, sem dúvida, para que o processo da observação sociológica, em sentido amplo, se torne uma fase do trabalho científico cada vez mais sistemática e racionalmente controlada.

De facto para um conhecimento aprofundado da realidade social, a observação é, todavia, insuficiente e incompleta, logo precisa de outros instrumentos metodológicos que a completem. Na perspectiva de Selltitz “a observação não é apenas uma das actividades mais difusas na vida diária, é também um instrumento básico da pesquisa científica. A observação torna-se uma técnica científica à medida que serve a um objectivo formulado de pesquisa, é sistematicamente planejada, sistematicamente registrada e ligada a proposições mais gerais e, em vez de ser apresentada como conjunto de curiosidades interessantes, é submetida a verificações e controles de validade e precisão” (Selltitz 1977:225).

Com efeito e perante as evidentes preocupações epistemológicas de transcender os limites do senso comum, é necessário introduzir fundamentações lógicas que suportem a análise empírica inicialmente estabelecida. Deste modo, para além do levantamento bibliográfico, procedeu-se também à aplicação da técnica da entrevista junto de informantes-chave que de acordo com o seu entendimento e envolvimento na região e, pela sua

posição, responsabilidade e funções que desempenham, revelam conhecimento profundo da problemática articulada à região em análise.

Esta técnica metodológica (entrevista) foi seleccionada para complementar a pesquisa documental e a informação pretendida na perspectiva de obter resposta aos objectivos propostos e, ao mesmo tempo, cruzar a informação obtida, de modo a efectuar uma análise o mais aprofundada possível da problemática em estudo. Optou-se por entrevistas cujo guião foi estruturado de acordo com a informação pretendida e necessária, seguindo uma sequência de apresentação invariável, e cujas questões estão orientadas segundo os objectivos específicos desta investigação (Vidé Anexos).

Todavia, no decorrer das entrevistas outras questões foram abordadas, de acordo com as várias componentes do fenómeno do turismo e as formas que este pode assumir no processo de desenvolvimento local. Assim, podemos afirmar que as entrevistas fornecem-nos informações valiosas que nos permite obter conhecimentos mais amplos que não se referenciavam directamente na questão colocada. Assim, a entrevista não só assumiu a forma de padronização inicial, como também, o formato de semi-estruturada, pois além das questões principais introduziram-se novas questões em busca de mais informação, bem como, completar melhor as questões que estavam previamente elaboradas no guião. Importa salientar que, no decorrer das entrevistas os informantes-chave constituíram recursos imprescindíveis para esclarecer e aferir pormenores que se consideraram relevantes para a interpretação desta realidade, colocando sugestões e manifestando o seu interesse em contribuir para o presente estudo considerando que, futuramente este e outros estudos poderão contribuir para intervir e sensibilizar as entidades competentes na resolução dos problemas sentidos nesta região.

CAPÍTULO 3- O FENÓMENO TURÍSTICO

3.1 - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO FENÓMENO DO TURISMO

O Turismo, pela sua complexidade, e como fenómeno actual que é, tem sido alvo de sucessivas apreciações pelos actores sociais, face à sua própria natureza social.

Considerado como marco importante do nosso século, o turismo perspectiva-se como um campo fértil que muitas ciências já começaram a explorar. Os estudos são hoje mais numerosos, originando uma crescente e inevitável especialização das abordagens o que torna necessário o desenvolvimento de estudos pluridisciplinares no sentido de caminhar para uma visão global desta problemática.

Contributos de estudo sobre a análise do turismo por disciplinas como a Antropologia, Arquitectura, Arqueologia, Economia, Engenharia, Psicologia e Sociologia, abrem, nos dias de hoje, no seu seio a oportunidade ao debate, tentando participar da compreensão e explicação dos fenómenos segundo as áreas de interesse abordadas.

A orientação e o âmbito temático definido em torno do turismo têm vindo a ser ampliados e redefinidos, facto justificável pela natureza sucessivamente mais diversificada das questões a tratar, pelo incremento do número de investigadores a abordar esta problemática, mas acima de tudo pelo significativo papel que o turismo tem vindo a adquirir entre diversos grupos sociais da maioria dos países, em diferentes estádios de desenvolvimento.

De facto, os passos iniciais do turismo, remontam ao século XIX, contudo, encarado numa perspectiva mais restrita e enquanto actividade de uma dimensão humana e económica significativa, teria ainda de esperar pelas grandes transformações do século XX (tecnológicas, sociais e económicas) para se desenvolver a sectores cada vez mais amplos da sociedade.

Assim, na presença deste processo de difusão social e económica que permite e possibilita o aumento dos tempos livres, a generalização de férias remuneradas, melhores rendimentos e melhoria de acessos para viajar, o turismo evidencia-se, nomeadamente, nas classes sociais altas e médias .

De facto, predominava, no início do presente século, um turismo de elites praticado por quem detinha capacidades de vencer barreiras espaciais, pelo que turismo era sinónimo de viagem ou a passagem do espaço que é seu para outro onde não possuem lugar fixo de residência. Todavia, mais tarde torna-se evidente que turismo é bastante mais do que uma viagem, ou a estadia de um visitante num determinado lugar, mesmo só por um período de 24 horas.

Na prática, é o próprio desenvolvimento e enriquecimento das várias formas de turismo e múltiplas terminologias surgidas, ao longo dos tempos, que implica uma crescente complexidade da sua própria definição.

Assim, a partir de 1800, data em que este termo seria utilizado pela primeira vez, a sua vulgarização vai-se processar em movimento acelerado, começando mesmo a merecer o destaque de aparecer em publicações da época: "Memórias de um Turista" de Stendhal em 1828, "The Tourist in Spain" de Thomas Roscoe em 1836, "The Tourist in Portugal" de W.H. Harrison, em 1839.

Os primeiros estudos turísticos, na sua maioria, são efectuados na Alemanha, e fundamentalmente associados à dimensão de movimento. Em 1929 Glucksmann, definia turismo como "uma eliminação do espaço por pessoas que afluem a um sítio onde não possuem lugar fixo de residência. Na mesma linha avançou Arthur Bormann em 1930, que turismo era "o conjunto de viagens cujo objectivo é o prazer, motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos, e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária" (Caldas 1988:2)

Devido à evidência que turismo é bastante mais que uma viagem, as definições vão surgindo, sucessivamente, enriquecidas com a sua dimensão económica, social e cultural. Em 1942, Hunziker e Kraft definiram turismo

como um conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local de residência, mas desde que estas deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa permanente ou temporária. Todavia, esta definição é considerada incompleta por sociólogos já que, na perspectiva destes, o turismo é antes de tudo, quando o homem se desloca para satisfazer a sua curiosidade, o desejo de conhecer, para se cultivar e evadir ou se divertir num meio diferente do que lhe é habitual (Arroteia 1994). São os aspectos recreativos e culturais que levam a considerar o turismo não só como um fenómeno económico mas, também, como um fenómeno social. Nesta perspectiva, os aspectos recreativos, educativos e culturais não estão contemplados na definição de Hunziker e Kraft. Assim, em 1953, surge a definição proposta por Michaud. No seu entender, o turismo agrupa o conjunto de actividades de produção e de consumo motivadas pelas deslocações de pelo menos uma noite fora da residência habitual, sendo o motivo da viagem tanto a curiosidade e satisfação de conhecer outros lugares, como a saúde ou participação numa reunião profissional, desportiva ou religiosa (Arroteia 1994)

Convém, também referir, a distinção existente entre os conceitos de turista, visitante e excursionista. Segundo a Organização das Nações Unidas, e a Organização Mundial do Turismo definiram, que um visitante é aquele que se desloca temporariamente para fora da sua residência habitual, quer seja no seu próprio país ou no estrangeiro, por uma razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada; um turista é todo o visitante temporário que permanece no local visitado mais de 24 horas e o excursionista é todo o visitante temporário que permanece menos de 24 horas fora da sua residência habitual.

De facto, o acto turístico é algo que se desenrola na encruzilhada de uma vasta gama de áreas fenomenológicas, cada uma delas com a sua própria matiz de possibilidades, e que, devido à maior intensidade das relações que estabelecem entre si acabam por formar subsistemas mais ou menos nítidos. Contudo, e em relação com a vastidão do seu domínio, o turismo é um

fenómeno multi-dimensional cuja acção se desenrola tanto numa vertente espacial, como num campo económico sociológico e mesmo psicológico.

Na verdade foi o progresso económico e social operado no século XX que, permitiu o acesso às viagens à generalidade das populações, fomentando o desenvolvimento e enriquecimento do fenómeno do turismo. Pois, o anseio pelas viagens, o desejo de conhecer outros povos, outras civilizações e lugares, até antes nunca vistos, foi sempre uma constante na história do homem.

A partir, de meados do século XIX surgem grandes mudanças, tanto do ponto de vista tecnológico, como do ponto de vista económico, social e cultural que introduzem alterações significativas na vida das pessoas. É com a Revolução Industrial, com a invenção da máquina a vapor e as transformações económicas e sociais que se incrementaram, que as relações internacionais desta época se popularizaram nas camadas sociais de maiores recursos, e as viagens de recreio passaram a merecer o interesse da generalidade dos mais abastados como forma de aumentar os conhecimentos e as suas relações ao exterior.

Para além desta razões, o desenvolvimento das redes de transportes (rodoviários, ferroviários e aéreos), a melhoria das infra-estruturas económicas e sociais das regiões turísticas, bem como a divulgação dos media contribuíram para o incremento deste fenómeno em todas as sociedades, acentuando assim a estreita relação entre este movimento e a expansão dos meios de comunicação social.

As primeiras décadas do século XX caracterizam-se por inovações e transformações que alteraram profundamente os modos de vida das pessoas, nomeadamente, o desenvolvimento dos transportes, o direito às férias pagas, a diminuição do tempo de trabalho, alcançou-se, também, o direito ao repouso semanal, é então que o conceito de lazer surge como uma nova noção. O turismo transforma-se num fenómeno da sociedade, influencia o comportamento das pessoas e começa a alcançar uma dimensão económica e social significativa.

O reconhecimento da expansão do fenómeno do turismo leva a que quase todos os países da Europa criem instituições governamentais com o objectivo de o promover e organizar desenvolvendo-se organizações privadas e associações, clubes e as primeiras grandes agências de viagens. Os destinos turísticos são as termas, as estações climáticas da montanha, e estâncias balneares marítimas.

Todavia, após estarem criadas as condições para o desenvolvimento do turismo como actividade económica, a eclosão da II Guerra Mundial faz atrasar o seu desenvolvimento, devido à profunda crise económica e social em que haviam caído todos os países europeus. Porém, a partir dos anos cinquenta o progresso económico e social impulsionou e consolidou o desenvolvimento do turismo. Com o desenvolvimento das condições económicas e sociais o fenómeno do turismo passou a ser acessível a camadas da população cada vez mais vastas, transformando-se num bem de consumo corrente, deixando de ser prerrogativa de elites, transformando-se num fenómeno de massas.

O turismo considerado como elemento inerente à natureza humana, esteve sempre presente em todas as culturas ao longo da história do homem. Mas, nunca havia chegado a converter-se, conforme aconteceu nos nossos dias, em fenómeno massificado e de tão decisiva importância que transformou radicalmente a imagem de uma sociedade, afectando directa ou indirectamente a dimensão económica de um país, sendo por isso classificado como fenómeno totalizador das sociedades modernas.

Perante, a evolução e transformação produzidas em todas as épocas anteriores levam-nos a afirmar que o turismo é de facto um factor de desenvolvimento económico e social em qualquer comunidade, todavia, o próprio desenvolvimento económico e social de um país influenciará, de forma directa ou indirecta, o desenvolvimento e a evolução do fenómeno do turismo.

De facto a partir da segunda metade do actual século, verificaram-se alterações profundas que contribuíram para a ascensão de um grande número

de países, fruto da conjugação de vários factores favoráveis como o progresso científico e técnico, uma inflação fraca e taxas de câmbio estáveis.

Perante este cenário, de um crescimento económico cada vez mais intenso produzindo mudanças radicais ao nível do desenvolvimento económico de quase todos os países, também os efeitos produzidos a nível do turismo se repercutiram de forma significativa. Esta expansão operou-se, em primeiro lugar, pelo tempo livre, decorrente da diminuição do tempo de trabalho, as férias pagas nos países desenvolvidos, e ainda o aumento do rendimento que facilitou a compra de viagens, já que a necessidade de diversificação e diferenciação se manifestou nas pessoas como uma forma de compensar os desequilíbrios psicológicos ligados à vida quotidiana do trabalho e por isso a necessidade de evasão ao meio (Lanquar 1985).

De facto, nas sociedades industriais e pós-industriais o viajar passou a constituir mais uma necessidade agravada pelos novos modos de vida, e de acordo com Maslow essas necessidades podem dividir-se em cinco grupos: subsistência material, segurança física, sistema de relações pessoais, sucesso e realização pessoal. Satisfeitas essas necessidades, surgem as motivações turísticas resultantes das necessidades de lazer e de recreio. Deste modo as diversas causas do movimento turístico surgem como consequência de um elevado número de motivações em que factores de natureza individual, familiar e social, determinam, por sua vez, o desenvolvimento do fenómeno em causa (Cauet 1986).

As décadas de sessenta e setenta do nosso século marcaram a época de maior desenvolvimento do turismo em termos mundiais. Vários foram os factores que estiveram na sua origem: o crescimento do parque automóvel, as viaturas individuais tornaram-se mais correntes, as viagens aéreas aumentaram rapidamente, o aparecimento dos primeiros operadores turísticos, progresso tecnológico e científico, abertura de fronteiras, e a melhoria do nível de vida de grandes estratos da população, sobretudo das populações urbanas (Baptista 1990). Com efeito o turismo transformou-se numa das actividades com maior volume de negócios nos países industrializados, intensificando-se

os movimentos internacionais, e os organizadores de viagens iniciaram a produção em série de produtos de massa tendo por base os transportes aéreos e as cadeias de hotéis (Baptista 1997), (Quadro I).

Então "... o turismo tornou-se num dos sectores essenciais da actividade económica dos estados. Pôs em marcha grandes investimentos de capitais no domínio dos trabalhos públicos e da construção, dos transportes, da agro-indústria e dos serviços. Abarca ainda, em todo o mundo, centenas de milhares de empresas e de organizações de várias dimensões, desde a mais pequena agência de viagens até à cadeia internacional de hotéis de luxo" (Lanquar 1987:3).

Quadro I
Evolução do Turismo Mundial (1950-1996)

Anos	Movimentos Turísticos
1950	25.282
1960	69.320
1970	165.787
1980	286.249
1981	288.616
1982	288.586
1983	291.854
1984	319.052
1985	329.538
1986	340.549
1987	366.858
1988	401.710
1989	430.933
1990	459.212
1991	465.844
1992	503.258
1993	517.607
1994	545.388
1995	561.027
1996	593.745

Unid. Milhares

Fonte: "O Turismo no Mundo", DGT, 1997

Nas décadas seguintes, e até à presente década, várias foram as alterações que se têm feito sentir no comportamento e atitudes das pessoas

face ao crescimento económico desenfreado que se verificou anteriormente. O homem deu-se conta de que a sua atitude economista, colocava, cada vez mais, em perigo o ambiente em que vive. Em consequência destas alterações o turismo sofreu uma alteração estrutural ao mesmo tempo que se reduziu o ritmo de crescimento. O turismo interno passou a adquirir uma importância cada vez maior e, em alguns países, os poderes públicos passam a dar maior ênfase às políticas de desenvolvimento susceptíveis de enquadrarem o turismo no interior dos seus territórios. Deste modo, passou a dar-se menos importância ao papel económico do turismo no qual se tinha, até então, apostado em excesso, para se atribuir igual importância ao seu papel social, cultural, ecológico, político e educativo para assim o considerar como uma das componentes essenciais da vida humana. É neste sentido que o turismo contemporâneo é então, denominado como um fenómeno social total, porque passou a ser multidimensional na medida em que responde a uma multiplicidade de necessidades do homem. Deste modo podemos então afirmar que, os valores económicos do turismo, embora não os esqueçamos para o seu desenvolvimento, foram relegados para um plano de menor evidência, dando maior relevância aos valores da identidade e valorização do homem.

Assim, no final deste século, considera-se o turismo como fenómeno social contemporâneo que atinge todas as camadas da população sendo o fenómeno que melhor caracteriza o modo de vida das sociedades industriais, o que é evidenciado pelo facto de 50 a 75% da população dos países industrializados partir para férias em cada ano, quer no interior dos respectivos países quer para o exterior (Baptista 1997).

Reconhecido como um factor de progresso social e de desenvolvimento humano, o turismo é de entre os sectores da actividade económica um dos que está mais exposto às alterações produzidas na sociedade, pois “ a própria dimensão e importância que alcançou é resultado das mudanças operadas na sociedade e da evolução do género de vida que elas produziram” (Ferreira 1996: 177).

3.2 - O TURISMO EM PORTUGAL

Embora o turismo seja um fenómeno anterior, em Portugal o seu nascimento surge nos princípios do actual século. Por razões ligadas à concepção política dominante durante muitos anos, que era avessa à modernidade e às mudanças e, ainda, o fraco desenvolvimento do país nas transformações tecnológicas, científicas e económicas que se verificava noutros países da Europa, o desenvolvimento da indústria do turismo evoluiu muito lentamente.

De facto Portugal, devido à sua localização geográfica apresenta uma posição privilegiada em relação às viagens que no início do nosso século se faziam entre a Europa e a América. Com as inovações tecnológicas, introduzidas pela Revolução Industrial, e com o aproveitamento da máquina a vapor nas grandes embarcações de passageiros permitiram que o Porto de Lisboa fosse então considerado como “escala estratégica das grandes rotas de trânsito marítimo intercontinental , precisamente na época em que o navio era soberano” (Pina 1988:11). No entanto, a rede ferroviária, já construída, não facilitava as deslocações muito para além de Lisboa. A circulação rodoviária e o parque automóvel eram incipientes e a rede hoteleira do país deixava muito a desejar.

Perante estas circunstâncias, o desenvolvimento da actividade turística era bastante condicionado, por um lado pelas deficientes condições de circulação e, por outro lado, as infra-estruturas existentes eram deficientes para responder às necessidades do país . No início do século, existiam alguns pontos de interesse apenas nas áreas de influência dos grandes centros urbanos, como Lisboa, Figueira da Foz, Espinho e a Costa do Estoril. Estes pólos turísticos eram apenas frequentados por uma população restrita que representava o poder económico e político dominante. Convém então referir que após a I Guerra Mundial, lançaram-se alguns empreendimentos dos quais se destaca o empreendimento turístico do Estoril que veio a ser o primeiro

Esta nova perspectiva do turismo e o crescimento verificado nos primeiros anos da década de cinquenta permitiu que as entradas duplicassem, e ainda foram criadas condições institucionais que permitissem o fomento do turismo, dado o seu alto interesse para a economia nacional, expansão e prestígio para o país (Baptista 1997).

É, então que os anos sessenta, marcam o início do desenvolvimento do turismo português. Nasce uma nova concepção de turismo, que é entendido como um verdadeira indústria, um sector de actividade capaz de gerar desenvolvimento económico e social. A localização geográfica, as condições climáticas e as novas actividades que se foram desenvolvendo nas áreas do lazer e do turismo, começaram a atrair para Portugal um número bastante significativo de estrangeiros, em 1964 ultrapassa-se pela primeira vez, o milhão de entradas (Quadro III).

Quadro III
Evolução do Turismo em Portugal (1951-1970)
Entrada de Estrangeiros

Anos	Entradas de Estrangeiros	Variação %
1951	86.576	9.5
1952	110.011	27.1
1953	152.690	38.8
1954	165.460	8.4
1955	202.190	22.2
1956	232.261	14.8
1957	251.385	8.2
1958	263.890	4.9
1959	296.000	12.1
1960	352.651	19.2
1961	375.450	6.5
1962	409.505	9.1
1963	514.069	25.5
1964	1.008 (a)	96.1
1965	1.510	49.8
1966	1.929	27.7
1967	2.517	30.5
1968	2.511	0.3
1969	2.785	10.9
1970	3.343	20.0

Fonte: " O Turismo em Portugal", DGT, 1997

a) - a partir daqui valores em unidades de milhar

Surgem, neste período, os grandes empreendimentos turísticos, com destaque para o Algarve, Madeira e Tróia que polarizam as atenções, constroem-se os aeroportos do Funchal e do Algarve permitindo estabelecer contactos pessoais a diferentes povos e diferentes culturas.

Na perspectiva de que o fenómeno do turismo estava na verdade a expandir-se em vários quadrantes da vida económica e social, surgem as primeiras preocupações para que o seu desenvolvimento se processasse de forma durável e consistente, passando então a ser enquadrado nos Planos de Fomento que o definiram como motor do desenvolvimento económico. Nesta perspectiva multiplicaram-se os empreendimentos desligados, contudo, de uma concepção de desenvolvimento regional e sem infra-estruturas adequadas, provocando assim desequilíbrios estruturais, e resultando também os primeiros desgastes do ambiente e do património natural (Cauet 1986).

Na década de setenta operam-se grandes transformações a nível de novas actividades turísticas, nomeadamente, alojamento (aldeamentos turísticos, apartamentos, motéis) e ainda a construção de equipamentos turísticos que passa a associar-se à exploração imobiliária que se constitui como força impulsionadora de novos centros turísticos originando novas formas de procura: aquisição de casas, por estrangeiros ou mesmo nacionais, para férias ou para obtenção de rendimento associado à exploração turística. A procura do turismo centra-se, nomeadamente, no sol, mar e praia, incidindo-se a maior procura para o Algarve e Costa do Estoril, em abandono do turismo de interior; das paisagens, da cultura e da gastronomia tradicional.

Entretanto, dá-se em 1974 a revolução do 25 de Abril provocando grandes transformações económicas, políticas e sociais e o sector do turismo sofre a sua primeira grande crise a nível do país. Com efeito entre 1974 e 1978 verifica-se um decréscimo nos movimentos turísticos, todavia a partir do final desta década as perspectivas melhoram e o turismo inicia um novo período de ascensão, atingindo em 1996 23.250 milhões de turistas estrangeiros (Quadro IV).

Quadro IV
Evolução do Turismo em Portugal (1971-1996)
Entrada de Estrangeiros

Anos	Entrada de Estrangeiros	Variação %
1971	3.867	15.7
1972	3.925	1.5
1973	4.079	3.9
1974	2.622	35.7
1975	1.966	25.0
1976	2.178	10.6
1977	2.962	36.2
1978	3.389	14.4
1979	5.287	56.0
1980	6.977	32.0
1985	11.692	68.8
1990	18.422	107.5
1996	23.250	131.2

Fonte: * O Turismo em Portugal, DGT, 1997)

Por sua vez, no domínio institucional, operam-se algumas modificações, entre as quais se destaca a criação da Secretaria de Estado do Turismo em 1975 e a intervenção do Estado no apoio a outros órgãos oficiais que partilhavam entre si a responsabilidade de promoção e desenvolvimento da actividade turística. A partir deste período, e pela primeira vez, o turismo passou a ser responsabilidade de um membro do governo, o Secretário de Estado, criou-se também o Instituto Nacional de Formação Turística no âmbito de acções de formação profissional turística, nomeadamente formação em hotelaria, recepcionistas, guias turísticas.

Deste modo e com o objectivo de adoptar uma nova estratégia para o desenvolvimento do turismo surge em meados da década de oitenta um Plano Nacional de Turismo, que tinha como objectivos contribuir para a atenuação dos défices cambiais; contribuir para atenuar os desequilíbrios e assimetrias regionais; contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e contribuir para a protecção do património natural e valorização do património cultural. No âmbito deste plano permite-nos constatar que o turismo na sua componente qualitativa, deve caminhar na defesa da qualidade do património

natural, na harmonização do aproveitamento dos espaços e reduzir os impactos negativos decorrentes da expansão do turismo de massas que mais tarde se revelam assustadores (Baptista 1990).

A partir da década de noventa o turismo português indicia o esgotamento do modelo de desenvolvimento iniciado na década de sessenta, em que se construiu a imagem das férias baseado na excessiva exploração do sol, mar e areia, considerada a célebre época dos três "S" - sun, sea and sand.

Na realidade, o desenvolvimento do fenómeno turístico, dos nossos dias, não se aplica apenas ao binómio tradicional de sol e mar, outras vezes se levantam conscientes que o turismo é muito mais do que a exploração das praias é, também, uma actividade que pode ser explorada no interior, um turismo que se quer mais qualificado, que poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades do interior, através da promoção de formas de exploração turística complementares das economias familiares; contribuindo ainda para a protecção do meio ambiente e para a valorização do património cultural e natural, privilegiando regiões degradadas, na recuperação de monumentos e património histórico; pode, também, gerar novos postos de trabalho e ainda diversificar e promover os produtos turísticos de qualidade, nomeadamente, a cultura portuguesa, e os traços de civilização mais característicos do país, ou seja, a sua herança monumental e o seu património histórico e arquitectónico.

Este "turismo moderno" constitui na actualidade alternativas ao turismo de massas, favorecendo novas formas de turismo: o turismo cultural, turismo rural, turismo cinegético, turismo ecológico e o turismo religioso. Convém referir que em Portugal, desde já o longínquo ano de 1917, um dos lugares sagrados mais conhecido a nível nacional e internacional, é o centro de peregrinação de Fátima que atrai o maior número de visitantes de todos os pontos do país e, também, um número bastante significativo de estrangeiros. Esta forma de turismo designada de turismo religioso constitui um polo de atracção turística do país para a todas as classes sociais.

O turismo rural, constitui na actualidade, uma das apostas de desenvolvimento do sector do turismo, isto porque, está a desenvolver-se cada vez mais em vários pontos do país, nomeadamente, em zonas bastante marcadas por uma ruralidade e identidade própria que possui valores únicos, genuínos e diferentes.

Na verdade, no final do século vive-se numa sociedade consumista, que cada vez mais, procura “escapar” ao turismo massificado, que desde o início do século se impôs e desenvolveu no nosso país, e hoje mais do ontem, surge a necessidade do homem procurar formas alternativas de fazer turismo, para com ele viver em plena harmonia, então “ a implantação de novas formas de turismo, nomeadamente, ao nível do espaço rural, pode constituir, também um contributo importante para o equilíbrio da actividade turística em geral, cuja diversificação e qualidade da oferta se impõem para fazer face à competitividade crescente contrariando a tendência sazonal desta actividade e o próprio modelo que lhe está subjacente, quase exclusivamente centrado no sol, na praia e na neve” (Baltazar 1994:81).

De facto, o turismo em espaço rural tem o seu maior impacto em Portugal a partir da década de oitenta quando as preocupações ambientais, as crescentes necessidades de descanso em locais calmos e não superlotados, o gosto pelo retorno às origens e por o que é genuíno e diferente são factores evidentes e essenciais para o aparecimento, com maior força, do turismo em espaço rural. Se, no passado, o espaço rural foi invocado como um espaço que não oferecia possibilidades das comunidades desenvolverem as suas capacidades profissionais e não conseguiram ascender a uma vida melhor face às debilidades e constrangimentos deste mesmo espaço que, hoje sabemos e , nos permite reconhecer, que o modelo de desenvolvimento existente para estas zonas revelou-se totalmente incapaz de articular os sectores tradicionalmente presentes no espaço rural com os sectores mais modernos do espaço urbano-industrial.

Perante este cenário de perda de sectores tradicionais e de potencialidades que o espaço rural pode, de forma natural, oferecer, o Estado

Português começa a preocupar-se em tornar os espaços rurais em espaços que possam ser úteis às comunidades para práticas de lazer e ainda como forma de desenvolver-se outras modalidades que revitalizem aqueles espaços.

Assim, os primeiros passos desta nova forma de encarar a actividade turística no espaço rural foram dados através da oferta de quartos em casas particulares de grande significado arquitectónico e histórico (casas solarengas e casas rústicas de qualidade), que vai marcar profundamente toda a evolução do novo turismo rural português. É desta forma que, durante muito tempo turismo de habitação e turismo em espaço rural eram praticamente sinónimos, mas após a saída das primeiras leis referentes ao turismo rural/de habitação distingue-se então as modalidades que actualmente existem: turismo de habitação, turismo rural e agroturismo. A primeira tentativa de enquadrar o turismo de habitação data de 1978, no Decreto-Lei nº 14/78, no seu artigo 41º, prevê o lançamento no mercado turístico de quartos particulares, moradias e apartamentos na modalidade de alojamento que posteriormente viria a ser designada por turismo de habitação. Esta legislação, através da qual se pretendia lançar as bases de uma nova forma de alojamento turístico, era circunscrita a quatro áreas piloto que serviriam de experiência: Vila Viçosa, Castelo de Vide, Ponte de Lima e Vouzela. Perante o sucesso desta experiência, foi alargado a outros espaços do interior que, manifestassem carência de alojamento e potencialidades ambientais, turísticas e culturais e que, cumulativamente, se situassem em regiões já frequentadas por turistas.

Em Dezembro de 1983, através do Decreto-Lei 423/83, são introduzidas algumas inovações importantes, nomeadamente a expressão de turismo de habitação é consagrada legalmente, e o estatuto de utilidade turística (que confere a possibilidade de recorrer ao financiamento através do Fundo de Turismo) é alargado a esta forma de alojamento. Um ano mais tarde, é publicado o Decreto-Lei nº251/84 de 25 de Julho, que pretende lançar as perspectivas oficiais do turismo de habitação, bem como clarificar o acesso à obtenção dessa classificação. No preâmbulo deste diploma é afirmado que "o conteúdo do turismo de habitação não se esgota na exploração de alojamento

turístico, podendo também prosseguir a oferta de serviços de interesse turístico nos domínios da animação, do artesanato, da cultura e até do desporto e recreio dos turistas”(Dec-Lei nº251: 2263).

Em 1986, a 27 de Agosto sai o Decreto-Lei nº 256, que, para além de revogar o anterior, dá início legal, ao turismo rural. Citando o Plano Nacional de Turismo, este conjunto legislativo remete-nos de imediato para o mundo rural, seus problemas, e a sua ligação com a actividade turística. Neste sentido, a actividade até então designada por turismo de habitação, ganha toda a sua actual dimensão: “Turismo no Espaço Rural”. É através deste documento legal que são criadas e definidas pela primeira vez as três modalidades de TER: o turismo de habitação, definido pelo aproveitamento de casas antigas, solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitectónico, com dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade, que satisfaçam os requisitos exigidos ao abrigo do já mencionado Decreto-Lei; o turismo rural, definido como o exercício da actividade em casa rústica com características do meio rural em que se insere, situando-se em aglomerado populacional ou não longe dele e satisfazendo os demais condicionalismos aplicáveis; o agroturismo, é visto como a prática da actividade turística em casas de habitação ou seus complementos integrados numa exploração agrícola, caracterizando-se por algum modo de participação dos turistas nos trabalhos da própria exploração ou em formas de animação complementares. No ano de 1987, em 14 de Janeiro surge o Decreto Regulamentar nº 5 que enuncia diversas disposições que o Decreto-Lei anterior não especifica, são essencialmente, entre outras: a promoção do conhecimento da vida rural pelos turistas; contacto com as gentes locais, a gastronomia, as festas tradicionais e ainda revitalizar a cultura local e/ou regional, e o património histórico e natural.

Com o decorrer do tempo, a legislação nacional relativa ao TER tem vindo a ajustar-se às motivações da procura, é assim que, através do Decreto Regulamentar nº8/89 de 21 de Março, são criados os Hotéis Rurais e os Restaurantes Típicos. Os hotéis rurais podem ser classificados todos aqueles

que se situem em zonas do interior, fora das sedes de concelho, de natureza familiar, ocupando a totalidade de uma casa de reconhecido valor arquitectónico ou com características próprias do meio onde se inserem, terem terraço e zonas verdes para disfruto dos clientes, e devem possuir entre 10 a 30 quartos. O restaurante típico tem que apresentar um ambiente característico da região onde se situa, atendendo à gastronomia, mobiliário, decoração e, eventualmente o folclore ou cantares característicos da região.

Uma vez que o turismo rural é parte integrante da actividade turística em geral, cabe aqui fazer uma referência às estruturas oficiais portuguesas que enquadram esta actividade. A intervenção governamental no turismo efectua-se através da Secretaria de Estado do Turismo desde 1975, encontrando-se integrada no Ministério do Comércio e Turismo. Desta Secretaria dependem directamente a Direcção Geral do Turismo (DGT), o Instituto Nacional de Formação Turística, O Instituto Nacional para a Promoção Turística, o Fundo de Turismo, a Inspeccção geral de Jogos e, ao nível de tutela, a Empresa Nacional de Turismo (ENATUR).

À DGT, cuja vocação é materializar as políticas definidas para o turismo, compete ainda toda a actividade referente à aprovação, licenciamento e classificação das casas de turismo rural, a emissão de pareceres relativos ao financiamento através do Fundo de Turismo, e ainda o controlo do cumprimento da legislação em vigor e da qualidade dos serviços prestados pelas unidades de turismo rural.

O Instituto Nacional de Formação Turística, promove, executa e coordena a formação profissional no sector através dos seus serviços centrais e uma rede de escolas de hotelaria, tem poucas ligações com este novo tipo de turismo, dada a sua própria natureza actual de desenvolvimento.

O Fundo de Turismo, com autonomia administrativa e financeira, dotado de personalidade jurídica e património próprio desempenha, um papel muito importante na concessão de crédito ou outras modalidades de ajuda financeira ao turismo rural.

O Instituto de Promoção Turística, criado a partir de um fraccionamento da DGT no sentido de proporcionar uma actividade coordenadora entre o Estado, as empresas e os responsáveis das unidades de grande qualidade à oferta tradicional, apesar de estar virado fundamentalmente para o turismo de massas.

Ao nível das estruturas territoriais, podemos afirmar que não existem, no domínio do turismo rural português, estruturas territoriais próprias. Assim, criadas há poucos anos e não coincidentes com as regiões administrativas, aparecem-nos, como estrutura territorial as seis grandes Regiões Turísticas de Portugal: Costa Verde, Costa de Prata, Costa de Lisboa, Montanhas, Planícies e Algarve. Para além destas existem ainda as Regiões de Turismo, que são estruturas territoriais transconcelhias e cuja criação está dependente das Câmaras Municipais interessadas.

Importa referir, também, as estruturas não oficiais, - organizações privadas, que integram o turismo, e que, de algum modo, participam directa ou indirectamente na organização do turismo rural português. Estas organizações privadas ou associações, têm como objectivo geral assegurar a genuinidade do produto turístico através de um esforço pela manutenção da qualidade de oferta.

3.3- O TURISMO COMO FENÓMENO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Definir o turismo como um fenómeno social contemporâneo, implica que tenhamos consciência que ele é o resultado de um processo de evolução e criatividade da sociedade humana, orientado no sentido da progressiva satisfação do homem na sua plena forma de viver. De facto, o turismo é um elemento inerente às práticas humanas, que pode ser encontrado em todas as sociedades que atingiram um certo grau de desenvolvimento e de satisfação das necessidades básicas.

Na actualidade, ele assume-se como um fenómeno massificado e de tão decisiva importância que é responsável por inúmeras transformações da sociedade moderna.

De facto o turismo dos nossos dias, considerado um fenómeno social total, abrange todas as camadas da sociedade, afecta toda a humanidade e, assume-se ao mesmo tempo, como um factor de desenvolvimento nas regiões e países de todo o mundo. É, pois, nas sociedades modernas uma das opções de desenvolvimento económico, social e cultural, “pelas implicações, influências e impactos que tem na vida das comunidades, regiões e países” (Ramos 1992:189).

Assim como fenómeno de desenvolvimento económico porque muitas das comunidades e regiões auferem, hoje, de melhores condições económicas, o que motiva a procura de novas e diversificadas actividades turísticas e de lazer, aumentando desta forma o nível económico de determinadas regiões através das práticas turísticas.

Como fenómeno de desenvolvimento social porque permite, um alargamento de convívio social entre as pessoas, um conhecimento mais rico de lugares, costumes e novas culturas possibilitando um movimento de milhões de pessoas por vários lugares do mundo, e como fenómeno de desenvolvimento cultural porque, ao considerar-se a cultura como o valor mais genuíno de uma região ou país pressupõe o conhecimento por parte de outros, de modo a estimular a imaginação do turista, curioso de conhecer o património histórico ou arquitectónico que faz desse lugar um lugar único, genuíno e diferente. Desta forma, o turismo pode potenciar a oferta cultural, atraindo um maior número de pessoas a lugares que antes nunca tinham descoberto e apreciado.

Assim, “a definição de uma estratégia de investimento na área cultural é a melhor aposta para um desenvolvimento integrado, para a revitalização do tecido económico e para a criação de uma dinâmica social: promove o turismo cultural interno e externo, cria receitas, chama a atenção dos agentes económicos locais e externos à região, gera emprego, fixa as populações,

contribui significativamente para uma melhor qualidade de vida” (Afonso 1996: 57).

O turismo surge como uma necessidade imperiosa ou alternativa, com o objectivo de diversificar as actividades económicas, para fazer face à crise que se abateu, sobretudo no sector primário, isto porque “várias gerações dependentes de um só sector de actividade, a agricultura, conduziram um grande número de zonas rurais a uma profunda vulnerabilidade e a uma inércia social. O maior desafio em meios rurais consiste na concepção de estratégias capazes de superar esta dependência e de conduzir as zonas rurais para o caminho do desenvolvimento endógeno”(A Rede 1992:4).

É na perspectiva do aproveitamento das diversidades locais e regionais que surge o turismo como uma das actividades que melhor se poderá inserir no processo de desenvolvimento de regiões deprimidas, ao assumir-se como fenómeno gerador de riqueza e como elemento fundamental no processo de diversificação das actividades económicas.

Na realidade, o fenómeno turístico apresenta características muito diversificadas, cujo impacto global no desenvolvimento de uma região será inevitável, porque os seus efeitos múltiplos de ordem ecológica, paisagística, sócio-cultural e económica, são provocados pelas inúmeras actividades que acompanham, invariavelmente, o processo de desenvolvimento turístico, assumindo-se como, um fenómeno social total.

Na perspectiva de vários autores, o fenómeno turístico tem carácter complexo e multifacetado, porque ele é simultaneamente social, económico, cultural e político, afectando padrões de vida das populações hospedeiras, alterando o ambiente físico, espacial e funcional das localidades e fomentando, ainda, a aculturação (Ramos 1996).

O progresso turístico estruturar-se-á em função de duas variáveis fundamentais; a evolução dos níveis de rendimento, o que deriva das conjunturas macro-económicas das sociedades modernas industriais, e as variações nos padrões sociológicos inerentes às motivações de quem decide fazer turismo. Deste modo, o turismo é o sector onde as alterações sociais

(sócio-psicológicas) e consequentes mudanças nos géneros de vida, mais se repercutem.

De facto as razões e os motivos, ou seja, os factores endógenos que levam ao homem a viajar são variados e complexos dependendo de uma diversidade de factores desde os psicológicos aos económicos e culturais. A primeira sistematização dos motivos que induzem o homem a viajar surge nos trabalhos de Kurt Krapff que, no seu entender, não são mais que a busca de conhecimentos, o repouso, a cura, a religião e conhecer paisagens e culturas diferentes. No entanto, a variedade de motivações que originam, as viagens leva a admitir que o turismo não tenha motivações próprias já que todas as que é possível identificar são comuns a todas as formas de actividade humana podendo, mesmo, identificar-se motivações opostas em função das necessidades de cada momento de partida ou em função das características pessoais de cada viagem. De facto o que distingue o turismo das restantes actividades que podem ter motivações idênticas é a necessidade de deslocação temporária do homem que corresponde a uma das características fundamentais da vida humana.

Desde sempre o homem procurou descobrir coisas novas, novos locais, novas paisagens e novas civilizações. A procura da diversidade e da variedade foi sempre uma das características dominantes do comportamento humano a que, hoje, o turismo permite dar uma satisfação em condições inexistentes no passado. Ora, nesta linha de pensamento podemos afirmar que, o que melhor caracteriza o turismo é a sua faculdade de permitir a satisfação das necessidades que o homem procura e a diversidade de adquirir mais qualquer coisa nova e diferente. Neste contexto a diversidade de novos conhecimentos constitui o motor da evolução humana, social e cultural surgindo logo após a satisfação das necessidades fundamentais no conjunto dos factores que estimulam o homem na procura de novas actividades, novos conhecimentos e novos ambientes.

Todavia, a busca da diversidade de conhecimentos, característica comum a todos os turistas, não tem, contudo, na sua origem as mesmas

razões. Existem de facto um vasto leque de factores que determinam que as pessoas se desloquem por motivos diferentes umas das outras, são, nomeadamente motivos culturais e educativos; profissionais e económicos; saúde, razões étnicas; sociológicas e psicológicas, climatéricas; divertimento e descanso.

De facto o turismo actual é, cada vez mais, encarado como um elemento fundamental à saúde e bem estar das populações, sujeitas a constantes agressões nos seus meios habituais de residência. Estas agressões, de ordem ambiental e social, de quem vive nas grandes cidades em que a poluição e o stress, originam as chamadas doenças da sociedade, poderão, possivelmente, ser combatidas através da prática de actividades de lazer ligadas ao turismo rural, turismo termal, turismo ecológico e turismo cultural.

Na perspectiva de Krippendorf, o turismo funciona como terapia da sociedade e exerce um efeito estabilizador sobre o indivíduo, a sociedade e sobre a economia (Krippendorf 1989). Em contrapartida, para o mesmo autor ... “o ser humano que consegue mudar de ambiente e se desligar, desenvolve, após experimentar a fugacidade do turismo, a necessidade de voltar à estabilidade benéfica do universo quotidiano” (Krippendorf 1989: 18).

Nesta perspectiva, o turista tenderá a procurar o verdadeiro repouso que permita a regeneração das suas energias. O mal estar produzido pelas grandes concentrações urbanas, pelo agravamento da poluição do suporte natural e por um incremento na artificialização dos meios de suporte à vida, leva não só a ter em conta uma possível rejeição do turismo de massas, como também a uma procura de novos espaços susceptíveis de actividades turísticas.

Sem dúvida que o homem tem conquistado, ao longo dos tempos, o seu bem estar económico e social, através da conjugação de factores sociais, económicos e tecnológicos que foram introduzidos na sociedade através da industrialização, que permitiu ao homem moderno novas formas de evasão e de ocupação dos tempos livres, procurando desta forma actividades de lazer motivadoras e, alargar os limites estreitos do seu quotidiano para conhecer

melhor o mundo à sua volta. O turismo terá de ser um acto de inteligência e de criatividade concebido e desenvolvido em função do homem das suas preocupações e anseios. Para atingir esse objectivo não pode ser considerado apenas como mera actividade económica mas também como factor de valorização da dimensão humana.

É, desta forma que podemos entender o turismo como um fenómeno eminentemente dinâmico, não só porque é responsável pelas mais impressionantes migrações que o nosso planeta jamais conheceu, como também é responsável pelas transformações da fisionomia de lugares e espaços que têm vindo a ser descobertos e aproveitados para a prática desta actividade (Quadros 1986).

De facto ao perspectivar-se o futuro das actuais sociedades, há que ter em consideração as transformações dessa sociedade nos aspectos económicos, políticos, sociológicos e culturais que dão, cada vez mais, ênfase ao papel do homem na sociedade e seu ao enriquecimento cultural que, por sua vez, determina as suas atitudes relativamente ao turismo e aos tempos de lazer. Na perspectiva de Krippendorf, as recentes transformações da sociedade determinam as atitudes perante o turismo atribuindo menor importância aos aspectos económicos das coisas, surgindo, assim novos campos de interesse e novas actividades que aumentam a curiosidade pelos valores não materiais como a saúde, ambiente, natureza, o saber e a cultura, bem como a necessidade do indivíduo se personalizar e se libertar das normas e dos constrangimentos sociais (Krippendorf 1989).

De facto estes constrangimentos impediram o homem, durante séculos de dar curso à sua necessidade de viajar mas, devido aos avanços tecnológicos, as conquistas sociais e políticas, o crescimento económico e uma equitativa distribuição de rendimentos e o aumento dos tempos livres e de lazer, garantiram-lhe novas condições de deslocação impelindo-o à descoberta.

Na verdade, o turismo de hoje nada tem a ver com o turismo de há um século e já pouco tem a ver com o de há vinte anos, começando até mesmo a

operar-se modificações ao da década passada. Isto porque cada período de mudança da sociedade arrasta consequências de mudança no turismo que obrigam a que todas as outras actividades que lhe estão ligadas tenham de acompanhar as tendências e alterações que se forem operando.

No entanto e embora o turismo seja um sector em crescimento, e que em dezenas de países já atingiu o estatuto de primeiro motor do desenvolvimento, o turismo de massas, praticado em maior número, defronta actualmente algumas dificuldades. Isto porque, nos dias de hoje a clientela turística exige um turismo mais humanizado em locais mais calmos que lhe permite repousar e apreciar a natureza fora dum clima de contínua turbulência e agitação que se verifica nos grandes centros turísticos (Krippendorf 1989).

De facto, como já se referiu, o turismo está em constante mudança, o que obriga a que se introduza ajustamentos adequados às mudanças e tendências, quer no domínio da procura, quer no domínio da oferta. Assim, a recuperação de zonas degradadas com potencialidades turísticas, bem como as insuficientemente aproveitadas, deverá ser tarefa prioritária para lançar novas condições de aproveitamento para a promoção do desenvolvimento turístico. Neste contexto, há que ter em conta o papel das populações locais, e os recursos existentes para o desenvolvimento do turismo, atendendo à cultura e identidade própria de cada região.

Um factor importante a considerar para a implantação de qualquer projecto turístico é como não podia deixar de ser a animação cultural que constitui uma componente fundamental da oferta turística, por forma a aumentar o grau de satisfação dos turistas, atrair novos segmentos de mercado e aumentar ainda o tempo de permanência nas épocas consideradas baixas para atenuação da sazonalidade.

Atendendo, a que o turismo é um facto irreversível, social, humano, económico e cultural apresenta-se como um fenómeno destinado a exercer uma elevada influência no ambiente em geral e particularmente a descoberta de locais de interesse. Se atendermos à sua dimensão cultural, foi o interesse pela cultura que originou o turismo como fenómeno natural (individual ou

colectivo), ligado à curiosidade, ao ritual da viagem, à descoberta de novas culturas, monumentos e locais de lazer. Se a reformulação do turismo moderno, a partir do final do século XIX teve por objectivo inicial o lazer e o convívio social (termas e praias) rapidamente lhe foi introduzida a perspectiva cultural. Foi sobretudo o modelo britânico, mais desenvolvido nos aspectos técnicos e temáticos, que cultivou a ideia de que o turismo deve ter como base do seu produto os museus, os monumentos e, no sentido geral, a cultura.

Neste contexto, o rápido desenvolvimento do turismo como actividade económica, desarticulada da problemática da cultura tradicional e do património cultural, provocou fenómenos de desestabilização com implicações extremas. Se por um lado, proporcionou o desenvolvimento económico de determinadas regiões, por outro lado, devido à rapidez da expansão começou a revelar-se destruidor da paisagem natural e construída e da identidade cultural e, por isso um fenómeno mais negativo do que positivo, mesmo em termos de rentabilidade económica a longo prazo.

De facto, o turismo como fenómeno social contemporâneo que é reveste-se de grande importância em todas as formas que possa assumir, quer como contributo económico social ou político, quer como a satisfação das necessidades do homem contemporâneo na sua integridade física, mental e espiritual.

3.4- O TURISMO E A COMPONENTE CULTURAL

As relações entre o turismo e a cultura são profundas e têm um duplo sentido: turismo como acto cultural e forma de cultura e turismo cultural como meio de permitir ao homem o acesso a formas de expressão cultural. Como já foi referido atrás, foi o interesse pela cultura (no sentido mais antropológico e humanístico do conceito) que originou o turismo como fenómeno natural,

ligado à curiosidade, e à descoberta de novos povos, novas culturas e às práticas do lazer.

Neste sentido, os aspectos culturais começam então, a ser encarados como produto turístico complementar, e perante esta realidade faz-nos pensar que o binómio turismo/cultura tem de ser inevitavelmente encarado como um processo integrado. Nesta perspectiva, o turismo, a par da dimensão económica e social que o caracteriza e o impulsiona, assume, igualmente uma dimensão cultural que exige a compatibilização entre os seus valores materiais e as formas de expressão espirituais e afectivas que, contribuem para a valorização do homem, na medida em que o turismo tem de ser concebido como uma forma de o homem expressar sentimentos, ideias ou concepções que formam um património para o futuro e dão testemunho de si próprio.

Se definirmos cultura como património de conhecimentos, de princípios, de usos e de regras, de experiências e de opções, que contribuem para transformar o mundo material e criar novos valores espirituais, concluiremos que o turismo cultural é o meio que permite às pessoas conviver com os modos de vida de outros povos e de poder disfrutar do seu património natural, cultural, histórico e arquitectónico, seja qual for o modo por que se expressam.

Na verdade, a cultura diz respeito a todos e não deve ser apanágio de privilegiados ou de uma elite mas contribuir para estimular a criatividade e a imaginação em todas as camadas sociais. É neste sentido que o carácter geral da democracia cultural é consagrado no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O turismo cultural parece ser a nova aposta das diversas políticas europeias e o consumo do património cultural (monumentos, museus, cultura tradicional, gastronomia, património natural) desenvolve-se, cada vez mais, perspectivando-se assim uma maior atracção a lugares que possuindo um património cultural e natural inigualável ganha um novo significado e maior importância, numa perspectiva de rentabilização económica e de desenvolvimento social.

A definição de uma política de turismo cultural coloca questões como a caracterização do tipo de público e respectivos gostos e sobretudo as diversas formas que o produto cultural pode assumir, com vista à definição de uma estratégia correcta que possa contemplar os múltiplos interesses, sem esquecer o desenvolvimento social coerente e positivo.

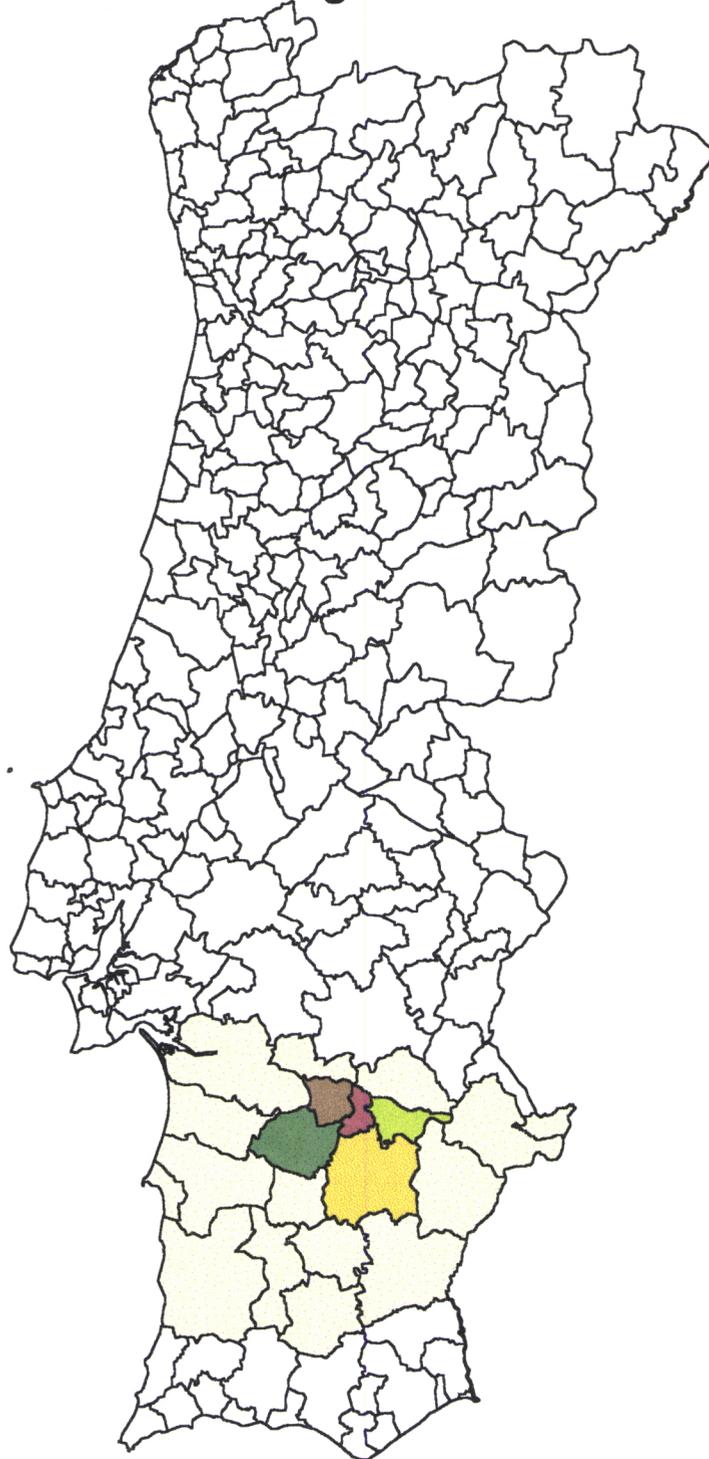
A este ressurgimento do turismo cultural como fenómeno contemporâneo deve seguir-se a definição e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento que perspective, em primeira instância, o património cultural, natural, arquitectónico e o construído. No contexto português, onde as particularidades artísticas e o enquadramento paisagístico do património é, uma surpresa verdadeiramente original para os turistas europeus e outros. Os monumentos eruditos de diversas épocas e linguagens artísticas, as cidades, mas sobretudo a grande dimensão do património tradicional de ambiência rural (onde o construído se interliga com o natural) são atractivos preferenciais. Convém referir, em particular, o património construído de estilo românico, manuelino ou barroco, aos azulejos e aos conjuntos arquitectónicos das vilas e aldeias tradicionais. Entre estas destacam-se as vilas e aldeias alentejanas a que Krapf (considerado uma das maiores autoridades do turismo mundial) elaborou um relatório sobre as condições do desenvolvimento do turismo em Portugal e considerou a região alentejana como uma das principais atracções turísticas a desenvolver e promover, referindo-se ao seu património cultural e histórico, designou as vilas e aldeias de “Villes Blanches” considerando que constituem um conjunto arquitectural harmonioso de uma rara beleza que fazem delas uma atracção turística de muita classe. No entanto, muitas outras regiões do país são ricas em arquitectura tradicional que tem de ser preservada a fim de poder integrar o produto turístico cultural.

A diversidade geo-cultural portuguesa e o facto de equacionarmos no momento vários aspectos do planeamento regional (planos integrados, planos regionais, planos directores municipais) colocam-nos no momento ideal para

abordarmos a problemática do turismo cultural e rentabilizar a vasta herança colectiva no sentido da sua valorização económica, social e cultural.

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Mapa 1 Enquadramento Geográfico da Área de Estudo



0 50 100 150 Quilómetros

Fonte. EDIA e Direcção Regional do Ambiente

Legenda:

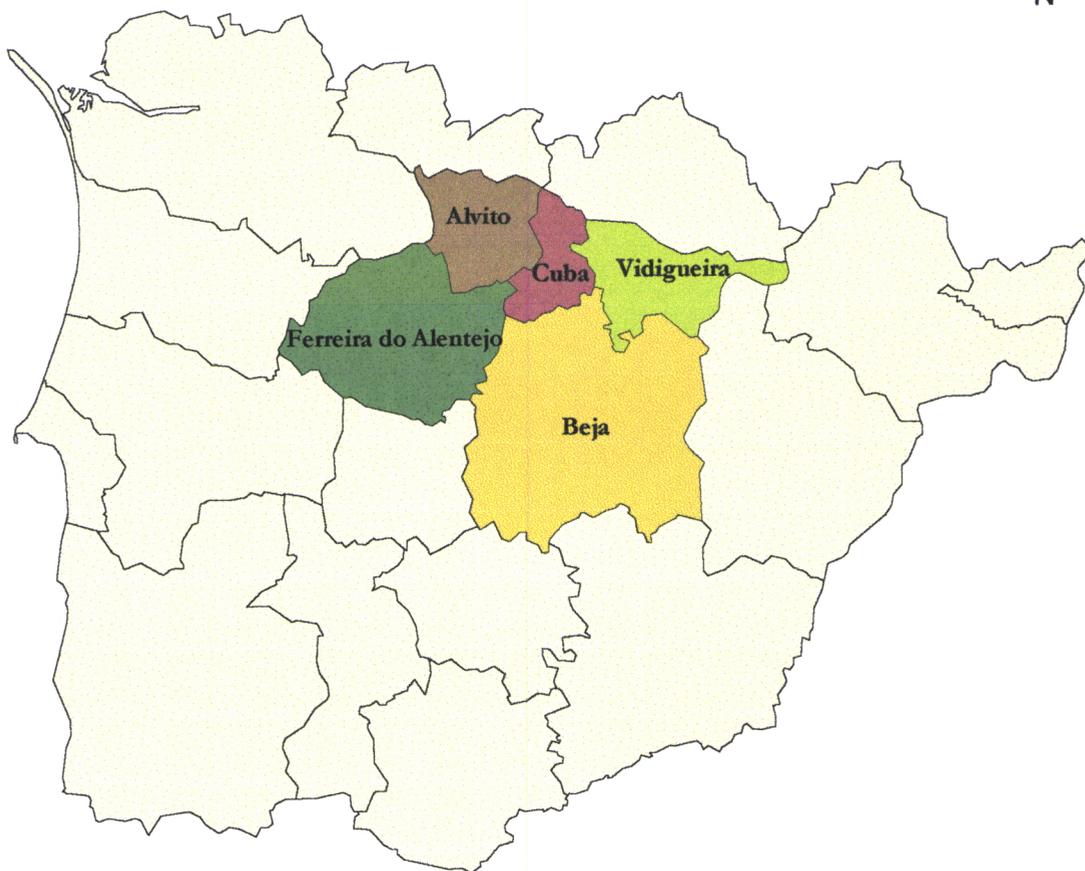
Limite dos concelhos:

-  Alentejo
-  Beja
-  Cuba
-  Ferreira
-  Vidigueira
-  Delimitação dos Concelhos de Portugal
-  Limite dos concelhos do Baixo Alentejo



Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
NIG, Março de 99

Mapa 2 Baixo Alentejo



0 20 40 60 80 100 Quilómetros

Fonte. EDIA e Direcção Regional do Ambiente

Legenda:

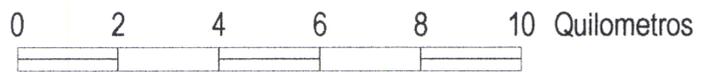
Limite dos concelhos:

-  Alvito
-  Beja
-  Cuba
-  Ferreira
-  Vidigueira
-  Limite dos concelho do Baixo Alentejo



Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
NIG, Março de 99

Mapa 3 Concelho de Alvito



Fonte: EDIA

Legenda:

- Localidades
- Limite de Freguesia



Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
NIG, Março de 99

Mapa 4 Concelho de Beja



Fonte: EDIA

Legenda:

- ⊙ Localidades
- Limite de Freguesia



Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
NIG, Março de 99

Mapa 5 Concelho de Cuba



Fonte: EDIA

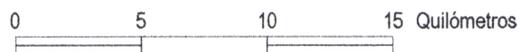
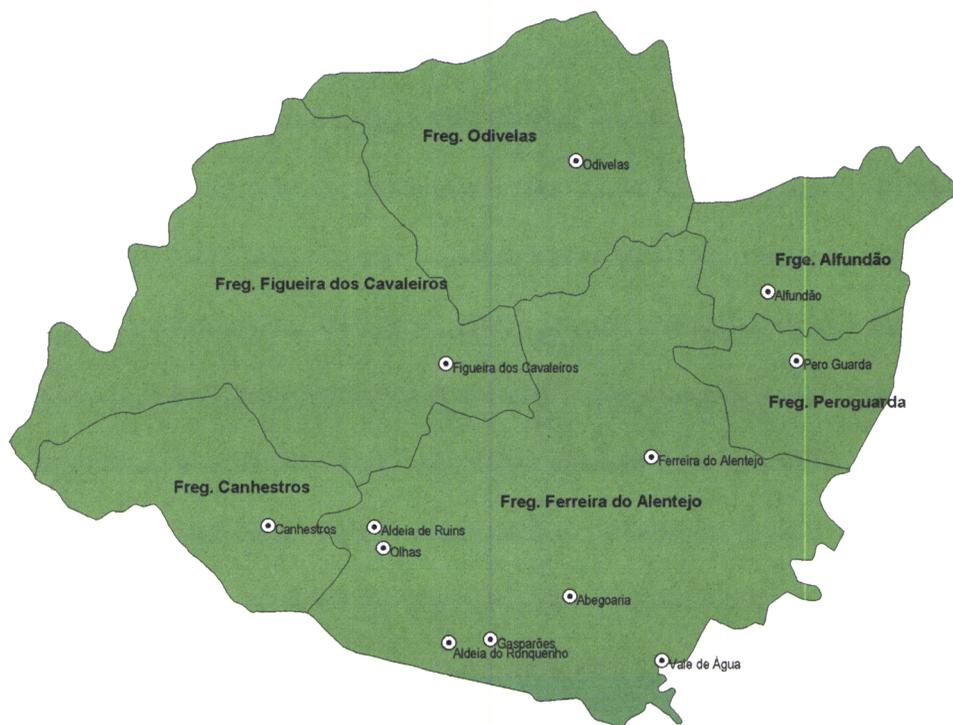
Legenda:

- Localidades
- Limite de Freguesia



Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
NIG, Março de 99

Mapa 6 Concelho de Ferreira do Alentejo



Fonte: EDIA

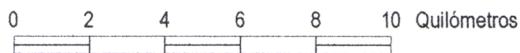
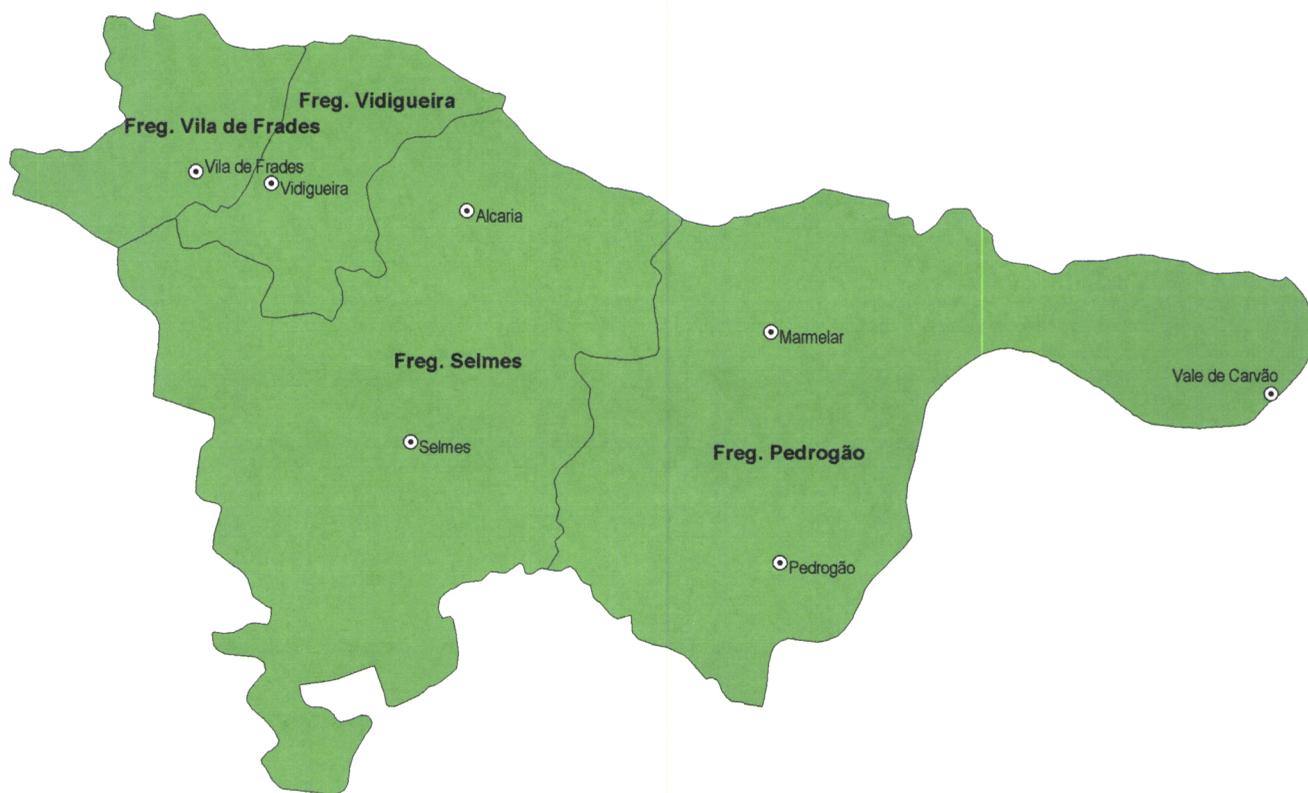
Legenda:

- Localidades
- Limite de Freguesia



Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
NIG, Março de 99

Mapa 7 Concelho de Vidigueira



Fonte: EDIA

Legenda:

- ⊙ Localidades
- Limite de Freguesia



Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
NIG, Março de 99

B- ENQUADRAMENTO REGIONAL

CAPÍTULO 4 - O ESPAÇO SOCIOGEOGRÁFICO

4.1 - Localização, Estrutura Demográfica e Sócio-Económica do Baixo Alentejo

A zona do Baixo Alentejo localiza-se no sul da Região Alentejo, limitado a norte com o Alentejo Central, a sul com o Algarve, a oeste com o Alentejo Litoral e a este com a Espanha (Mapa 1). Ocupa uma área com aproximadamente 8 505 Km² que corresponde a um terço do Alentejo, integra 13 concelhos e tem como principais centros urbanos Beja e Moura, sendo Beja Capital de Distrito (Mapa 2).

Do ponto de vista da localização geográfica, os aspectos mais relevantes são o seu carácter totalmente interior, com características essencialmente rurais, que tem contribuído para os movimentos migratórios, registados, em destaque especial, nos anos sessenta, e resultantes da atracção exercida, em particular, pelas regiões mais industrializadas e, de um modo geral, pelas regiões detentoras de maiores níveis de desenvolvimento, que provocaram um acentuado efeito de desertificação no Baixo Alentejo.

Mais recentemente, em função do desenvolvimento, designadamente no sector do turismo, a orla costeira Algarvia revelou uma manifesta capacidade de atracção das populações do Baixo Alentejo, especialmente dos escalões etários mais baixos.

De acordo, com um estudo realizado pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo de 1995, a estrutura de povoamento tem a sua evolução recente marcada por alterações significativas, globalmente associadas a grandes perdas de população e reproduz um modelo de distribuição espacial da população, evidenciado por duas características fundamentais: a saída continuada da população das zonas profundamente rurais e o poder atractivo exercido pelos aglomerados das sedes de concelho, concorrendo com os

tradicionais pólos de atracção de emigrantes alentejanos, situados no exterior da região. De facto, estes factores, entre outros, determinam uma tendência para um crescente desequilíbrio, já que contribuem para a manutenção artificial dos volumes populacionais das zonas urbanas, essencialmente sustentadas pela progressiva desertificação dos espaços rurais.

O Baixo Alentejo tem uma população de 143 020 habitantes, o que representa pouco mais de um quarto da população residente na região Alentejo, o que lhe confere a densidade populacional de 16,8 hab/km², uma das regiões mais baixas do País (Anexo II).

O acentuado despovoamento da região, iniciado nos anos 60, prolongou-se pela década seguinte e mesmo pelos anos 80, embora em menor escala. Durante o período, que corresponde à realização dos dois últimos Censos (1981-1991), verificou-se, uma forte regressão populacional no Baixo Alentejo, que se traduz, numa taxa de decréscimo da ordem dos 10%, variação substancialmente superior à registada nas outras regiões alentejanas.

Igualmente de registar, em termos de evolução mais recente, o Baixo Alentejo, na última década, registou uma variação negativa da população da ordem dos 6,1% o que, em valor absoluto, significa que a população em 1991 era inferior em 34 988 habitantes à existente em 1981 (Anexo II). No conjunto global, da variação da população dos concelhos do Baixo Alentejo, constata-se que, à excepção do concelho de Castro Verde que registou um aumento de 290 habitantes, (+3,9%), todos os outros concelhos apresentam a sua taxa populacional diminuída durante o período em análise. Atendendo aos valores mais baixos, verifica-se os concelhos de Cuba e Barrancos, respectivamente 4,3% e - 4,9%. O concelho de Beja registou uma taxa de repulsão de -6,3%, valor que pode ser considerado médio se tivermos como cenário de comparação os valores correspondentes aos restantes.

Se atendermos à estrutura etária da população do Baixo Alentejo, verifica-se um elevado grau de envelhecimento da população, quer quando comparada com toda a região do Alentejo, quer relativamente ao total do País. Assim comparando os valores percentuais dos três escalões etários em 1981 e

em 1991, constata-se que se está perante uma situação de duplo envelhecimento da população.

De facto, enquanto a população adulta (15 a 64 anos), registou um pequeno aumento percentual de 0,6%, a camada constituída pelos jovens (0 a 14 anos) diminuiu 3,8% enquanto a população idosa (65 ou mais anos), aumenta consideravelmente o quantitativo populacional em cerca de 3,4%, o que perspectiva o seu decréscimo gradual. Contudo, comparando a situação no Baixo Alentejo com as outras regiões, verifica-se que a percentagem da sua população jovem é ligeiramente superior à do Alentejo sendo, no entanto, inferior à média do País (Anexo II).

Todavia, e perante o cenário de desertificação, envelhecimento da população, deficiências de condições de empregabilidade, entre outros factores, que contribuem para o baixo nível de desenvolvimento económico e social, em termos evolutivos, o decréscimo da faixa etária jovem na última década, operou-se com valores próximos do Alentejo, mas continuando, consideravelmente, inferiores à média do País.

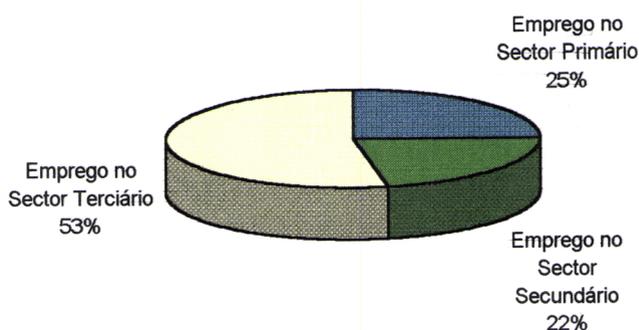
Sendo uma realidade que, em todas as regiões, o envelhecimento da população se processa, essencialmente, à custa do aumento do peso do escalão das pessoas idosas nas estruturas etárias, esta situação retrata com precisão o Baixo Alentejo onde esta faixa etária cresceu 3,4%, contra 3,3% no Alentejo e 2,2% no total do País (Anexo II).

Perante este cenário, verifica-se, porém, que os movimentos migratórios no interior da região do Baixo Alentejo se têm processado através do abandono das zonas rurais e da deslocação das populações para as regiões mais desenvolvidas, onde se registam maiores graus de industrialização e terciarização, ou seja, para as sedes de concelho e para os maiores centros urbanos.

Relativamente à actividade económica, apresenta a maior parte da população empregada no sector terciário (53%), pouca população empregada no sector secundário (22.%) e cerca de um quarto da população empregada no sector primário (25%), (Gráfico 1), uma taxa de actividade baixa e taxas de

desemprego com valores consideravelmente superiores aos que se observam no Alentejo, particularmente no que diz respeito ao desemprego feminino.

Gráfico 1
População Activa por Sector de Actividade Económica
Baixo Alentejo



Fonte: INE - Recenseamento da População de 1991

O Baixo Alentejo é uma região fortemente vocacionada para a agricultura, constituindo uma das principais zonas agrícolas do País, atendendo aos seus recursos naturais, o solo constitui um importante factor produtivo da actividade agrícola. De facto, nesta região são conhecidas as zonas dos Barros de Beja, onde se situa a melhor mancha de solos do Alentejo. É uma zona cerealífera com técnicas de produção avançadas que, em confronto com o tipo de solo, permitem altas produtividades. As principais culturas que ocupam aproximadamente toda a região do Baixo Alentejo são as culturas arvenses, nomeadamente os cereais para grão (trigo mole, cevada e aveia), o girassol e a vinha. Estas culturas estão na base da existência de azeite e vinhos de qualidade, o tradicional azeite de Moura e o vinho regional da Vidigueira, produzidos na Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito,

produto que é promovido e divulgado, como um dos produtos turísticos desta região.

A região do Baixo Alentejo, constituindo uma das regiões mais vastas do País, teve sempre a sua principal fragilidade na base demográfica. É, assim que, esgotado o ciclo de expansão cerealífera, a região se viu de novo despovoada e sem iniciativas fortemente mobilizadoras. Depois do êxodo dos anos 60 que se prolongou com menor amplitude na década seguinte, os anos 80 revelam uma nova tendência para o despovoamento, apesar de se manifestar alguns indícios de capacidade de retenção. Nos últimos dez anos, todas as parcelas do território alentejano, em particular o Baixo Alentejo, assistiram não só à redução dos quantitativos demográficos, como tiveram saldos naturais negativos.

Acresce ainda que, a um acentuado envelhecimento da população, se soma a falta de intercomunicabilidade sectorial da mão-de-obra, essencialmente dependente da agricultura.

Porém, nem só a fragilidade demográfica é o grande problema com que a região se confronta, o segundo grande problema estrutural do Baixo Alentejo está intimamente ligado à estrutura de posse e uso da terra, que se tem processado dentro de um modelo de economia protegida e com base no sequeiro. A este modelo correspondem baixos níveis de produtividade de grande parte das produções agrícolas, sobretudo as cerealíferas, o que tem originado alguns casos de abandono da actividade.

Como é salientado num relatório da SEPDR, "O fim do modelo económico tradicional implica alterações profundas ao nível dos sistemas de produção e dos produtos, com ajustamento do comportamento dos agricultores - no médio e longo prazo - a novos sistemas assentes na extensificação, na água, na floresta e em produtos de qualidade" (SEPDR 1993:7).

De facto, o aproveitamento dos recursos endógenos do subsolo através da mineração tem constituído uma das principais fontes de riqueza do Baixo Alentejo. É, de salientar um dos sucessos mineiros dos anos 80, e que na presente década tem continuado a desenvolver-se, é o da exploração das

reservas de Neves-Corvo, no concelho de Castro Verde, que influenciaram positivamente as estatísticas do Baixo Alentejo.

De salientar, também, nesta vasta região alentejana, o valiosíssimo património cultural e natural, o potencial agrícola, pecuário e florestal são pontos fortes que, se devidamente equacionados, poderão promover o desenvolvimento de outras actividades a eles ligados, como por exemplo a agro-indústria e o turismo.

Deste modo, pela actualidade e interesse de que se reveste a promoção do desenvolvimento da região em análise, as grandes linhas orientadoras processam-se de acordo com um plano de natureza mais global para a região do Alentejo e, terá como princípio orientador a resolução dos principais problemas estruturais relacionados com o esgotamento do modelo tradicional de exploração da terra e o conseqüente êxodo populacional. Este modelo de desenvolvimento, passa pelo aproveitamento do potencial regional existente nos domínios da agricultura, pecuária e floresta que deverão ser reequacionados no contexto da nova Política Agrícola Comum e pela adopção de uma estratégia que contemple a ligação destas actividades com a indústria e o turismo.

Na verdade, o Baixo Alentejo dispõe de potencialidades que aproveitadas poderão dinamizar o desenvolvimento económico e social e, ainda, mobilizar actividades que em complementariedade com a agricultura, esta região se torne um pouco menos débil de carências de vária ordem. O empreendimento do Alqueva, será uma pedra fundamental na prossecução de um novo modelo económico quer do Baixo Alentejo quer em toda a região do Alentejo, contribuindo para a localização de novas actividades agrícolas e de transformação, tendo este empreendimento como objectivos essenciais o estabelecimento de condições favoráveis a uma alteração do modelo tradicional da agricultura, com a substituição progressiva das produções de sequeiro, expectativas empresariais para a região em estudo, susceptível de atrair e fixar actividades que conduzam a uma atenuação das actuais assimetrias de desenvolvimento intra-regional e ainda a criação de condições

propícias ao desenvolvimento da aquacultura e o favorecimento de novas actividades de recreio e lazer.

De facto, existem estratégias e objectivos de intervenção para a região do Baixo Alentejo, integrados numa estratégia operacional que visa em primeira instância fixar as populações e aproveitar os recursos da região. Esta estratégia contempla, contudo, objectivos de dimensão regional, supra-municipal e local, capazes de garantir a realização de projectos e de acções de carácter estruturante e determinante para o processo de desenvolvimento do Baixo Alentejo.

Assim, no âmbito das grandes opções e estratégias que o Plano de Desenvolvimento Regional preconiza a médio prazo (1994/99) para a região do Baixo Alentejo, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, e inverter a tendência preocupante de alguns indicadores (perda demográfica, envelhecimento da população, dependência excessiva da agricultura, exígua actividade geradora de emprego, debilidade económica) que têm acentuado o processo de desertificação do Baixo Alentejo, os objectivos contemplados assentam, principalmente, na valorização dos recursos endógenos, no apoio a organizações associativas na óptica da promoção regional interna e externa, nomeadamente nas áreas do turismo, produtos regionais, cultura e património, e ainda um novo quadro de organização e promoção do emprego e da qualificação dos recursos humanos.

De facto, numa região em processo de desvitalização social e económica acentuada, com escassez de alternativas de ocupação geradoras de rendimentos activos e muito dependente de soluções assistencialistas, como é o Alentejo, a promoção sustentada do emprego a nível local poderá ser bastante estimulada pela organização de redes de cooperação e inovação constituídas com base na associação de interesses e recursos de diversas entidades, públicas e privadas, na busca de condições que permitam atenuar e mesmo inverter a situação existente. Estamos perante, uma zona de repulsão, sem capacidade de fixação, nomeadamente da população jovem e sobretudo da população jovem qualificada, pois os jovens confrontam-se com a falta de

emprego compatível com as qualificações adquiridas e a ausência de oportunidades de emprego impele as pessoas a saírem da região.

Existe ainda, dificuldade de acesso à informação e formação pela grande aversão à mobilidade geográfica e uma quase ausência de iniciativa empreendedora individual, devido à tradicional condição de assalariado agrícola, o que reforça a fragilidade do tecido económico existente e a dificuldade de sobrevivência das pequenas iniciativas empresariais.

Na verdade, o Baixo Alentejo dispõe de uma forte “personalidade”, que lhe é conferida pelo seu património natural e cultural, e as suas raízes tradicionais resultantes de múltiplas influências. Estas características, conferem à região em estudo, um elevado potencial turístico, que devidamente aproveitado, pode contribuir para a diversificação de actividades de lazer nas áreas rurais.

De facto, existem condições para uma crescente afirmação e autonomização de produtos turísticos no Baixo Alentejo, todavia, a situação actual é caracterizada por um incipiente estágio de desenvolvimento. As modalidades de turismo cultural, cinegético e ambiental possuem de facto condições privilegiadas para se afirmarem nesta região rural, sendo as que indubitavelmente mais podem contribuir para preservar a identidade cultural da região e atenuar o êxodo populacional que se acentua cada vez mais nesta região do interior Alentejo.

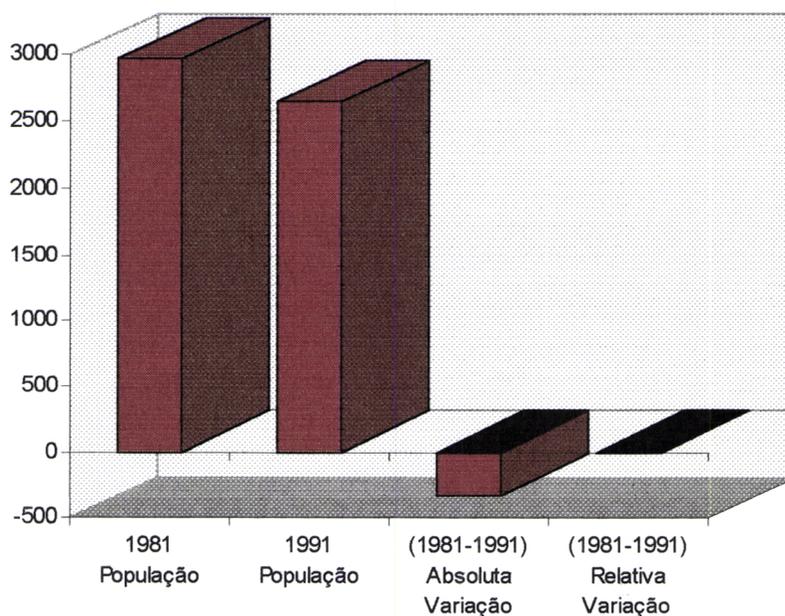
4.2 - Localização, Estrutura Demográfica e Sócio-Económica das Áreas de Estudo

4.2.1. -Localização, Estrutura Demográfica e Sócio-Económica do Concelho de Alvito

O concelho de Alvito situa-se na região do Baixo Alentejo, mais precisamente na zona norte do distrito de Beja, sendo limitado a norte pelo concelho de Viana do Alentejo e a sul, respectivamente, pelos concelhos de

Cuba e Ferreira do Alentejo. Com uma área de aproximadamente 261 Km² sendo, portanto, um dos concelhos mais pequenos do Baixo Alentejo, encontrando-se administrativamente dividido em apenas duas freguesias: Alvito e Vila Nova da Baronia (Mapa 3), com uma população de 2650 habitantes (Censo 1991). O concelho em 1981 detinha um população de 2968 habitantes e em 1991 sofre uma quebra da população na ordem dos 10.7% (Gráfico 2).

Gráfico 2
Variação da População Residente
Concelho de Alvito



Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

A estrutura da população apresenta-se muito envelhecida (25%), sendo o segundo concelho do Baixo Alentejo com a população mais envelhecida, e com apenas 16,8% de população jovem, encontrando-se, contudo, dentro da média dos outros concelhos. No que concerne à população activa, é onde se concentra a maior percentagem da população (58.2%) (Anexo II).

Alvito, encontra-se inserido numa região do interior do sul do país, de características essencialmente rurais onde predominam as pequenas explorações agrícolas de subsistência, sendo um dos concelhos do Baixo Alentejo com menor expressão empresarial e mais reduzida actividade económica. O baixo grau de industrialização no concelho encontra correspondência no reduzido número de actividades instaladas, e o sector transformador concentra-se nas indústrias alimentar, dos curtumes e na fabricação de máquinas não eléctricas. Deve-se, porém, salientar que as pequenas empresas são explorações de raiz predominantemente familiar.

Na actividade económica, o sector terciário detém cerca de metade do emprego no concelho (49.6%). O sector primário tem um peso de 29% no emprego e o sector secundário cerca de 21%. Na realidade, é um concelho com características marcadamente rurais, onde se verifica um peso significativo do sector agrícola (22%). Em termos sectoriais, são os Serviços que revelam maior capacidade de absorção de mão-de-obra, concentrando mais de 42% do volume de emprego do município.

Apesar das pequenas dimensões dos parques empresariais da Agricultura e da Indústria Transformadora, estes sectores revelam, respectivamente, 22% e 14% do volume total de emprego (Anexo II).

Importa, salientar a existência de uma Escola Profissional que se destina a formar pessoal qualificando-os em várias áreas, designadamente: hotelaria, turismo, e animação cultural. Todavia, o concelho de Alvito, só por si, não tem condições para garantir postos de emprego aos formandos que se especializam nas diversas áreas.

No que respeita ao sector do turismo, verifica-se neste concelho uma actividade incipiente, embora com potencialidades características para o desenvolvimento do turismo. A vila de Alvito situa-se, geográficamente, entre duas albufeiras, nomeadamente, a de Alvito e a de Odivelas, dois lugares atractivos e apetecidos para a prática de turismo rural, turismo da natureza, e desportos náuticos, contribuindo, portanto, para dinamizar e influenciar os movimentos turísticos deste concelho.

O concelho de Alvito, detém uma capacidade insignificante de equipamentos hoteleiros, e de alojamento. A oferta de alojamento turístico é garantida apenas, pela Pousada do Castelo de Alvito, associada à existência de pousadas da rede ENATUR, relativamente recente, e a população turística que acolhe é da classe média alta, nomeadamente, turistas de fins-de-semana, ou curtas férias e ainda aqueles que viajam em trabalho.

Relativamente à actividade turística em espaço rural, no concelho de Alvito, existe apenas a Quinta dos Prazeres, Turismo e Caça, com apenas 10 quartos e 21 camas e em Vila Nova da Baronia a Horta da Lameira com 3 quartos, 1 suite num total 8 camas, mas o afluxo de turistas não tem significativo na região. Acentuando-se mais a procura em épocas de caça, de caçadores oriundos de várias zonas do País que ali procuram um pouco de sossego e dos prazeres da tranquilidade alentejana.

Os principais pólos de atracção turística deste concelho, resultam da existência de património monumental, actividade de caça e pesca, artesanato regional e ainda actividades náuticas, nomeadamente, a canoagem.

Com efeito, se atendermos às debilidades e constrangimentos que o interior do Alentejo evidencia, nomeadamente a excessiva dependência da agricultura, a forte tendência para a desertificação humana, o envelhecimento cada vez mais acentuado em todo o Baixo Alentejo e, ainda uma acentuação considerável do fenómeno do desemprego, verificamos que no concelho de Alvito, todas estes factores contribuem, também, para o abandono das regiões rurais e da deslocação das populações para as regiões mais desenvolvidas, nomeadamente a camada mais jovem que procura melhores condições de vida.

O concelho de Alvito, está integrado na AMCAV (Associação de Municípios de Cuba, Alvito e Vidigueira), constituída por cinco municípios, além dos três já referidos, são também Portel e Viana do Alentejo. A associação surgiu em 1991 com o objectivo de promover o desenvolvimento económico, social e cultural das populações da região na concretização de

projectos comuns aos municípios associados, nomeadamente, os Planos Directores Municipais, e o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito.

Relativamente aos principais pólos de atracção turística deste concelho, resultam da existência de património monumental, actividade de caça e pesca, artesanato regional e ainda actividades náuticas, nomeadamente, a canoagem.

Como locais de interesse turístico, a nível do património histórico podemos salientar as Igrejas, Museus de arte sacra, Ermidas, o Castelo (constitui o ex-libris de Alvito), os Pelourinhos e o Santuário de S. Neutel ou St^a Águeda em Vila Nova da Baronia; património cultural assenta sobretudo na gastronomia (cozinha regional, vinhos e doces), nos desportos, nomeadamente, nas piscinas, pesca desportiva (barragem de Odivelas) e equitação, ainda as festas, romarias e feiras constituem também potenciais de atracção turística, designadamente, é de referir a tradicional feira dos santos (1 e 2 de Novembro) conhecida a nível do País, pois, trás a este concelho um grande número de visitantes e excursionistas.



Fig.1 -Castelo de Alvito



Fig.2 -Santuário de S. Neutel - Vila Nova da Baronia

4.2.2-Localização, Estrutura Demográfica e Sócio-Económica do Concelho de Beja

O concelho de Beja situa-se no Centro do Baixo Alentejo, é Capital de Distrito, limitado a Norte pelos concelhos de Cuba e Vidigueira, a este pelo concelho de Serpa, a oeste pelos concelhos de Ferreira do Alentejo e Aljustrel, a sul, respectivamente, pelos concelhos de Castro Verde e Mértola. Com uma superfície de 1142 km², encontrando-se administrativamente distribuído por 18 freguesias, sendo 4 urbanas: Salvador, Santa Maria da Feira, Santiago Maior e São João Baptista, e 14 rurais, respectivamente: Albernoa, Baleizão, Beringel, Cabeça Gorda, Mombeja, Nossa Senhora das Neves, Salvada, Santa Clara de Louredo, Santa Vitória, São Brissos, São Matias, Trindade e Trigaches. (Mapa 4).

A cidade de Beja caracteriza-se por uma situação geográfica privilegiada, em termos de rede viária nacional, uma vez que se situa numa zona de confluência de tráfego entre Lisboa/Algarve e o interior Alentejano e Espanha, servida por um dos principais eixos rodoviários nacionais o IP2. Deste modo, é evidente a acessibilidade de toda esta região à principal via de circulação que, permite a passagem de consideráveis fluxos turísticos em trajecto de férias para o Algarve. Com efeito, a situação geográfica da cidade

de Beja pode constituir um elemento fundamental para facilitar captação de turistas se dispuser de oferta turística adequada.

De acordo, com os dados dos Censos de 1981 e 1991, concelho de Beja, detém a população mais elevada dos treze concelhos do Baixo Alentejo. Em 1981 detinha uma população de 38246 habitantes, na década seguinte (91), diminui a sua população para 35827 habitantes, facto que abrange praticamente todos os concelhos do Baixo Alentejo (Gráfico 3). Verifica-se assim, um decréscimo da população na ordem dos 6,3%, o que comparando com os outros concelhos esta variação é pouco significativa.

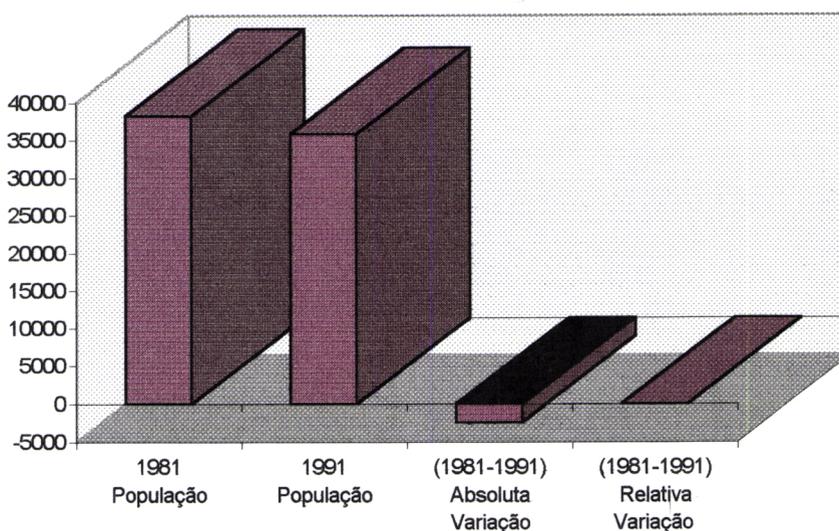
No entanto, e embora se verifique êxodo populacional, envelhecimento da população, e debilidades no tecido sócio-económico, a cidade de Beja tem acompanhado, ainda que ligeiramente, o processo de desenvolvimento nas suas dimensões económica, social e cultural. É, nas freguesias rurais de reduzida dimensão que se verifica, cada vez mais, a diminuição dos efectivos populacionais, envelhecimento da população e o despovoamento. Nas freguesias urbanas, concentra-se a maior parte da população do concelho, cerca de 61,5%. As freguesias urbanas constituem todas aglomerados com mais de 2000 habitantes, e nas freguesias rurais o único aglomerado com mais de 2000 habitantes, é a freguesia de Nossa Senhora das Neves, que representa 6% da população no concelho (Anexo II).

Face à caracterização sócio-económica do concelho, e estrutura social da população activa, o peso dos assalariados é, extremamente elevado, mais de metade da população são trabalhadores por conta de outrem. Assim, no Recenseamento Geral da População (INE 1991), verifica-se cerca de metade da população activa no sector do Comércio e Serviços (34% e 16,7%).

A agricultura, actividade tradicionalmente dominante na área do município, constitui o sector de actividade que pode possibilitar desenvolvimento económico, tendo em atenção as possibilidades naturais que possui, o efeito estabilizador que proporcionará aos outros sectores de

actividade económica e, as possibilidades de retenção da população no concelho, contudo tem um contributo mais modesto em termos de emprego representando, 15%.

Gráfico 3
Varição da População Residente
Concelho de Beja



Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

A agricultura, actividade tradicionalmente dominante na área do município, constitui o sector de actividade que pode possibilitar desenvolvimento económico, tendo em atenção as possibilidades naturais que possui, o efeito estabilizador que proporcionará aos outros sectores de actividade económica e, as possibilidades de retenção da população no concelho, contudo tem um contributo mais modesto em termos de emprego representando, 15%. A Indústria Transformadora, por seu lado, tem um grau de importância médio, correspondendo apenas a 9,1% (Anexo II).

As principais condicionantes ao desenvolvimento industrial devem-se a causas de índole estrutural relacionadas com a localização de Beja no contexto nacional, mas essencialmente ao factor de inexistência de investimento local no sector.

No âmbito, da actividade turística constata-se, que o concelho de Beja, dispõe de potenciais características turísticas que podem possibilitar o desenvolvimento do turismo em espaço rural. Todavia, tem sido até hoje uma actividade pouco incrementada, nesta região, encontram-se em estudo projectos e acções a fim de promover o aproveitamento e desenvolvimento turístico da região, nomeadamente, o turismo em espaço rural. No entanto, é quase inexistente a actividade turística em espaço rural, existindo apenas, no concelho de Beja dois alojamentos turísticos de agro-turismo, respectivamente, o Monte da Diabrória e a Horta do Cano com um total de 25 camas. Todavia, a cidade de Beja dispõe de condições os estabelecimentos hoteleiros, designadamente pensões, residenciais, uma Pousada da rede ENATUR, um hotel de 3 estrelas.

No seu conjunto o concelho apresenta como principais pólo de atracção turística: o património cultural, arquitectónico e arqueológico, o artesanato regional, os produtos alimentares regionais, a doçaria e a gastronomia regional que constituem os pontos fortes na oferta turística.

Na verdade, existem potencialidades neste concelho que devidamente aproveitadas poderão dinamizar o desenvolvimento do turismo como actividade geradora de desenvolvimento económico, social, e cultural e, ainda, alguma oferta de emprego. Para este efeito, terá que haver vontade e iniciativa por parte dos agentes locais, autarquias e população em geral para a implementação de formas de turismo, nomeadamente ao nível do espaço rural, que pode constituir um valioso contributo para a fixação da população, nomeadamente a camada mais jovem.

Com efeito, a actividade turística a implementar nesta região deve ter capacidade para fazer face aos desequilíbrios demográficos existentes nas áreas rurais e ao carácter deficitário do mercado de trabalho.

Os locais de interesse turístico que este concelho oferece, passa pelo seu património histórico ou arquitectónico, o Castelo (ex-libris), Museu Militar do Baixo Alentejo (no castelo), as Igrejas, os Conventos, as Ruínas Romanas de Pisões; a nível do património cultural destaca-se o artesanato, com



miniaturas em madeira, calçado artesanal, olaria utilitária, cadeiras em buinho, esculturas em barro; para a animação cultural existe as piscinas, caça turística, clube de tiro, equitação entre outras.



Fig.3 - Castelo de Beja



Fig.4 - Ruínas Romanas de Pisões

Importa também referir, a grande feira do Alentejo, a “OVIBEJA”, que se realiza na cidade de Beja na última semana de Março, e ainda em Dezembro a “TURISART” feira destinada à apresentação do artesanato tradicional, gastronomia, doçaria e outros produtos turísticos. Saliente-se que qualquer uma destas feiras não se destina só à exposição e venda de produtos tradicionais do Alentejo, outras regiões participam também, fomentado assim os valores tradicionais do nosso país.

4.2.3.- Localização, Estrutura Demográfica e Sócio-Económica do Concelho de Cuba

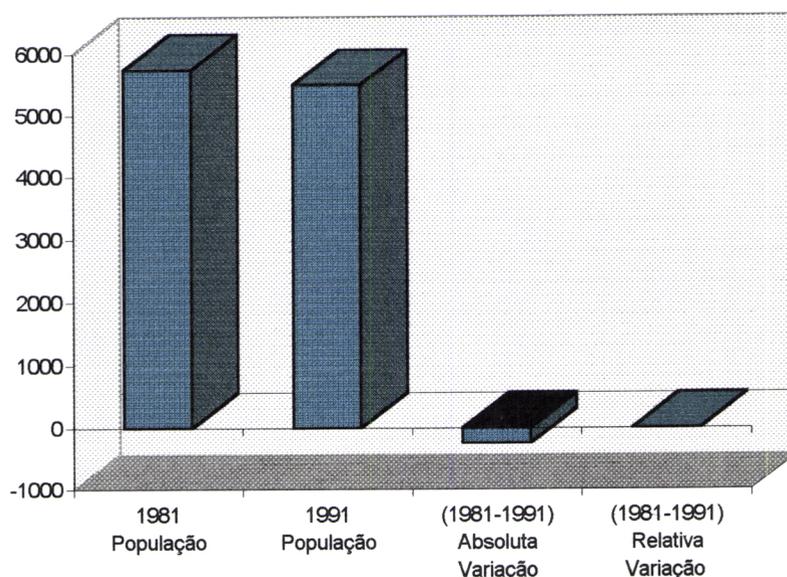
O concelho de Cuba situa-se na região do Baixo Alentejo, mais precisamente na zona norte do distrito de Beja, sendo limitado a norte pelo concelho de Portel, a sul, pelo concelho de Beja, a oeste, respectivamente, pelos concelhos de Ferreira do Alentejo Alvito, a este pelo concelho de Vidigueira. Com uma área de aproximadamente 171 Km² sendo, também, um dos concelhos mais pequenos do Baixo Alentejo, está administrativamente dividido em quatro freguesias: Cuba, Faro do Alentejo, Vila Alva e Vila Ruiva, (Mapa 5). Segundo os dados do Censo de 1991, o concelho de Cuba detém uma população de 5494 habitantes. No conjunto das quatro freguesias que integram este concelho, a de Cuba e sede de Município, evidencia um peso demográfico significativo, pois, concentra cerca de 62% da população total do concelho, único aglomerado com mais de 2000 habitantes (3428 em 1991). No entanto entre 1981 e 1991 o concelho viu diminuir o seu efectivo populacional cerca de 4.3% (Gráfico 4).

Obviamente que este concelho, do interior do Baixo Alentejo, caracteriza-se, também, com debilidades e constrangimentos que o espaço rural em geral evidencia, nomeadamente a excessiva dependência da agricultura, tendência para a desertificação e envelhecimento da população e o desemprego.

De facto, verificamos que, no concelho de Cuba este quadro é deveras preocupante, facto que se traduz na reduzida actividade económica associada a um pequeno parque empresarial. Sectorialmente, a actividade económica do concelho assenta, basicamente, em três sectores: a agricultura, o comércio e os serviços que absorvem maiores contingentes de emprego (67,8%).

O sector secundário tem um peso significativo, e apesar do reduzido número de empresas a Indústria Transformadora profundamente dependente do sector agro-alimentar, contribui com 10,3% para o valor total de emprego do concelho (Anexo II).

Gráfico 4
Varição da População Residente
Concelho de Cuba



Fonte: INE - Recenseamento da População de 1981 e 1991

O sector secundário tem um peso significativo, e apesar do reduzido número de empresas a Indústria Transformadora profundamente dependente do sector agro-alimentar, contribui com 10,3% para o valor total de emprego do concelho (Anexo II).

A actividade turística, apresenta-se muito débil, constatando-se a quase inexistência de tradição turística e nem a procura estimula o seu surgimento. À importância potencial da actividade opõe-se a realidade actual de quase inexistência de infra-estruturas, equipamentos e recursos humanos qualificados.

De facto, podemos concluir que a actividade turística, no concelho em análise, e no sentido genérico, tem-se baseado num turismo de passagem, cuja retenção no concelho é diminuta por falta de estruturas de acolhimento. As infra-estruturas hoteleiras existentes, não têm um grau de equipamento e

conforto suficientemente atractivos. Existindo, apenas, na vila de Cuba, um estabelecimento hoteleiro, classificado na categoria de pensões.

Contudo, o concelho dispõe de algumas potencialidades que, se devidamente exploradas e valorizadas, poderão constituir-se em importantes factores de suporte do processo de desenvolvimento de que o mesmo necessita. De entre, as potencialidades existentes destacam-se o artesanato diversificado, sapatos manufacturados, peles ou miniaturas de alfaías agrícolas são alguns dos exemplos, o património histórico-arquitectónico resume-se às Igrejas, Ermidas, pontes romanas e casas de habitação, dos séculos XVIII e XIX, de grande valor arquitectónico, gastronomia regional e os grupos corais constituem pontos fortes de atracção turística que o concelho tem para oferecer.



Fig.5 - Igreja Matriz de Cuba



Fig.6 - Ponte Romana | (1)

(1) - Considerada Monumento Nacional pelo Dec-Lei 47 984, de 06-10-1967

4.2.4 - Localização, Estrutura Demográfica e Sócio-Económica do Concelho de Ferreira do Alentejo

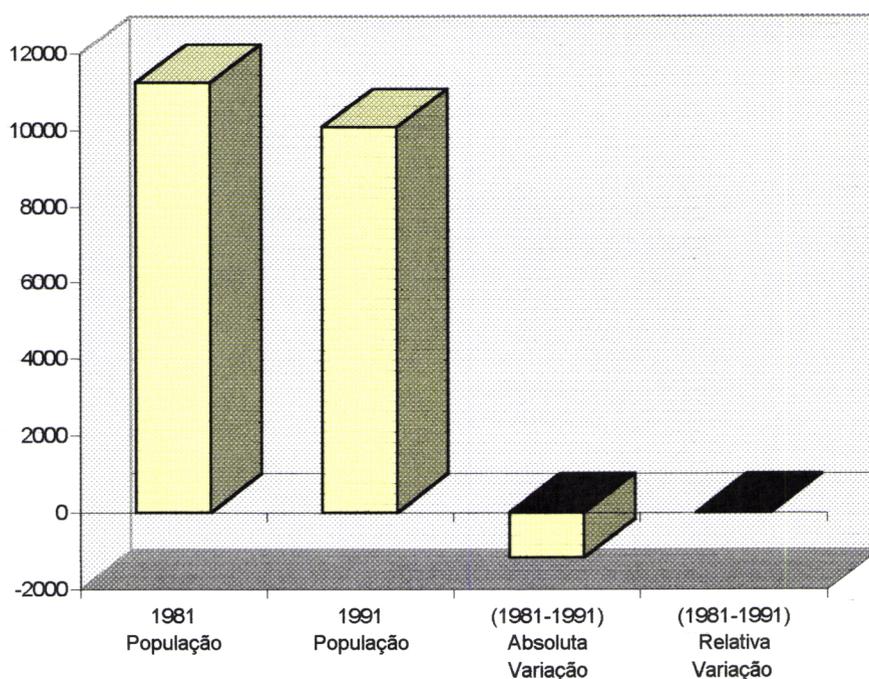
O concelho de Ferreira do Alentejo situa-se na região do Baixo Alentejo, sendo limitado a norte pelo concelho de Alvito, a sul, pelo concelho de Aljustrel, a este pelo concelho de Beja e a oeste pelo de Grândola. Com uma área de aproximadamente 648 Km², e uma população de 10075 habitantes, encontrando-se administrativamente dividido em seis freguesias: Ferreira do Alentejo, Alfundão, Canhestros, Figueira dos Cavaleiros, Odivelas e Peroguarda. (Mapa 6).

A população residente actualmente no concelho não difere significativamente, no seu número da registada em 1930, que detinha cerca de 12 500 habitantes, vinte anos depois, na década de 50, o concelho viu a sua população aumentar cerca de 3000 habitantes, década em que o concelho atingiu o seu valor mais elevado até hoje (15.637 hab.). No entanto face aos elevados níveis de desvitalização demográfica, que se fez sentir em todas as regiões, desde a década de 60 não têm cessado de atenuar as debilidades da estrutura económica destas regiões. Todavia, o concelho de Ferreira do Alentejo, na década de 70 retoma o seu crescimento positivo (da ordem dos 0.02%), cuja explicação assenta, fundamentalmente, no fluxo de agricultores que vieram estabelecer-se no concelho atraídos pelas facilidades que os empreendimentos hidro-agrícolas do Roxo e de Odivelas vieram criar na agricultura local. O regresso dos oriundos das ex-colónias e a contenção migratória contribuiu, também, para este crescimento. Porém, entre 1981 e 1991 o concelho teve uma perda da sua população de 1169 habitantes, registando-se este decréscimo demográfico (Gráfico 5), significativamente, nas freguesias com maior efectivo populacional, designadamente: Ferreira do Alentejo e Figueira dos Cavaleiros, que se evidenciam, com peso demográfico mais alto, respectivamente, Ferreira do Alentejo cerca de 52% e Figueira dos Cavaleiros com 17,3% (Anexo II). Tal como acontece no total da região do

Alentejo, também, no concelho de Ferreira do Alentejo as áreas mais povoadas, e que perdem menos população são as que possuem solos mais férteis, como acontece com Figueira dos Cavaleiros que possui uma área de regadio vasta permitindo uma maior rentabilidade agrícola, empregando a maior parte da população activa.

Sendo o Alentejo uma região predominantemente agrícola, o concelho de Ferreira do Alentejo não se afasta desta característica geral. Com efeito mais de metade da população activa está ocupada na actividade agrícola (54,1%). O sector do comércio e hotelaria embora com um menor grau de empregabilidade, ainda absorve 16% da população. A actividade industrial é também escassa, com capacidade de absorção de emprego na ordem dos 10% (Anexo II).

Gráfico 5
Varição da População Residente
Concelho de Ferreira do Alentejo



Fonte: INE- Recenseamento da População de 1981 e 1991

A crise da indústria de concentrado de tomate, levou ao encerramento em 1985 da única unidade industrial localizada no concelho designada de Consol. Actualmente, as actividades industriais resumem-se à existência de pequenas oficinas disseminadas um pouco por todo o concelho. Estas oficinas dedicam-se a actividades do sector agrícola.

No que respeita, à actividade turística podemos afirmar que é escassa, não se revelando um sector que, actualmente evidencie desenvolvimento económico, social e cultural para o concelho. No entanto, o concelho é privilegiado de potencialidades atractivas que podem fomentar o desenvolvimento desta actividade, podemos destacar a Barragem de Odivelas, dispõe já de um complexo turístico designado a Markádia que atrai alguns turistas, nomeadamente, de curtas férias ou de fins-de-semana.



Fig.7 - Barragem de Odivelas

Com efeito, o concelho dispõe de um leque de potencialidades que, devidamente aproveitadas e valorizadas, poderão constituir vectores de suporte ao desenvolvimento do turismo, atendendo, pois, à sua estrutura paisagística, nomeadamente, toda a área de paisagem natural em volta da Barragem de Odivelas; as casas apalaçadas com traça original passíveis de

utilização para um turismo rural de qualidade; património arquitectónico e cultural; de referir que o concelho detém uma extensão de 12083 há de área destinada à actividade cinegética. De facto, a prática da caça pode conduzir ao desenvolvimento do turismo cinegético, e poderá também ter reflexos directos no desenvolvimento económico da região. O artesanato é um dos produtos a considerar e a potencializar, nomeadamente, as tradicionais camas de ferro de Ferreira; e ainda os estilos de vida comunitária e culturais rurais que, sem prejuízo de mudanças que o processo de desenvolvimento poderá trazer, são recursos a rentabilizar.

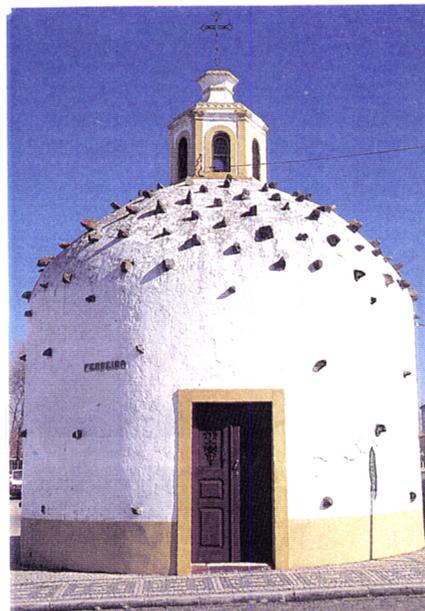


Fig.8 - Capela do Cálvario

4.2.5 - Localização, Estrutura Demográfica e Sócio-Económica do Concelho de Vidigueira

O concelho de Vidigueira situa-se a norte do Baixo Alentejo e do distrito de Beja, sendo limitado a norte pelo concelho de Portel, a sul, pelo concelho de Beja, a oeste pelo de Cuba e a este respectivamente, pelos concelhos de Serpa e Moura. Com uma área de aproximadamente 315 Km², encontrando-se

administrativamente dividido em quatro freguesias: Vidigueira, Pedrógão, Selmes e Vila de Frades (Mapa 7).

Toda a zona norte do concelho, estende-se ao longo da vertente sul da serra de Portel e a sua paisagem é caracterizada por montes e colinas povoados de vegetação e de aspecto muito variado.

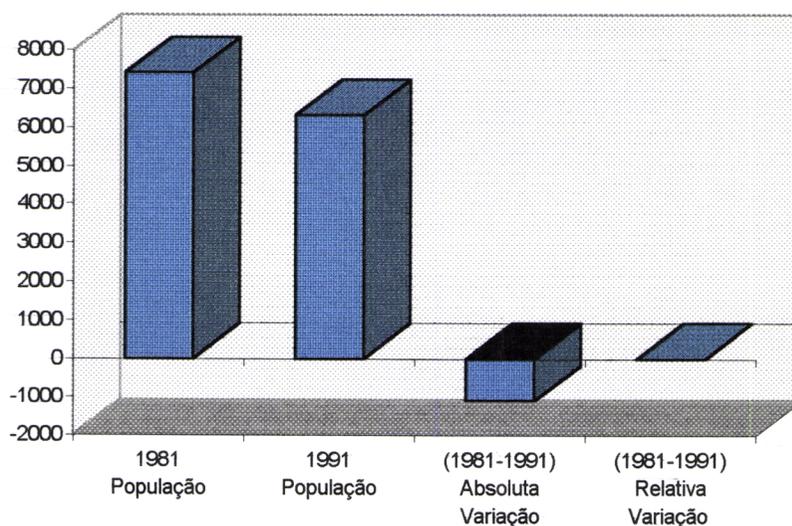
De acordo, com os resultados do Censo de 1991, o concelho de Vidigueira tem uma população de 6305 habitantes. O envelhecimento da população é um facto incontestável, em que 22.2% dos seus habitantes pertencem à taxa etária com mais de 65 anos e os jovens com menos de 15 anos estão representados em apenas 16.8%. No conjunto das quatro freguesias que integram este concelho, a de Vidigueira evidencia um peso demográfico significativo, sendo o único aglomerado com mais de 2000 habitantes (2865 em 1991). Segundo os dados do Censo de 1981, o concelho detinha uma população de 7405 habitantes, no entanto verifica-se uma diminuição da população entre 1981-1991 em cerca de 1100 habitantes na população municipal (Gráfico 6), sendo a freguesia de Vidigueira a mais atingida sofrendo uma descida de cerca de 800 habitantes, os restantes registou-se na freguesia de Pedrógão. Obviamente que esta situação não é indiferente a todos os restantes concelhos do Alentejo, em que se verifica uma acentuada diminuição de toda a população, atendendo, de facto, às características de ruralidade que são inerentes a todos os concelhos do interior Alentejo.

Deve-se, contudo, salientar que nos anos 50 o concelho atingiu uma população, de 11252 habitantes. De 1950 a 1970 o decréscimo é geral, em que a população do concelho se reduz para 8230 habitantes. Esta quebra, do ritmo de crescimento populacional a partir da década de 50 é, um fenómeno que ocorre a nível nacional e tem como causa mais importante o surto da emigração verificado neste período, embora também seja de considerar, já nos anos 60, a guerra colonial e diversas transformações sociais que se processaram no nosso país, que atingiram também o concelho em análise. De facto, estas crises levaram a movimentos migratórios muito significativos no

concelho, e não foram só os trabalhadores rurais que procuraram noutras regiões melhores condições de trabalho, também muitos jovens, sobretudo de famílias abastadas que, após terem concluído alguns estudos foram em busca de lugares mais bem remunerados nos serviços públicos, ou na actividade comercial ou industrial.

Com efeito, ainda hoje se evidenciam os problemas e deficiências de base sócio-económica que atinge o concelho, levando assim à emigração crescente por parte da camada mais jovem na procura de melhores condições de vida.

Gráfico 6
Variação da População Residente
Concelho de Vidigueira



Fonte: INE - Recenseamento da População, de 1981 e 1991

O concelho de Vidigueira evidencia-se com uma fraca concentração empresarial e uma reduzida actividade económica, essencialmente baseada na agricultura, que influencia de forma acentuada a taxa de emprego (34%) da população activa do concelho. Nesta região predomina a cultura da vinha, sendo, pois, considerada a região vinhanteira do Baixo Alentejo. Os olivais,

que em grande parte se encontram junto com as vinhas, ocupam também um lugar preponderante entre as culturas deste concelho. Além disso, é também nesta região que, devido à abundância de águas, existe um maior número de hortas e pomares. Será, portanto, de salientar que, o Guadiana constitui a nascente, o limite do território municipal, numa linha sinuosa em cerca de 25 Km de extensão.

Sendo este concelho, o principal centro de produção de uva, no decorrer da Reforma Agrária, realizada após a Revolução de 25 de Abril de 1974, os latifúndios existentes no concelho foram transformados em cooperativas agrícolas. De entre as seis existentes, duas revestem-se de grande importância a nível do concelho e também no Alentejo, devido à grande quantidade de vinho que produzem, são respectivamente, a Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito fundada por iniciativa de um grupo de viticultores dos três concelhos, e a Cooperativa Agrícola de Vidigueira, fundada em 1979, ano em que se inaugurou a instalação fabril neste concelho. Deste modo, e perante a abundância de produção vinícola, esta actividade emprega, em grande número, o trabalho feminino, quer do próprio concelho quer de regiões vizinhas.

No que respeita, a outros sectores de actividade, a indústria transformadora, não obstante o fraco grau de industrialização do concelho, representa, em termos de emprego, cerca de 15% do total. Salvaguardando a situação do comércio, que, só por si, contribui com cerca de 26% para a taxa de emprego da região, as demais componentes do sector terciário, nomeadamente, Telecomunicações e Comunicações; Bancos, Seguros, e Serviços, são menos relevantes representando, respectivamente, 2%, 4,7% e 13% (Anexo II).

A nível do desenvolvimento da actividade turística, também neste concelho continua a ser uma das carências detectáveis na região, apesar de alguns progressos que se têm feito nos últimos anos, quer na reconstituição do património cultural, quer arqueológico, não se tem manifestado uma tendência para o crescimento do sector.

Na verdade, a região do concelho da Vidigueira, como outras regiões do Alentejo, não tem grande tradição turística, no entanto possui potencialidades que a serem devidamente aproveitadas e dinamizadas poderão constituir um potencial turístico importante a desenvolver. Refere-se, assim, as Ruínas de S. Cucufate, denominadas a “Villa Romana de S. Cucufate” na freguesia de Vila de Frades que, tem atraído alguns turistas. Os pólos de atracção turística deste concelho, resultam da existência de património monumental, e histórico, nomeadamente, o castelo de Vidigueira, casas apalaçadas de grande valor arquitectónico e, ainda outros monumentos que enaltecem o património do concelho. Evidencia-se também, as tradições culturais, as manifestações festivas e culturais de raiz popular que vão passando de geração em geração, ainda o artesanato, a gastronomia regional, os doces e por excelência o tradicional vinho da Vidigueira constituem produtos turísticos de qualidade.

No entanto, embora se criem condições para o desenvolvimento do turismo, deve ter-se consciência que esta actividade, por si só, não conseguirá, de forma alguma, atenuar os problemas de desertificação, envelhecimento da população e ainda a saída de jovens em procura de melhor qualidade de vida.



Fig.9 - Ruínas de São Cucufate- Vila de Frades



Fig.10 - Adega de Vidigueira

TERCEIRA PARTE: O TURISMO EM ESPAÇO RURAL

C- A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO DO MUNDO RURAL

CAPÍTULO 5 - CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

5.1 - A EMERGÊNCIA DE NOVAS FORMAS DE TURISMO

O turismo, enquanto fenómeno económico e social, tem crescido regularmente nas últimas dezenas de anos, em algumas regiões a uma ritmo espectacular. Este crescimento fundamenta-se na abertura do sector à generalidade da população, após um longo período em que a prática do turismo era restrita. Com efeito as razões desta abertura radicam na vulgarização da prática dos direitos dos trabalhadores, designadamente a atribuição progressiva de tempos livres remunerados, a ritmos semanais e anuais.

A corrida para as praias no verão, realidade activa nos últimos 30/40 anos, sobretudo nos países de clima mediterrâneo e em mais alguns pólos dispersos ao nível mundial, provocaram problemas de congestionamento, poluição diversa e descaracterização cultural das sociedades acolhedoras. Deste modo a pressa dum crescimento alucinante a nível económico da actividade turística, tornou o turismo num inimigo de si próprio e numa insustentável perda de qualidade que em muitas regiões sufocou o seu desenvolvimento económico, social e cultural, como resultado de estruturas desorganizadas quando não mesmo caóticas. Porém o desenvolvimento considerável do turismo é uma fonte importante de rendimento das populações em muitas regiões, mas deverá ser controlado no espaço e no tempo, de forma a assegurar a sua compatibilização tanto com o objectivo de desenvolvimento de outras actividades como com o objectivo de protecção dessas mesmas regiões.

Com efeito, o turismo está em constante mutação, o que obriga a que se introduzam ajustamentos adequados às mudanças e tendências que se foram operando, quer no domínio da procura, quer no domínio da oferta. Nesta perspectiva e tendo em consideração que a necessidade de transformação qualitativa do turismo é condicionada pela situação económica e financeira de um país, ao turismo deve ser reservado o papel de factor estratégico para a eliminação dos desequilíbrios e ainda para a reanimação da economia a nível internacional ou nacional.

De facto, todo o esforço de desenvolvimento turístico terá como pressuposto a participação das populações locais, atendendo a que qualquer processo de desenvolvimento turístico deverá assentar nos recursos turísticos locais, quer sejam de ordem natural ou humana. Sem contudo, perder de vista os interesses nacionais e a subordinação a estes, todo o esforço de desenvolvimento do fenómeno turístico deverá contemplar os interesses e as aspirações das populações.

Sabemos que o crescimento económico e a modernização são essenciais a um processo sustentado de melhoria do bem-estar dos indivíduos; porém, para que esta melhoria se dê é necessário uma atenção particular à qualidade de vida, à oferta de bens culturais, à ocupação dos tempos de lazer e à defesa do consumidor. Nesta perspectiva, e perante uma maior abertura da sociedade quer ao exterior, quer ao próprio processo de modernização, é importante dar uma forte dimensão qualitativa ao desenvolvimento económico e social, levando a cabo acções que permitam afirmar as raízes culturais e fomentar a qualidade de vida na criação de actividades geradoras de bem estar social.

Neste contexto e perante a necessidade de dar um novo sentido à vida social e cultural das populações, o turismo assume novas formas que vêm valorizar as comunidades possuidoras de um valioso património histórico-cultural considerado, uma vertente de qualificação da identidade cultural das comunidades. Reduzindo a dependência de um produto turístico "sol/praias" com elevada sazonalidade a diversificação da oferta emerge com o

investimento em novos produtos, nomeadamente no turismo cultural, no turismo desportivo (em especial o golfe, os desportos náuticos e a caça), no turismo rural e no turismo de habitação.

A abordagem do turismo em meio rural e as motivações que lhe estão subjacentes, colocam o espaço rural como o único espaço turístico capaz de admitir um aumento da procura, caracterizando-a pela atracção do tradicional, pelo seu carácter diferente e autêntico. A problemática identitária ligada às comunidades de acolhimento consideradas como produto turístico torna-se central, na medida em que o processo de consumo mítico do turismo é, neste contexto, o mundo rural na sua globalidade, as suas culturas, os seus modos de vida, detentores de uma pureza e de uma autenticidade que o tornou uma forte atracção turística.

De facto o ponto de viragem das políticas internacionais de turismo, situam-se nos finais dos anos 70, culminando com a Conferência de Manila em 1980 que definiu duas grandes linhas de orientação para o turismo nacional: a promoção do turismo interno; o conteúdo das motivações turísticas é sobretudo cultural. Assim, estas duas grandes linhas de orientação são contextualizadas pelo reconhecimento do turismo como um fenómeno social, logo, “parece oportuno e necessário analisar o facto turístico em função fundamentalmente da amplitude que adquiriu depois dos trabalhadores passarem a ter direito a férias pagas, o que fez passar do plano limitado dum prazer elitista para o plano geral da vida social e económica” (Lanquar 1985:5).

Convém referir, ainda, alguns princípios orientadores e conclusivos da referida Conferência de acordo os objectivos do turismo: “proteger e preservar o meio ambiente, da estrutura ecológica e do património natural, histórico e cultural; óptima utilização qualitativa dos recursos turísticos existentes ou potenciais dum país, compreendendo especialmente o conjunto do património cultural, artístico, histórico e espiritual, afirmando o princípio da autenticidade e evitando a sua deformação e a sua falsificação”.

Com efeito, nos princípios orientadores supracitados, o património natural é defendido como um elemento fundamental de contextualização ou enquadramento da problemática turística. A afirmação do princípio da autenticidade é aplicado principalmente ao turismo rural, pelo seu carácter genuíno, diferente e puramente natural que o diferencia dos “outros turismos” (Quadro V).

Quadro V Estratégias do Turismo

Antes da Conferência de Manila	Depois da Conferência (1980)
1. Desenvolvimento espontâneo	1. Desenvolvimento Planificado
2. Estratégias deixadas à iniciativa individual	2. Política de turismo desenvolvida a nível nacional orientada para as empresas
3. Importância dada aos aspectos económicos	3. Consideração dada aos factores políticos, sociais, económicos, educativos, culturais e ambientais
4. Maximização do lucros	4. Optimização das vantagens económicas e sociais
5. Importância atribuída aos preços	5. Importância dada aos valores
6. Crescimento	6. Desenvolvimento
7. Férias passivas	7. Férias activas
8. Produtos estereotipados	8. Produtos diferenciados
9. Publicidade e promoção do turismo	9. Informação e educação por intermédio do turismo
10. Degradação do ambiente	10. Protecção do ambiente
11. «Guetos» turísticos	11. Integração da população local
12. Falta de comunicação	12. Utilização das línguas numa óptica universal

Fonte: “Estatuto do Turismo”, DGT, 1993

Na perspectiva de Helena Marques, a diferença e a genuinidade inerente ao turismo rural “são atributos profusamente utilizados para caracterizar o turismo em espaço rural: diferente por não ser urbano e genuíno por não ser possível encontrar idêntico noutra local. Associados a estes atributos estão normalmente o património, a cultura local, o sossego, a natureza, a gastronomia e a animação” (Marques 1989:32).

Lanfant defende a tese de que o fenómeno turístico se está a formar no ponto de articulação dos mundos moderno e tradicional, industrial e arcaico, rural e urbano afirmando, “nós observamos que as sociedades de acolhimento, perante a necessidade de se oferecerem como produto turístico à venda no

mercado de oferta, encontram-se num processo de comercialização da sua cultura... as sociedades locais estão ao mesmo tempo implicadas num reinvestimento do seu passado, reestruturação do seu património, na manutenção e revitalização das suas tradições” (Lanfant 1992:174).

A problemática do turismo tem sido, ao longo dos últimos anos, protagonista de novos desenvolvimentos e terminologias que, substituem a abordagem restritiva da autenticidade ligada ao espaço rural por uma abordagem global ligada à emergência do turismo responsável e ainda do turismo sustentável. Em 1989, a Organização Mundial do Turismo num seminário internacional que organizou sobre o turismo alternativo, surge com a definição de um turismo responsável que, segundo a OMT, diz respeito a todas as formas de turismo que respeitem os patrimónios natural, construído e cultural das sociedades de acolhimento e os interesses de todas as partes envolvidas: habitantes, hóspedes, visitantes, indústria e governo, (OMT 1989).

O conceito de turismo sustentável filia-se no conceito de desenvolvimento sustentável que Brundland genericamente define como um desenvolvimento que deverá satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades. Assim, o turismo sustentável deverá assentar num crescimento económico cuidadoso, que providencie a satisfação de empregos, sem dominar a economia local. E porque é sustentável deverá, obrigatoriamente, respeitar o ambiente e o património natural e ainda respeitar os valores tradicionais e as comunidades devem manter-se como estão. Ora se o turismo sustentável é considerado um turismo alternativo, então só tem sentido em relação a um outro turismo que lhe serve de espelho e do qual se pretende demarcar (turismo de massas).

A crise da indústria turística baseada no produto sol-praia e a necessidade de encontrar novas vocações para os espaços rurais europeus, não tem sido equacionada pelas análises mais endogenistas. As denominadas análises do desenvolvimento integrado filiadas no paradigma territorialista, no que se refere ao turismo, acentuam a capacidade de autonomia e negociação

Na verdade, o turismo em espaço rural integra-se, nos dias de hoje, nas novas formas de turismo alternativo ao turismo de massas e é incluído nas estratégias de desenvolvimento como um dos primeiros vectores de desenvolvimento para as zonas rurais. A preservação da natureza e da paisagem, a manutenção da arquitectura típica local e a convivência com a cultura e as tradições próprias do ruralismo, constituem os seus objectivos fundamentais. Neste sentido, o turismo no espaço rural é antiurbano e constitui uma forma de evasão do mundo urbano. De facto, um número cada vez mais importante de pessoas procura no campo a satisfação dos anseios de calma e de repouso que anteriormente buscava junto ao mar.

Durante muito tempo, a clientela dos meios urbanos que se deslocava para o campo era constituída, fundamentalmente, pelas pessoas originárias dos meios rurais que, sem grandes exigências encontravam acolhimento fácil em casa de familiares. Devido ao acréscimo do nível de vida e a acentuada transformação dos meios urbanos em centros cada vez agrestes, despersonalizados e geradores de tensões, fizeram nascer uma nova clientela ansiosa pelo reencontro com a natureza.

Dando-se conta deste novo fenómeno que, emerge devido às novas condições de vida das sociedades industriais, todas as organizações nacionais e comunitárias passaram a reconhecer o turismo no espaço rural como uma nova forma de turismo capaz de gerar um significativo desenvolvimento turístico nas áreas rurais e, ainda, valorizar o meio rural e o reequilíbrio económico e social.

5.2 - GENUÍNO E DIFERENTE: ESPAÇO RURAL/ESPAÇO TURÍSTICO

É, na actualidade, virtualmente impossível considerar o espaço rural sem ter associada a ideia imediata de zonas desfavorecidas, de fracos recursos económicos e fraca densidade populacional, face à debilidade do tecido económico, e a quase ausência de infra-estruturas económicas e sociais.

Perante, as transformações operadas no mundo rural a partir do século XIX, não podemos deixar de considerar o fenómeno urbano como principal causa desta transformação. A aceleração do crescimento industrial e urbano, desencadeado através do processo histórico denominado Revolução Industrial, fazem alterar expectativas do quadro tradicional do mundo rural, e as relações do homem com o meio rural no trabalho da terra e sua exploração, tornam-se cada vez mais distantes, provocando um conflito insustentável que pelas mais diversas razões, o seu nível de crescimento e desenvolvimento não consegue acompanhar o desenvolvimento urbano e encontrar formas de competir.

De facto, os espaços rurais, apresentam-se com evidentes estrangulamentos que é urgente solucionar, para garantir o equilíbrio ecológico e sócio-económico, de forma a fixar as populações e criar condições de um desenvolvimento auto-sustentado.

Com efeito, o espaço rural tem sofrido metamorfoses que é importante conhecer para melhor perceber a realidade actual sobre os principais mecanismos responsáveis por essas mesmas alterações. Durante muito tempo, o espaço rural foi um espaço eminentemente produtivo consagrado à produção de bens capazes de responder às necessidades e exigências, quantitativa e qualitativa das cidades. Há algumas décadas, as regiões profundamente rurais eram “industrializadas”, pois, dispunham de panificações, moagens, lagares, carpintarias, alfaiates, ferreiros, sapateiros e outras actividades que desapareceram face à impossibilidade de competir com as economias de escala e modelos de consumo massificados.

Neste espaço de produção podemos demarcar três períodos fundamentais: um decorre até à Revolução Industrial, caracterizado pela exploração da agricultura e artesanato utilitário, outro decorre até meados do actual século, caracterizado por um empobrecimento funcional e um elevado êxodo rural, e finalmente dos anos cinquenta até aos nossos dias, em que o domínio rural passa a ser também um espaço alvo de consumo, um bem de lazer, de actividades lúdicas, onde se acentuam os efeitos difusores das

idades (Martins 1993). Desta forma, o espaço rural poder-se-á caracterizar em três momentos diferentes, espaço produtivo, espaço consumível ou espaço de contemplação.

Com efeito, considerado desde sempre como um espaço produtivo, o meio rural tem vindo a assumir-se cada vez mais como um lugar de lazer. Esta alteração, apesar das transformações que se têm operado ao nível geral da sociedade, não implica que qualquer das suas características tradicionais tenha perdido a sua vitalidade, mas sim, que o evidencie como um reflexo crescente e relevante na valorização do que tem de genuíno para oferecer (Grolleau e Ramús 1988).

Deste modo, e como peça fundamental no processo de desenvolvimento da humanidade, o espaço rural, apresenta-se, desde há muito tempo como uma realidade indispensável ao aparecimento e alteração do género de vida rural. Ora, se o seu carácter básico na manutenção do género de vida rural se baseou durante longo tempo, exclusivamente, na produção de géneros alimentares e de subsistência, na actualidade a situação é diferente.

Perante, as alterações operadas a todos os níveis no espaço rural, atendendo ao seu carácter diferente, autêntico e às suas potencialidades endógenas e naturais é, cada vez mais, perspectivado como um espaço de lazer, de liberdade, tranquilidade, de calma e equilíbrio, que devidamente aproveitado contribuirá para o seu próprio desenvolvimento económico, social e cultural. De facto, o mundo rural na sua globalidade, as suas culturas, os seus modos de vida, detentores de uma pureza e de uma autenticidade inigualável, tornou-se nos dias de hoje um espaço de forte atracção turística.

É, neste contexto que o turismo em espaço rural, não deixa de constituir, nos tempos que correm, uma “indústria” em crescimento, e que devidamente estruturado nas suas dimensões (social, cultural e económica) contribuirá para o desenvolvimento das regiões periféricas, Todavia, deverá ter-se em conta que o turismo rural não é de modo algum a panaceia que pode resolver todos os problemas destas regiões.

Parece, pois, evidente que a actividade turística no espaço rural em complementaridade com outras actividades, desde que devidamente planificadas, podem, de modo significativo, contribuir para o combate à exclusão social, gerar postos de trabalho, promover a integração económica e social das populações, e em particular as mais desfavorecidas.

Neste sentido, o turismo rural deverá ser entendido como uma oportunidade, entre outras, aos desafios que se colocam no processo de desenvolvimento económico e social a nível local. Nessa oportunidade deverão ser envolvidos todos os actores institucionais, com expressão local, numa tentativa de maximizar os recursos (cultura, natureza e ambiente) existentes em cada região. Os recursos turísticos que cada região rural compreende, evidenciam-se no seu património natural, cultural e ambiental afirmando o princípio da autenticidade do espaço rural, que constitui um elemento fundamental de contextualização ou enquadramento da problemática turística.

Com efeito, o renascimento rural, com maior visibilidade a partir dos anos 80, reflecte a melhoria geral das condições de vida do mundo rural, face às actividades que têm vindo, ainda que de forma lenta e gradual, substituindo actividades como a agricultura que era, até há bem pouco tempo, o único meio de sobrevivência destes espaços.

De facto, a atractividade de que a vida urbana tem sido objecto nas sociedades industrializadas tem-se traduzido num sucessivo decréscimo sob o impacte de múltiplos factores (poluição, impessoalidade, stress, perda de valores tradicionais) desencadeando, desta forma, a crise da civilização urbano-industrial. Em contrapartida, a repulsividade do espaço rural desvanece-se e vai dando lugar, em diversos casos, a uma cada vez maior atractividade de formas de vida alternativas. Obviamente que o princípio da autenticidade e de identidade própria do espaço rural confere ao turismo rural a particularidade deste ter como parte do produto turístico a própria ruralidade: a sua cultura, o seu modo de vida, as suas paisagens, ou seja, todos os bens que, sem serem produzidos para o turismo, são consumidos pelos turistas.

Sem dúvida que podemos encarar o espaço rural, na grande maioria dos casos, num acréscimo de dinamismo aos mais variados níveis da vida económica, social e cultural das comunidades. Contudo, este dinamismo resultará se o aproveitamento deste espaço, e a sua dinamização, se processar de forma gradual, integrada e pouco susceptível de provocar rupturas no tecido social e natural.

De facto, existe hoje uma diversidade de actividades em domínios até há bem pouco tempo impensáveis e que, são agora passíveis de serem aproveitados com êxito em termos turísticos nos espaços rurais. São, entre outras, as que se prendem com o artesanato rural, com a etnografia, com as actividades locais e ainda a arquitectura tradicional ou a gastronomia regional.

Obviamente, que o êxito da actividade turística em espaço rural, passa pela criação de um leque variado e bem integrado de actividades, mas, para que tudo isto seja rentabilizado eficazmente em termos de turismo, deverá passar, necessariamente, pela sua integração como produto turístico de qualidade, capaz, ao mesmo tempo, de servir tanto como pólo de atracção, como de sustentáculo ao espaço rural.

5.3- O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES RURAIS

No contexto do novo paradigma de desenvolvimento que emerge na sociedade actual, no âmbito da qual o mundo rural em todas as suas dimensões (económica, social, cultural e ambiental) regressa aos novos desígnios do desenvolvimento, torna-se pertinente a procura de estratégias de clarificação e de soluções e, ainda novas formas de envolvimento dos agentes locais para a definição de um quadro de acção estratégica que contribua para erradicar a desvitalização destas zonas. A natureza das políticas de desenvolvimento rural aplicadas deverão depender, essencialmente, das características da sociedade rural, da sua história, dos seus costumes, das suas actividades de sobrevivência e, evidentemente, da posição da agricultura,

que em quase todas as áreas do mundo rural, tem um peso bastante significativo.

De facto, a actual realidade sócio-económica do mundo rural é consequência directa da ausência de uma política corrente e consertada de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento defendido nos anos 50, assentava particularmente nas teorias do crescimento polarizado, acreditando-se que os mecanismos de mercado acabariam por difundir esse crescimento dos centros de maior dimensão para os de dimensão imediata. Porém, este modelo tornou-se fortemente centralizador da vida económica e social, trazendo como consequência a desertificação das regiões, que pela sua natureza e fraco dinamismo, não conseguiram acompanhar o desenvolvimento verificado nas áreas contíguas.

Desta forma, perante a geral insatisfação, o presente modelo é posto em causa, procurando-se hoje um outro modelo para a sociedade rural partindo da base da utilização racional das potencialidades existentes, pela criação de actividades geradoras de novas sinergias, ou seja, o aproveitamento das potencialidades endógenas no respeito pelos valores ecológicos, identidade e vontade própria das populações (Ramalho 1992).

Na verdade, estamos perante uma realidade social profundamente marcada por uma evolução no sentido de uma contínua desvitalização do espaço rural, traduzida num rápido declíneo demográfico, numa grande dificuldade em encontrar respostas alternativas para a desarticulação das estruturas produtivas agrícolas e, na persistência de situações de desvantagem relativamente aos benefícios do desenvolvimento.

Numa perspectiva de ordenamento do território e de desenvolvimento regional, entre a complexidade dos problemas destas áreas, destacam-se os problemas demográficos, traduzidos na aceleração do envelhecimento populacional, no continuado decréscimo da população e na degradação do potencial demográfico pela combinação de saldos fisiológicos negativos com a permanência de factores de repulsão das populações. As áreas

profundamente rurais do interior e do Alentejo, são as que registam um índice de envelhecimento mais acentuado.

Estamos, pois, perante uma situação complexa e, não restam dúvidas que é ao nível do potencial demográfico que se virão a colocar os primeiros estrangulamentos ao desenvolvimento destas áreas, face às alterações estruturais, às novas acessibilidades e novas tecnologias.

Os desequilíbrios no mercado de trabalho, têm-se acentuado cada vez mais, na medida em que a evolução positiva das actividades não agrícolas não é suficiente para absorver a libertação de activos da agricultura e, a este desequilíbrio quantitativo se sobrepõe um desequilíbrio qualitativo resultante da inadequação das oportunidades de emprego às expectativas da mão-de-obra jovem com maiores níveis de instrução. Normalmente, nas áreas rurais não se verificam taxas elevadas de desemprego masculino. Os movimentos migratórios funcionam como “válvula de escape” para as tensões no mercado de trabalho, sendo as mulheres as principais vítimas da falta de oportunidades de emprego.

A sazonalidade das actividades agrícolas é um forte factor de instabilidade do mercado de trabalho e cria, por vezes, situações sociais muito difíceis. Estes desequilíbrios no mercado de trabalho, estão a gerar complexos efeitos perversos que ameaçam mesmo a sobrevivência das actividades tradicionais. A população jovem está a atingir níveis de instrução cada vez mais elevados, criando expectativas e opções profissionais que não encontram realização nas oportunidades oferecidas pelos tecidos económicos locais.

Assim, a consciencialização da falta de oportunidades de emprego começa a traduzir-se em atitudes negativas face ao sistema de ensino e à formação profissional, que, a prazo, poderão ter efeitos muito nefastos nos níveis de qualificação da mão-de-obra.

Deste modo, cria-se, nas áreas rurais, designadamente naquelas mais afastadas dos centros urbanos com alguma dimensão, um contexto em que nem os jovens encontram oportunidades de emprego adequadas, o que os força à opção pelas diversas formas de emigração, nem as actividades

económicas locais encontram condições de substituição da força de trabalho, o que lhes coloca problemas adicionais de sobrevivência.

Parece, pois, evidente, que estes desequilíbrios do mercado de trabalho tendem a gerar um círculo vicioso de declínio e emigração, cuja resolução terá que passar pela criação de actividades não tradicionais nas áreas rurais.

Contudo, existe, ainda, espaços rurais com insuficientes condições de suporte ao desenvolvimento de novas actividades, pois as carências de mão-de-obra, em resultado dos processos migratórios, vai inviabilizando as actividades tradicionais e, a baixa densidade populacional não cria limiares de procura para suportarem o desenvolvimento de actividades orientadas para o mercado local. No entanto, existem zonas rurais, que dispõem ainda de um razoável potencial demográfico, todavia, sofrem os efeitos de uma elevada perifericidade que não favorece a atracção de investidores extra-regionais.

Os processos de concentração/urbanização das populações poderão significar alguma atenuação destes problemas, mas as questões centrais do desenvolvimento das áreas rurais, continuam a ser da mobilização das potencialidades de iniciativa local, do saber-fazer para aproveitar eficientemente os recursos locais e as condições de acesso aos mercados das produções regionais de micro-escala.

No âmbito do aproveitamento das potencialidades endógenas existentes, torna-se evidente que a consideração de factores específicos bem como o diagnóstico de problemas e necessidades mais prementes serão determinantes para assegurar de forma coerente e racional um efectivo processo de desenvolvimento local.

Neste contexto, tem o ordenamento do território um papel importante, no dever de fornecer as infra-estruturas de transporte e os equipamentos de base e assegurar a promoção dos recursos económicos que permitam o desenvolvimento das actividades diversificadas.

Se bem que os espaços rurais continuam a estar muito dependentes da agricultura, actividades complementares como o turismo rural, a indústria e o artesanato rural vieram estruturar e dinamizar a sua paisagem económica. É,

assim, que, de entre as várias actividades que contribuirão para o desenvolvimento destas regiões o turismo em espaço rural surge, como uma componente importante de desenvolvimento económico e social e tem polarizado as esperanças de muitos responsáveis e comunidades locais. No entanto, os efeitos multiplicadores desta actividade em termos de emprego são suficientemente baixos para que só grandes fluxos de turistas tenham algum impacto na problemática do emprego nos espaços rurais. Nesta medida, importa encontrar as formas organizativas que integrem as múltiplas oportunidades de pequena escala para conseguir aumentos significativos nos efeitos induzidos pelo turismo.

De facto, o turismo no espaço rural surge nas sociedades actuais como actividade estratégica de intervenção no meio rural com vista ao seu desenvolvimento, onde emerge uma visão que acentua a oportunidade e a necessidade, de recuperar a plurifuncionalidade destes espaços.

Neste contexto, o incremento da actividade turística é frequentemente tomado por parte das entidades públicas como autêntico instrumento de desenvolvimento regional. Mas, convirá que se tenha presente, quando se consideram as áreas rurais referentes à actividade turística, nem todas apresentarão idênticas características.

Para além do turismo, o desenvolvimento das empresas, do artesanato e dos serviços ligados às actividades produtivas devem constituir um dos aspectos essenciais da diversificação económica das zonas rurais. O desenvolvimento das empresas pressupõe, com efeito, a existência de um ambiente sócio-económico bem dotado de infra-estruturas de base, de serviços de aconselhamento e de financiamento, de recursos humanos qualificados, que só se justificam nas áreas rurais que ofereçam economias de escala suficientes.

Com efeito, há que procurar e articular estratégias que possibilitem a exploração das vantagens existentes nas zonas rurais de modo que contribuam para a recuperação significativa, na transformação e mudança, através de uma acção voluntarista que tenha como objectivo a promoção das

dinâmicas locais de desenvolvimento do tecido produtivo das pequenas e médias regiões rurais.

Todavia, e apesar do meio rural estar um pouco esquecido e na dificuldade de encontrar estratégias acertadas, eficientes e consistentes para a sua solução, até mesmo o sector agrícola, só por si, não será a resolução dos problemas que, cada vez mais, se confrontam nas sociedades modernas e que o homem não consegue controlar face aos poucos meios disponíveis.

Neste contexto, reveste-se de grande importância, os condicionalismos impostos pela Política Agrícola Comum (PAC) e pelo Apoio Geral de Tarifas Terrestres (GATT), as grandes opções preconizadas no Quadro de Apoio Comunitário (1994-1999), a saturação dos mercados pelos produtos genéricos e a evolução dos modos de consumo, podem aumentar as oportunidades das regiões rurais susceptíveis de se especializarem em produções de qualidade dignas.

Perante o constrangedor panorama que se assiste no mundo rural e a dificuldade de resolução dos seus problemas, desenvolveu-se uma metodologia aplicada ao desenvolvimento rural, denominado o Diagnóstico Rápido Participado (DRP) que tem como objectivo tentar superar os problemas existentes nas regiões rurais. A realização do diagnóstico assenta, sobretudo, na recolha de dados e informações que conduzam à formulação de novas hipóteses para que, o desenvolvimento rural possa contribuir para um processo de desenvolvimento socialmente aceite, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Nesta metodologia, o objectivo fundamental centra-se na participação da população no planeamento de projectos, pelo que, as populações devem mobilizar os recursos humanos e naturais, definir problemas e preparar planos específicos de acção, ou seja, é necessário proceder-se a um planeamento participado que envolva todos os actores sociais a participarem de forma livre e de acordo com as suas necessidades básicas.

Deste modo, torna-se necessário promover ligações eficazes e frequentes entre os agentes económicos, organizações e instituições, entre

estas o mercado, para que resulte importantes efeitos a nível do desenvolvimento do mundo rural.

Contudo, se não se conseguir fixar a população de forma duradoura, mediante um desenvolvimento sustentável assente na generalizada diversificação de aumento da base produtiva, a identidade e a vitalidade da cultura rural estarão comprometidas. É, pois, evidente ter em consideração que as estratégias de desenvolvimento para estas regiões não devem ser implementadas com o único pretexto de poderem ser, somente, uma fonte de rendimentos económicos, sem ter em conta a sua adequação aos aspectos fundamentais das estruturas locais e a sua articulação com as raízes históricas, sociais e culturais que lhe garantem identidade própria.

Desta forma, impõe-se assim, uma análise crítica e reflexiva sobre a problemática do desenvolvimento do mundo rural, ao nível de todas as suas consequências, não se limitando, apenas, a reflexão aos aspectos económicos, mas introduzindo-lhe as componentes psicológicas, sociológicas e ecológicas, que assumem, actualmente, importância fulcral nas sociedades modernas.

Assim, a valorização de todas as potencialidades locais, bem como da identidade cultural, deve constituir tarefa prioritária, no âmbito da elaboração de projectos na dimensão rural, para que seja planeado de acordo com todos os interessados envolvidos.

Face a todos os factores que mobilizaram estas regiões para a sua fraca debilidade gerando com frequência mecanismos de exclusão social que tendem a conduzir a situações de pobreza, torna-se urgente a necessidade de equacionar e pôr em prática uma estratégia de desenvolvimento do mundo rural, tendo em conta que não se trata de espaços isolados polarizados pela agricultura, mas de territórios cujo desenvolvimento depende muito do futuro das actividades agrícolas e, de outras que em complementaridade com a agricultura poderão gerar um padrão de vida rural muito melhor e diferente do actual.

Deste modo, é necessário, e urgente, provocar o arranque de processos de forma a elevar as condições e os níveis de vida das pessoas e a integrar essas regiões, aproximando-as dos padrões de desenvolvimento económico e social, “de facto, a implementação de mecanismos de integração e promoção dos grupos mais desfavorecidos, que devem ser os principais beneficiados, constituem o objectivo último das dinâmicas do desenvolvimento rural” (Capucha 1996: 35).

Em 1978 foi reconhecido pela Conferência de Viena, que “os espaços rurais devem ser considerados como elementos importantes da paisagem europeia e que ultrapassem o simples papel funcional da exploração rural. A protecção das características específicas do espaço rural constitui um objectivo primeiro para toda a política de ordenamento do território visando salvaguardar as potencialidades de recreio e de lazer da população citadina, preservar o equilíbrio ecológico e conservar as zonas de valor estético e científico” (Mendes 1982:3).

Convém, também, explicitar que o desenvolvimento, na perspectiva da União Europeia é fundamental não só para o bem estar de toda a sociedade em geral, como também para a manutenção de equilíbrios (económicos, ecológicos e culturais) que importa preservar, e que se encontram ameaçados. Deste modo, e na perspectiva da diminuição das assimetrias regionais e sociais o desenvolvimento das zonas rurais tem sido objecto de preocupação fundamental por parte da E.U., cuja estratégia tem assentado na criação de fundos estruturais que estabelecem uma série de objectivos estruturais prioritários.

A partir de 1988 começam a surgir instrumentos financeiros destinados a orientar o processo de desenvolvimento nas áreas rurais:

- O primeiro desses instrumentos é um fundo estrutural, denominado FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), cujo objectivo principal assenta na ajuda aos agricultores no sentido de estes se manterem competitivos e adaptarem as suas actividades à evolução e necessidades do mercado competitivo. Este fundo financia igualmente os projectos de protecção

do meio ambiente em regiões em que estes projectos podem ser complementares das actividades agrícolas tradicionais.

- Um segundo instrumento, FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), contribui para os grandes projectos de infra-estruturas em regiões com problemas de desenvolvimento: construção de auto-estradas, instalação de telecomunicações, energia e água. Este fundo co-financia iniciativas no sector privado equipando instalações industriais e fornecendo múltiplos serviços às pequenas e médias empresas (PMEs).

- O terceiro, o Fundo Social Europeu (FSE), vocacionado para apoiar programas de formação e criação de empregos, bem como a aquisição de novas aptidões.

Nesta sequência, em 1991, a Comissão das Comunidades Europeias pôs em prática o denominado programa LEADER (Ligação entre acções de desenvolvimento da economia rural) cujo objectivo é de melhorar as possibilidades de desenvolvimento das zonas rurais, apoiando-se para isso nas iniciativas locais e, incentivando-as no sentido de através delas permitir o reequilíbrio das actividades e a manutenção de um tecido sócio-económico suficientemente diversificado. Esta perspectiva integrada e globalizante de promover o desenvolvimento nas áreas rurais é essencialmente endógena e local. Deste modo é comum nesta iniciativa comunitária o incentivo à aquisição de competências por parte dos actores sociais, no âmbito do desenvolvimento rural, bem como fomentar a sua divulgação e participação.

O programa LEADER não se encontra vocacionado para a área do turismo, existindo no QCA um enquadramento institucional para o efeito, o chamado SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo). Prioritariamente, o LEADER dirige-se particularmente a um produto turístico especial, que é o turismo em espaço rural. Assim, através da solução "produto turístico local", o LEADER pretende conhecer melhor a procura do espaço rural para gozo de férias e tempos livres, incrementar a oferta, tanto em quantidade como em qualidade, tendo em conta o mais elevado grau de exigência dos clientes potenciais, em termos de prestações e de diversidade

dos produtos turísticos, incentivar paralelamente, por um lado, pólos turísticos rurais que disponham de equipamentos de base (piscinas, ténis, centros culturais) e que proporcionem animação cultural e possibilidade de férias temáticas (desportivas, artísticas, actividade náuticas, caça e pesca) e por outro lado, um turismo rural difuso, centrado em investimentos individuais (especialmente o agro-turismo).

As diversas formas de turismo em espaço rural, anteriormente referidas constituem objecto do LEADER, pois, podem constituir uma valorização acrescida à actividade base das explorações agrícolas, quer do ponto de vista da diversificação das actividades, quer em articulação com a função de gestão do espaço rural e da paisagem rural que as explorações agrícolas desempenham. Porém, para que os objectivos se tornem possíveis e à semelhança de qualquer actividade económica, a obtenção do produto turístico, exige uma estrutura produtiva, como locais utilizados para alojamento, alimentação e ocupação dos tempos livres.

Em termos de síntese, o turismo em espaço rural na óptica do programa LEADER não deve ser entendido como uma realidade estática, pois na medida em que é um sector em franca expansão mundial e, por tal facto, sujeito a uma forte concorrência, ao nível dos destinos oferecidos, da qualidade das estruturas do ambiente e ainda das alternativas possíveis. Deste modo, qualquer projecto na área do turismo, deveria fazer-se nas seguintes fases: surgir na sequência de um estudo de mercado potencial para a região, e seguidamente fazer-se o reconhecimento das respectivas localizações, aceitação e análise de projectos de estruturas, construção e organização dos serviços e por último, promover e organizar a oferta local.

Nesta perspectiva, a mudança, por via endógena, é a grande aposta para a revitalização do mundo rural, em cuja óptica de endogeneização se enquadram os valores culturais, patrimoniais e ambientais como potencialidades a adoptar, a situações de interesse económico e dinâmica social.

5.4- TURISMO EM ESPAÇO RURAL NO BAIXO ALENTEJO

Num quadro de grande competitividade e transformações económicas, sociais, culturais e políticas, torna-se importante, hoje mais do que ontem, consolidarem-se todas as oportunidades interessantes num processo de modernização e progresso social em zonas demarcadas pela ruralidade como é o caso do Baixo Alentejo.

Um dos grandes desafios das políticas actuais e que se abrem ao futuro próximo recaem, sobretudo, no aproveitamento das especificidades de cada território, designadamente: nos âmbitos da qualidade ambiental, da protecção da natureza, da originalidade das paisagens, da riqueza dos patrimónios, na excepcionalidade das artes e ofícios tradicionais, a peculiaridade da gastronomia, o carácter original e exótico das tradições populares, a beleza própria da imagem de zonas demarcadas com um valioso património paisagístico, constituem condições de fértil desenvolvimento nos novos modelos de desenvolvimento e, constituem ainda, uma via fundamental de valorização da base económica.

Neste sentido, torna-se pertinente abordar a situação actual do Baixo Alentejo face às suas potencialidades e especificidades no âmbito do turismo em espaço rural. A existência de algumas situações locais com notória identidade no sector turístico, bem como a disponibilidade de diversas potencialidades de desenvolvimento do sector constituem factores de grande potencial estratégico na estruturação de uma dinâmica mais alargada e qualificada do turismo na base económica regional.

A evolução recente do turismo ao nível mundial, mostra que os espaços de destino turístico dos anos noventa já não concorrem apenas, e preponderantemente, pelos níveis de qualidade que conseguem obter na prestação global dos serviços turísticos mas, crescentemente pelas especificidades que lhes possibilitam adquirir identidades fortemente marcadas, com imagem de atractividade e com alguma marca de excepção, e

simultaneamente gerar ofertas alternativas sustentadas por recursos/produtos com carácter de excepção.

De facto o desenvolvimento dos turismos designados por “alternativos” é uma realidade actual manifestando a afirmação de produtos, espaços, equipamentos e serviços, globalmente identificados que possuem características que negam a tendência global da massificação e que se suportam na descoberta de novos ambientes, novas culturas tradicionais e originais, envolvendo um contacto pessoalizado com os autóctones e/ou os seus valores e patrimónios culturais. O Baixo Alentejo, tem algumas destas características de excepção que poderão constituir um campo interessante de intervenção pública e privada no próximo futuro, na geração de uma actividade turística distinta, forte e qualificada.

No entanto, sabemos que o Baixo Alentejo, como outras regiões rurais do interior, tem vindo a conhecer uma dinâmica económica e social negativa, resultante de um conjunto complexo de fenómenos com consequências interactivas e cumulativas que, centrado em perturbações importantes na agricultura (a base tradicional da economia alentejana), afectou os restantes sectores económicos e contribuiu para uma perda demográfica, para uma desertificação humana bastante significativa, face às dificuldades que esta região tem para assegurar uma população que aspira a melhores níveis de vida. Deste modo, a dimensão e natureza destes processos conduziram a uma situação económica e social muito difícil para o Alentejo em geral.

Todavia, o Baixo Alentejo possui características e potencialidades que devidamente aproveitadas poderão viabilizar e provocar uma dinâmica de criação de riqueza, investindo racionalmente em actividades que utilizem essas potencialidades mas de forma coerente, onde o emblema deverá ser a preservação do património natural, cultural e construído. A sua valorização e preservação não só continuará a contribuir para o quadro de vida das populações residentes, como afirmará também, de forma crescente, uma vantagem comparativa susceptível de ser economicamente valorizada através de múltiplas sinergias.

Além disso, na medida em que as populações são cada vez mais sensíveis a este tipo de valores e funções, ela estará, cada vez mais, disposta a participar nos projectos estratégicos para a sua região e no alcance de actividades que em complementaridade com a agricultura possibilitem a saída do fosso que separa estas regiões das regiões que se afirmam com um índice de desenvolvimento mais elevado.

Neste contexto, o turismo em espaço rural pode ser uma dessas actividades complementares. No entanto embora existam condições para a afirmação e autonomização do turismo no Baixo Alentejo, e como já foi referido no capítulo anterior, a situação actual é caracterizada por um incipiente estado de desenvolvimento, para que se assista a uma efectiva promoção de comercialização de produtos turísticos. As modalidades de turismo rural, cultural, cinegético e de natureza possuem de facto condições privilegiadas para se afirmarem no Baixo Alentejo, sendo as que indubitavelmente mais podem contribuir para preservar a identidade cultural da região e atenuar o êxodo populacional a que hoje se assiste, assim “ o turismo em espaço rural, a ser capaz de valorizar, promover e aproveitar, adequadamente as potencialidades rurais pode constituir um importante factor de desenvolvimento local, transformando-se numa componente atractiva e num pólo desencadear de um conjunto de novas actividades que, certamente, irão dinamizar toda a estrutura económica, social e cultural de regiões com estas características” (Baltazar 1994:84).

É no contexto desta problemática que as novas actividades têm vindo a transformar os espaços rurais, na procura de formas de vida alternativas, como factores estratégicos de desenvolvimento local e regional, que contribuem para a valorização do mundo rural. Nesta linha de ideias as novas actividades deverão aplicar-se à valorização de potencialidades locais, tendo por base os seus atributos e produções próprias relevando o seu património natural e cultural assumindo formas extremamente válidas de estruturar a oferta turística, assente sobretudo em formas de turismo no espaço rural.

De facto evidenciam-se grandes possibilidades do turismo cultural assumir um lugar de relevo na actividade turística para o Baixo Alentejo. A forte identidade cultural e própria do Alentejo é um bem raro a preservar, dada a sua cada vez maior raridade. Logo, é necessário encontrar a forma de valorizar localmente esta raridade e transformá-la no motor da sua própria viabilização, como diz o velho ditado popular, “o que é raro tem valor”. É deste velho ditado popular, que o turismo cultural do Baixo Alentejo se deve destacar para que mantenha a identidade, pureza, a originalidade e a genuinidade daquilo que é diferente. “O vector cultural é sem dúvida, uma das vertentes primordiais desta mesma identidade, constituindo-se o património, entendido no seu sentido mais lato, como o valor mais genuíno de uma região e de um país, o crescimento harmonioso pressupõe exactamente o entendimento e a integração deste valor em articulação com uma dinâmica de desenvolvimento” (Afonso 1996:57)

Se atendermos ao valor do património arqueológico, arquitectónico e monumental nesta região, com marcas dum passado que, efectivamente, é revelador de marcas no presente, o património pode constituir de facto um importante factor de revitalização económica e de atractivos turísticos.

Na verdade, a região em análise possui um património histórico/monumental apreciável e preponderante, que mostra claramente a vitalidade da arte alentejana, em que na esmagadora maioria predomina os vestígios romano e árabe, os estilos góticos e manuelinos que deixaram marcas visíveis na região, onde podemos destacar as pontes e ribeiras romanas, as Igrejas, as Ermidas, Capelas e Castelos, que para além da pintura em abóbodas e ao longo das paredes, conferem imagens alusivas à época, que marcaram profundamente as tradições artísticas ao longo dos anos. A azulejaria de estilo barroco, marcou, também o enriquecimento deste património que, ainda hoje, se preserva e constitui de facto um importante vector cultural na região alentejana (Anexo III).

Importa salientar, que em toda a região do Baixo Alentejo existe um grande número de antigas casas de habitação, dentro das povoações ou fora

delas, as chamadas quintas ou montes, mas que hoje muitas delas estão desabitadas. São habitações na sua maior parte dos séculos XVIII e XIX, com grande valor arquitectónico e todas elas têm alguns traços em comum: um, ou mais frequentemente, dois andares, muitas janelas envidraçadas e balcões de ferro forjado. Aparece nalguns casos o azulejamento das fachadas, e em quase todas elas se encontra anexo um grande quintal com arrecadações e algumas árvores e vegetação. De facto estas casas poderiam ser devidamente aproveitadas para a prática de turismo de habitação ou turismo rural (Anexo III).

Mas a riqueza cultural da região do Baixo Alentejo não passa só pelo património arqueológico, histórico e monumental, passa também, e sobretudo, pela gastronomia, artesanato, etnografia, manifestações e tradições culturais que constituem importantes expressões culturais que completam e enriquecem a oferta turística do Baixo Alentejo. De facto as tradições culturais/populares constituem um dos elementos fundamentais da vida e da cultura de um país ou de qualquer comunidade, que vão passando de geração em geração. Ora se não forem acarinhadas, cultivadas e devidamente aproveitadas, adulteram-se ou desaparecem, o que acontece sobretudo em épocas de profundas transformações sociais, como a que hoje vivemos e, que tem como dominante o desenvolvimento técnico e económico.

A gastronomia mantém, ainda hoje, muito da sua genuinidade, de origem humilde, soube transformar de forma engenhosa e criativa os seus ingredientes de base em produtos atractivos, designadamente, produtos turísticos que marcam a originalidade e riqueza do Alentejo. Das "sopas às migas, das açordas aos gaspachos e aos ensopados", a gastronomia alentejana mostra como da combinação do característico e tradicional pão alentejano, passando pelos enchidos, e os vinhos constituem as delícias da boa mesa alentejana. De salientar, também a doçaria tradicional/regional característica da região, nomeadamente, os folhados de chila, as filhoses, as queijadas de requeijão, o tradicional bolo de mel alentejano, entre outros doces que dificilmente se poderão enumerar na sua totalidade.



Fig.11 - Gastronomia Tradicional Alentejana



Fig.12 - Fabrico de pão caseiro



Fig.13 - Doçaria Tradicional Alentejana

O artesanato pelo seu lado, é também um valor que reflecte a identidade cultural e própria desta região e cujo aproveitamento turístico pode ser um contributo interessante à preservação cultural e à interacção social, na medida em que valoriza uma geração de testemunhos do passado. Neste âmbito, o artesanato desta região incide, nomeadamente, na feitura de calçado, fabrico de camas de ferro tradicionais, fabrico de cadeiras de buinho, fabrico de miniaturas de alfaias agrícolas tradicionais em madeira, fabrico de tapetes tipo arraiolos, fabrico de cestos em verga tecelagem em lã e fabrico de mantas, entre outras que abarcam um vasto leque que caracterizam o trabalho artesanal do Baixo Alentejo.



Fig.14 - Fabrico de Cestos de verga

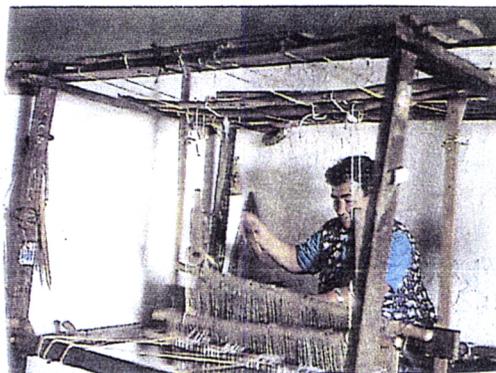


Fig. 15 - Fabrico de mantas de lã

Outro potencial atractivo turístico, no âmbito do património cultural, são os grupos corais etnográficos característicos do Baixo Alentejo. O grupo coral masculino e feminino “Os Ceifeiros de Cuba”, “O grupo coral de Ferreira do Alentejo”, composto por homens, mulheres e jovens, também em Alentejo existe grupos de “cante alentejano”. Estes grupos corais participam em manifestações culturais e recreativas, em vários pontos do país, promovendo e dinamizando desta forma a dinâmica cultural alentejana. Por outro lado, importa salientar que a actividade cultural não se limita só a estas componentes.

As feiras são, de facto, vectores de promoção dos produtos característicos e potenciais, na medida em que, e de uma forma geral, elas incidem sobretudo na mostra dos produtos característicos desta região e atraem ao mesmo tempo um número significativo de pessoas. De facto, se se referirmos à maior feira que se realiza na região Baixo do Alentejo, nomeadamente, na cidade de Beja “A Ovibeja”, é considerada a nível cultural e económico um potencial bastante significativo e positivo para a base económica, cultural e social do alentejo, atraindo um número incalculável de pessoas, oriundas de todos os pontos do país e até um significativo número de turistas espanhóis. Ainda na cidade de Beja, a feira de artesanato e de produtos endógenos tradicionais, a “Turisart”, destina-se à apresentação de potencialidades tradicionais de várias regiões do país.

De facto, a gastronomia, a arqueologia, o cante, o artesanato, o património natural são elementos importantes para a promoção e dinamização da animação cultural e turística nesta região. Assim esta animação e respectivas componentes atractivas deverá ser percebida pelos visitantes e não quase que imposta em programas e ofertas muito direccionadas, que retiram a genuinidade, contrariando os fundamentos do seu interesse.

Deste modo há que criar estratégias conducentes ao efectivo desenvolvimento do turismo em espaço rural, no aproveitamento de potencialidades que muito reduzidamente são aproveitados para esses fins. Na verdade, “o Alentejo, espaço privilegiado do ponto de vista histórico-

monumental, etnográfico e paisagístico, surge como alternativa a outros destinos turísticos saturados e massificados. A grande diversidade e riqueza de atractivos turísticos, a que se junta a ausência de problemas de poluição e degradação, constituem um trunfo importante relativamente às novas formas de turismo, conferindo ao Alentejo, uma vocação de espaço turístico de qualidade "(Rosado 1991:22).

Assim, o papel do turismo em espaço rural no seio dos grandes desafios que se colocam ao Alentejo nesta fase de encruzilhada é, sem dúvida, uma componente importante a implementar nesta região marcadamente agrícola, apesar de algumas carências infraestruturais e institucionais e a tendência para graves problemas no sector agrícola face aos novos condicionantes da P.A.C. Na verdade considerando que a P.A.C. pode condicionar o fim do mundo rural em extensas áreas de agricultura pobre, como é o caso do Baixo Alentejo, o turismo aparece, para alguns, como uma via alternativa, para outros aparece como uma via importante mas não única, nem predominantemente sequer, contudo deve articular-se com as realidades da região, sobretudo com a agricultura no sentido do desenvolvimento integrado, pois "pensar o turismo em Espaço Rural significa não negligenciar a agricultura" (Ramos 1992:188).

Deste modo, a actividade turística deverá ser analisada e reflectida no sentido de encontrar formas de turismo adequadas às características e interesses da região. Nesta perspectiva a procura de um modelo de desenvolvimento turístico é tanto mais urgente quanto são as enormes potencialidades e os recursos disponíveis.

Postos este considerandos, importa afirmar que vale a pena apostar num turismo de cariz cultural e rural, modalidades para as quais, como já foi referido, o Baixo Alentejo oferece condições privilegiadas. Se se souber resistir às tentações do lucro fácil e da adulteração, poderá perspectivar-se numa actividade compensadora a médio/longo prazo, ainda que o seu sucesso e perenidade estejam fortemente dependentes da capacidade para conseguir manter a autenticidade sócio-cultural e ambiental da região não esquecendo,

contudo, que “a complexidade e riqueza do fenómeno não o elegem como o único factor de desenvolvimento de uma região, país ou localidade. Trata-se pois de um fenómeno problemático, delicado e controverso, que nem sempre resiste à simplicidade de uma análise custos/benefícios” (Ramos 1996:84).

De facto, na região em análise o desenvolvimento do turismo em espaço rural é ainda muito incipiente, contudo, atendendo às potencialidades da região e ao seu fraco desenvolvimento económico e social, têm surgido nos últimos anos alguns empreendimentos afectos ao turismo no espaço rural, de acordo com a classificação da Direcção Geral do Turismo. Constatam-se assim a predominância do turismo rural e agro-turismo. Designadamente na tipologia de turismo rural destacam-se empreendimentos em Alentejo “Quinta dos Prazeres, Turismo e Caça”, em Serpa “Casa da Muralha, e em Mértola a “Casa das Janelas Verdes”. Na forma de agro-turismo destacam-se em Messemora “Monte Aguentinha do Campo”, em Vila Nova da Baronia “Horta da Lameira, em Beja, “Monte da Diabrória” e “Horta do Cano”, em Moura “Herdade da Negrita”, em Serpa “Herdade do Topo” e em Vila Nova de S. Bento “Monte de Vale de Perditos”.

É de salientar que estes empreendimentos rurais são geralmente de natureza familiar, embora classificados pela DGT, como empreendimentos em espaço rural, são pequenos contendo apenas o indispensável que lhe é imposto. Contudo, identificam a identidade própria da região com características tradicionais e atraindo algum número significativo de turistas.

CAPÍTULO 6 - ANÁLISE DO TURISMO NO BAIXO ALENTEJO

6.1- A PERSPECTIVA DOS INFORMANTES-CHAVE FACE AO TURISMO NO BAIXO ALENTEJO

No sentido da consecução dos objectivos definidos, no âmbito deste trabalho, e como já foi referido no capítulo da metodologia, efectuaram-se entrevistas a individualidades, nomeadamente Presidentes de Câmara, Vereadores e Presidentes de Junta de Freguesia dos concelhos em análise, e ainda ao Presidente da EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva), por se considerar uma empresa que está, de certa forma, ligada ao desenvolvimento local da região em análise. Auscultou-se alguns empresários no âmbito de actividades turísticas. Impossível ou, digamos até, falta de vontade dos intervenientes face à solicitação que várias foi feita, não foi possível entrevistar o Senhor Presidente da Região de Turismo “Planície Dourada”, que efectivamente, era imprescindível para acompanhar o enriquecimento das restantes entrevistas.

Convém recordar que estas individualidades constituem os informantes-chave para a recolha de informação necessária à problemática em estudo, no sentido de possuírem um conhecimento profundo e real da região. Assim, a abordagem do fenómeno do turismo como factor de desenvolvimento do Baixo Alentejo, é na perspectiva destes um sector/actividade que pode, efectivamente suscitar um processo de desenvolvimento local ou regional para esta região em complemento com o sector agrícola e outros. Pode, também, contribuir para a redução da desertificação e ainda fixar a população mais jovem e qualificada, no sentido de estes jovens poderem apostar e investir no sector do turismo. De facto e numa perspectiva globalizante das informações recolhidas, o Baixo Alentejo possui fortes potencialidades endógenas, naturais e culturais relacionadas com espaço rural em si, que devidamente aproveitadas poderão constituir factores estratégicos para o processo de desenvolvimento económico, social e cultural.

Contudo é necessário, e pertinente, que haja investimento nesta área, por parte de operadores turísticos e empresários que acreditem que essas potencialidades são deveras enriquecedoras para um projecto turístico de dimensão local. Neste contexto devem também as Câmaras Municipais, a Região de Turismo “Planície Dourada”, Associação de Municípios e Associações de desenvolvimento local contribuir para esses projectos.

Na perspectiva de alguns inquiridos o turismo em espaço rural é actualmente considerado uma questão de moda, isto é, as pessoas que habitam nos grandes centros urbanos e com condições económicas que lhes permita passar um fim de semana ou umas curtas férias procuram, cada vez mais, o Alentejo porque está na moda, ou ainda os mais abastados adquirem o tradicional “Monte Alentejano”. De facto o turismo é muitas vezes uma questão de moda, e como já se verificou ao longo dos anos, a sua evolução passou por vários estádios espaço/temporal, conforme as condições económicas das populações e factores determinantes (desenvolvimento da rede de transportes terrestres e aéreos, melhoria de infra-estruturas, aumento de rendimentos, maiores períodos de descanso) que aumentaram as possibilidades do turismo evoluir e ainda outras actividades complementares atractivas, para quem quer fazer turismo. Mas para que tudo isto seja possível é necessário que os espaços rurais sejam estudados, projectados e ajudados de todas as formas possíveis, principalmente pelas ajudas dos fundos estruturais europeus que contemplam, nos seus objectivos centrais, as zonas rurais, todavia, na prática a realidade é bem diferente. É, por esta razão que, embora existam projectos e estratégias para o desenvolvimento do turismo em todos os concelhos em estudo, estes não são possíveis de se concretizar, da forma mais rápida e eficiente como a região merece, face às dificuldades económicas com que sempre se confrontou.

Assim, perante a interpretação face à possibilidade do turismo contribuir para o desenvolvimento do Baixo Alentejo é, sem dúvida, uma realidade evidente na perspectiva destes informantes que, consideram esta região com características e identidade própria para atrair um número significativo de

peças que possam disfrutar do ambiente alentejano. Ao abordar-se a questão do turismo face a eventuais desvantagens que pode suscitar para o desenvolvimento do Baixo Alentejo, os inquiridos manifestam de facto alguma renitência face à implantação desta actividade, se não houver um planeamento cuidado com regras impostas e exigíveis, se não for bem aproveitada e eficazmente bem gerida pode descaracterizar determinados valores culturais e contribuir ainda para a descredibilidade da região.

Quanto à divulgação e promoção das suas potencialidades e produtos turísticos, as regiões em análise têm participado num conjunto de actividades ligadas à animação cultural, actividades desportivas ligadas à natureza, têm participado em feiras temáticas na mostra dos seus produtos tradicionais, em concursos de gastronomia, têm divulgado publicações e folhetins sobre o historial do concelho, as suas paisagens, património, poesia popular e os cantos alentejanos.

Por se considerar na actualidade um empreendimento bastante polémico, acreditado por uns e, desacreditado por outros, a Barragem do Alqueva é uma realidade no Alentejo, e por isso considerou-se relevante questionar se esta realidade é importante para a dinamização do desenvolvimento turístico. Com efeito as opiniões foram globalmente convergentes considerando a Barragem do Alqueva um recurso turístico de peso, contribuindo para a diversificação da oferta turística, nomeadamente em desportos náuticos, canoagem, pesca, entre outras actividades. Além de potencializar desenvolvimento económico e agrícola na região, potencializando a reconversão agrícola, a implementação de agro-indústrias criará também postos de trabalho.

Neste contexto, convém referenciar que está em preparação a constituição de um Centro de Inovação e Iniciativas Turísticas de Alqueva (CITALQUEVA) com vista ao aproveitamento das potencialidades que a Albufeira de Alqueva trará ao turismo no Alentejo. O CITALQUEVA tem como objectivos a promoção, apoio, realização e acompanhamento de acções e projectos de natureza turística para um aproveitamento concertado de

oportunidades, a harmonização de estratégias dos diversos agentes que intervém directa ou indirectamente na actividade turística e a constituição de uma plataforma para debate de troca de ideias e apoio a decisões com vista à promoção do turismo como actividade económica sustentável na zona, ao nível da oferta e divulgação de produtos (Editorial da EDIA 1998). Deste modo será uma realidade ou utopia, um turismo assente em “sol, água e paisagem?”

De facto feita esta análise e interpretação da problemática em estudo, é plausível que a vontade de todos: população autarquias, empresários, e agentes de desenvolvimento local, ou seja, envolvimento de todos os protagonistas envolvidos, dos que projectam, dos que financiam e os que procedem à sua prospectiva execução contribuam de forma valiosa para que o turismo possa constituir um forte factor de desenvolvimento nesta região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do fenómeno turístico, bem como do seu enquadramento no âmbito das linhas estratégicas do desenvolvimento, permite constatar que o desenvolvimento do turismo em espaço rural, pode constituir uma via fundamental de valorização da base económica, constituindo uma acção de profundo significado num período em que se aposta estrategicamente no novo desenvolvimento rural, local e regional.

Ao longo desta pesquisa, foi dada especial relevância ao espaço rural, aos seus problemas, constrangimentos e debilidades e ao fosso existente entre estes e, os espaços ditos urbanos ou desenvolvidos. Contudo o espaço rural possui características marcadamente privilegiadas do ponto de vista histórico-monumental, etnográfico e paisagístico, que contribuirão para a implementação e desenvolvimento de formas de turismo alternativas a outros destinos turísticos saturados e massificados.

De facto, as zonas rurais dispõem de potenciais características turísticas, que devidamente aproveitadas, podem constituir um factor de desenvolvimento local, e um campo interessante de intervenção pública e privada na geração de uma actividade turística distinta, forte e qualificada.

O Baixo Alentejo, fortemente marcado por uma ruralidade classicamente mediterrânica, assume um expressivo papel estratégico para o desenvolvimento do turismo em espaço rural, quer pelos potenciais endógenos que possui para o desenvolvimento da actividade turística, quer ainda pela atracção que pode exercer na implementação de diversas actividades geradoras de múltiplas sinergias com potencial de alcance estratégico numa diversidade de turismos e lazeres, em vários locais/espacos.

A grande diversidade e riqueza de atractivos turísticos existentes nesta região, que se verifica ao nível das suas componentes principais: património natural e cultural, a que se junta a ausência de problemas relevantes de poluição e degradação, constitui um trunfo importante relativamente às novas

formas de turismo, conferindo ao Baixo Alentejo uma vocação de espaço turístico de qualidade.

Atendendo às especificidades desta região, é necessário preconizar o desenvolvimento turístico numa estratégia integradora, adaptada à realidade local, tendo como referencial a necessidade de atenuar os desequilíbrios e assimetrias existentes, atenuar a desertificação humana através do reforço do emprego para fixar a população e, por último, a necessidade de obter maiores índices de bem estar- estar da população. Para que isto aconteça, haverá que tirar partido da qualidade, integridade e diversidade dos recursos turísticos regionais, tendo consciência de que estes não são inesgotáveis e de que a qualidade se deve sobrepor à quantidade, valorizando a diferença.

De facto, o desenvolvimento turístico deverá assentar num crescimento razoável, que não comprometa a imagem de qualidade do potencial turístico que esta região detém, e partir do pressuposto de que o turismo não deverá transformar-se, na actividade dominante destes espaços rurais, pois isso implicaria uma grande vulnerabilidade e perda inevitável de autenticidade.

Nesta perspectiva, considero que uma estratégia de desenvolvimento turístico para esta região, deverá compreender a valorização de um conjunto específico de objectivos que devidamente articulados, desencadearão um efectivo processo de desenvolvimento local. Assim, há que inserir o turismo rural num processo de desenvolvimento integrado que contribua para a revitalização económica, social e cultural desta região, atendendo a que só mantendo a cultura e identidade local se poderá manter a actividade turística com carácter genuíno e diferente e, portanto, perspectivá-la a médio e longo prazo.

A riqueza do património histórico-cultural da região constitui, de facto, um incentivo ao desenvolvimento do turismo cultural, atendendo ao património histórico-cultural que oferece um panorama muito valioso e muito rico para a dinâmica cultural da região que pode justificar a criação de um quadro de vida atraente, com qualidade capaz de fixar a população, atenuar a desertificação humana e atrair um número significativo de turistas. Assim, esta estratégia

passa, inevitavelmente, pelo desenvolvimento de uma série de serviços relacionados com a satisfação das necessidades das populações, que cada vez mais, sabem o que querem e do que necessitam para a satisfação das suas necessidades básicas.

Deste modo, considera-se importante adoptar estratégias globais de intervenção, mas, acautelando as múltiplas relações com os restantes sectores e com a realidade sócio-cultural e ambiente local. Para isso a receptividade e o envolvimento das populações locais é fundamental neste processo, sendo imprescindível prevenir fenómenos de rejeição por parte destas, designadamente, na aceitação ou não, de actividades económicas que venham a implementar-se e que comprometam as suas potencialidades que constituem a tradição e riqueza da região.

Assim a recuperação e revitalização dos monumentos e lugares para fins turísticos, depende de um conjunto de factores implícitos, entre os quais manter as características originais e tradicionais, não modificar ou adulterar a identidade própria de uma dada região, e depende ainda da instalação de infra-estruturas adequadas e sofisticadas, e, sobretudo, a capacidade de desenvolver serviços de gestão que promovam a valorização e a animação do património construído, potenciando a vertente cultural.

Nesta perspectiva, considera-se imprescindível articular e coordenar, numa lógica global e maximizadora de efeitos, os Programas Operacionais do Quadro Comunitário e os Programas Europeus na priorização das acções destinadas à vitalidade do meio rural nas suas vertentes económica, social e cultural. De facto, a prioridade destes programas assenta sobretudo no aproveitamento das potencialidades e na vitalidade desses espaços bem como na revitalização da base económica, tendo como cenário os seus recursos endógenos e potencialidades turísticas que casa zona rural tem para oferecer.

É nesta perspectiva que a presente investigação teve como objectivo fulcral abordar a realidade do Baixo Alentejo face a um processo estratégico de desenvolvimento turístico.

Ao longo da investigação uma das metas a atingir, foi a identificação das potencialidades turísticas da área geográfica seleccionada. A interioridade e a situação periférica do Alentejo, fomentaram ao longo dos anos um certo, isolamento que se traduziu num frágil tecido económico, numa reduzida actividade empresarial, numa escassa criação de postos de trabalho e numa constante motivação para os fluxos migratórios em direcção ao litoral.

Tal situação permite a manutenção de uma certa ruralidade, que encarada do ponto de vista turístico constitui um valor a preservar. Aplicando o ditado popular, “há males que vêm por bem”, isto significa que o território escolhido possui potencialidades desconhecidas, que se torna necessário maximizar. Seria, no entanto, imprudente pensar que todas as localidades em causa têm vocação turística.

Pelas razões anteriormente expostas, existe um défice de infra-estruturas, não existe tradição turística e, nalguns casos torna-se difícil competir com outras zonas relativamente próximas. Foi nessa óptica que se escolheu a figura do “círculo turístico” no sentido de enriquecer e diversificar uma determinada oferta. De facto, só o conjunto dos cinco concelhos permite apresentar uma oferta integrada, indo buscar a cada um deles as respectivas potencialidades, pois a oferta turística isolada de um único concelho é frágil e insuficiente para motivar a atracção turística. Assim, o pacote turístico em causa ganha virtualidades e diversidades, mediante a conjugação de factores que se desejam apelativos: alojamento, monumentos, paisagem, etnografia, folclore, gastronomia e artesanato.

Dada a ruralidade anteriormente referida parece ser o turismo rural a modalidade que melhor se adequa ao território em causa. Por outro lado, considerando os traços culturais, a identidade, uma certa homogeneidade e estilos de vida semelhantes, o turismo cultural deverá ser a componente que interessará explorar. Tal conclusão resultou da observação realizada na presente pesquisa, das entrevistas e da opinião generalizada dos agentes sócio-económicos. Assim, o turismo rural/cultural é uma alternativa ao turismo de massas, evitando a invasão excessiva duma paisagem e de um território

social que interessa manter e preservar. Trata-se de um território que se deseja de qualidade e que, realçando os aspectos culturais, possa trazer benefícios económicos à população anfitriã.

A grande parte dos autores que se dedicam ao estudo do fenómeno sócio-económico por excelência que é o turismo, são unânimes em afirmar que esta actividade não pode ser exclusiva. De facto fazer depender o desenvolvimento sócio-económico de uma única actividade é delicado, arriscado e imprudente, dadas as fragilidades do sistema turístico. Deste modo, seria um erro irreparável assentar como vector dominante de desenvolvimento do Alentejo a actividade turística, “devorando” com imoderação os importantes recursos existentes. Compete a quem possui o poder de decisão (Autarquias, Regiões de Turismo e Governo) encontrar e decidir sobre outras actividades económicas que possam dinamizar o tecido sócio-económico, nas áreas da agricultura, do comércio, da indústria e dos serviços. Não cabe no âmbito deste estudo enveredar por esse caminho, mas convém alertar ao detentores do poder de decisão para a necessidade de integrar a actividade turística com outras actividades produtivas.

A figura do “círculo turístico”, não existe legalmente, mas ela é uma alternativa à figura de eixo turístico, que apesar dos seus benefícios, provocou, em alguns casos, assimetrias que se torna necessário corrigir. Não havendo regionalização em Portugal, o círculo turístico proposto consubstancia uma espécie de associação de municípios cujos objectivos fundamentais são o bem comum, a qualidade de vida, a melhoria sócio-económica e a protecção do ambiente.

Assim, dando forma à filosofia dos Quadros Comunitários de Apoio dos Programas Europeus, Nacionais e Alentejanos a proposta de intervenção turística que se apresenta vem ao encontro das preocupações sobre uma zona debilitada, desertificada e pouco desenvolvida. Trata-se de um exercício que não é meramente académico e que não sendo exclusivo, pode criar sinergias e dinâmicas conducentes ao desenvolvimento da sub-região.

Imaginemos um conjunto de quinze turistas motivados para conhecer, em todos os seus aspectos a zona seleccionada. Poderiam alojar-se em Beja visitar a zona histórica da cidade, provar a sua doçaria, passear na calma cidade, depois dirigir-se à Vidigueira provar o vinho concelhio (um potencial recurso que favorece, em grande parte, a economia deste concelho), visitar as Ruínas de São Cucufate e almoçar em Cuba, usufruindo, se possível, do cantar alentejano, característico deste concelho. Depois, observar o casario e a tranquilidade de Faro do Alentejo, disfrutar da paisagem serena e passar pela antiga Anta de Ferreira do Alentejo, praticar desportos náuticos na Barragem de Odivelas ou ainda na Albufeira de Alvito, visitar os monumentos de Alvito e pernoitar na sua Pousada (Mapa 8).

Naturalmente que este formato pode ser alterado, já que é possível modificar a rota, escolher outros temas e proporcionar ao grupo em causa outros aspectos qualitativos do conjunto dos cinco concelhos: museus, artesanato, igrejas, castelos, arquitectura local, animação, gastronomia, monumentos megalíticos, paisagem.

Para que tal círculo possa atrair um número significativo de turistas, muito há ainda a fazer para colmatar os vários problemas que se verificam no sector do turismo. Entre eles enumeram-se:

- 1) - Insuficiente formação profissional de técnicos competentes e qualificados;
- 2) - Necessidade de promoção turística da zona;
- 3) - Insuficiente oferta de serviços complementares à actividade turística e necessidade de diversificar a oferta existente aproveitando as potencialidades existentes;
- 4) - Insuficiente oferta turística associada aos turismos novos e alternativos;
- 5) - Carência de planeamento turístico e de concertação de estratégias de intervenção adequadas ao sector;
- 6) - Ausência de associativismo no sector.

Nesta perspectiva, considera-se imprescindível, algumas medidas e estratégias que contribuam para o desenvolvimento do sector na área seleccionada:

- 1) - Aumento da capacidade de alojamento e de restauração;
- 2) - Promoção de acções de formação para jovens; Formação profissional contínua para profissionais activos e empresários do sector turístico, com vista à promoção de uma cultura de acolhimento qualificado;
- 3) - Melhoria das acessibilidades;
- 4) - Divulgação da informação e promoção do território;
- 5) - Realização de eventos culturais diversificados e fomento de iniciativas de animação turística através de actividades recreativas e de lazer e serviços de mobilidade dos turistas;
- 6) - Criação de espaços e debate para concertação de estratégias de dinamização turística;
- 7) - Investigação histórico-etnográfica e sociológica.

Face ao que foi exposto anteriormente, assente na análise aprofundada da região em causa, permite-nos constatar e concluir que na verdade existem possibilidades de desenvolvimento da actividade turística, que podem conduzir ao desenvolvimento do Alentejo, reduzir assimetrias sociais e inter-regionais, fixar a população e criar melhores condições de vida, criar postos de trabalhos, revitalizar o meio rural nas componentes económicas, sociais e culturais. Para que tal desiderato se concretize há que eliminar qualquer estratégia apontada ao aprofundamento do fosso que separa o Alentejo do resto do País e da Europa, virada à estagnação e desertificação.

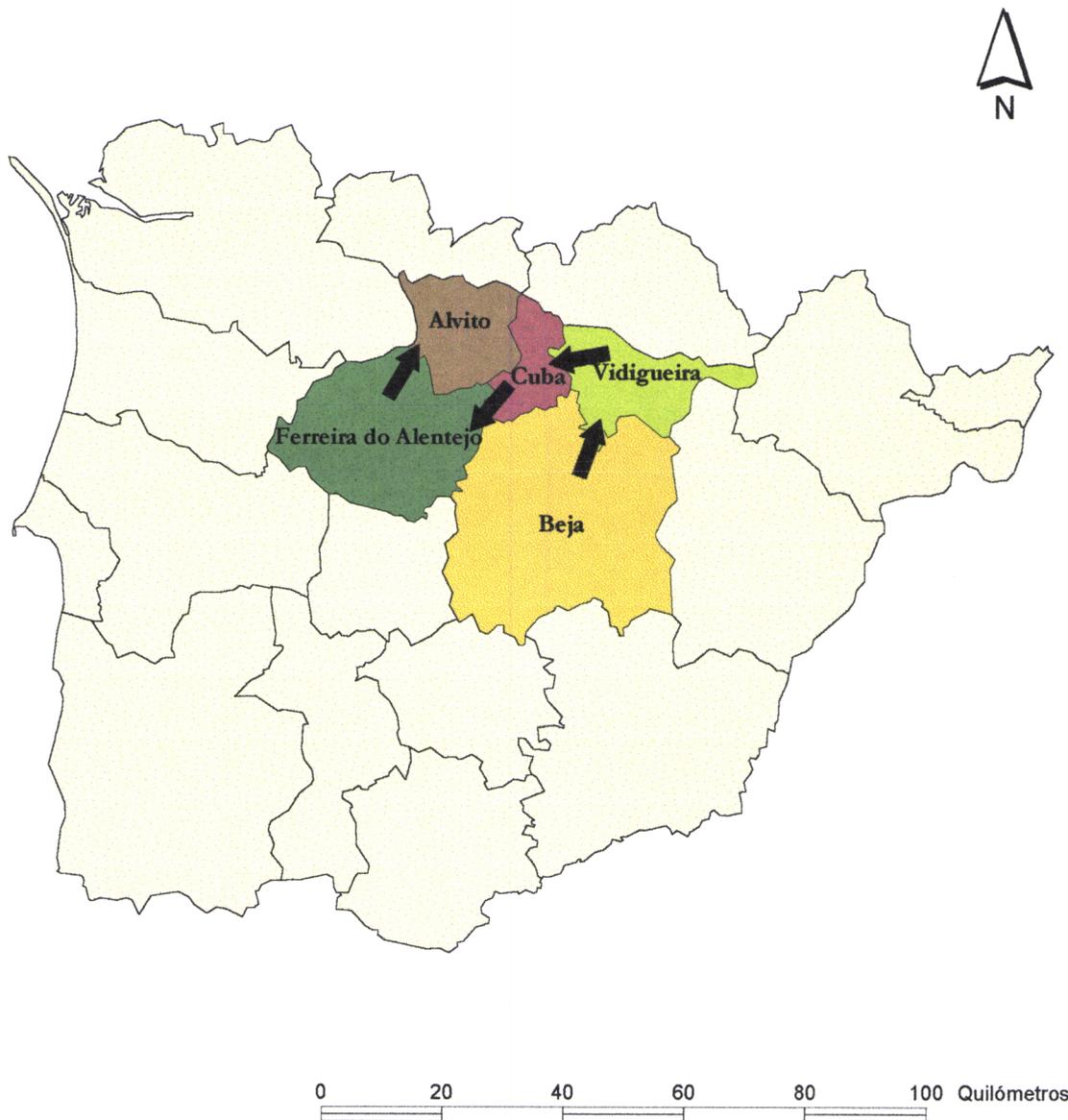
Um processo de desenvolvimento implica necessariamente o envolvimento, mobilização e participação das populações e de todos os agentes locais por onde têm de passar a implementação dos programas e projectos. Neste sentido há que aproveitar as oportunidades que o Plano de Desenvolvimento Regional (1994-99) e o Quadro Comunitário de Apoio,

preconizam para o Alentejo, e ao mesmo tempo fazer convergir esforços e vontades envolvendo autarquias, estruturas representativas de interesses sociais, económicos e culturais, forças políticas empenhadas no progresso social, populações envolventes, num largo movimento de opinião visando o desenvolvimento do Alentejo e a promoção do bem-estar dos alentejanos.

Perante o que foi exposto, para que tudo seja eficaz e viável a médio e longo prazo haverá que estabelecer uma relação de directa dependência com a simultaneidade de um processo de desenvolvimento integrado em que se privilegie as componentes culturais e sociais, e em que o incremento dos sectores primário e secundário sejam condição necessária.

Espero que o presente estudo constitua um contributo para o progresso da região e que, o seu conteúdo possa ser útil aos interesses dos agentes regionais, de forma a ajudá-los a encontrar o caminho do desenvolvimento económico integrado, respeitador dos recursos regionais, capaz de ultrapassar as dificuldades que a região enfrenta e com ele encontrar novos rumos para o Alentejo.

Mapa 8 Proposta de Rota Turística



Fonte. EDIA e Direcção Regional do Ambiente

Legenda:

Limite dos concelhos:

- Alvito
- Beja
- Cuba
- Ferreira
- Vidigueira
- Limite dos concelhos do Baixo Alentejo



Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

NIG, Março de 99

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Simonetta Luz,
1996 "As Autarquias e a Cultura como Motor de Desenvolvimento Integrado", *Meridionália*, 1:57-61.
- ALMEIDA, João Ferreira e PINTO, José Madureira
1990 *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença.
- ALMEIDA, João Ferreira de
1990 *Portugal, Os Próximos 20 Anos. Valores e Representações Sociais*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- 1993 "O Desenvolvimento Económico-Social e a Sociologia", *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Vol. I), Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 71-76.
- ALMEIDA, João Ferreira et al
1994 *Regiões Periféricas: Que Desenvolvimento? Uma Experiência no Concelho de Almeida*, Lisboa: CIES.
- AMARO, Rogério Roque
1989 "As Novas Dinâmicas Territoriais do Desenvolvimento e o Alentejo", III Congresso sobre o Alentejo -Elvas.
- 1990^a "Desenvolvimento de Injustiça Territorial", *Communio* 5:448-459.
- 1990b "O Puzzle territorial dos Anos 90: Uma Territorialidade Flexível", *Vértice* 22:39-48.
- 1991^a "Lógicas de Espacialização da Economia Portuguesa", *Sociologia-Problemas e Práticas* 10: 161-182.
- 1991b "Solidariedade e Desenvolvimento", 1^{as} Jornadas Nacionais de Acção Social, Braga.
- AMARO, Rogério Roque (coord.) et alii
1992 "Iniciativas de Desenvolvimento Local" - Caracterização de alguns exemplos", Lisboa, Relatório I.S.C.T.E./I.E.F.P.

- ARROTEIA, Jorge C.
1994 *"O Turismo em Portugal, Subsídios para o seu Conhecimento"*, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- ANIMAR
1995 Guia das iniciativas de desenvolvimento local em meio rural, Faro: Animar.
- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA
1994 "II Encontro Nacional do Turismo de Habitação", Ponte de Lima.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira e AZEVEDO, Ana Gonçalves
1994 *Metodologia Científica*, Porto: C. Azevedo.
- BACHELARD, Gaston
1990 (1971) *A Epistemologia*, Lisboa: Edições 70.
- BALTAZAR, Alda Vitória
1994 *Turismo no Campo Branco: Um factor de desenvolvimento local*, Beja: Universidade Moderna, (Trabalho de fim de curso).
1996 *A Continuidade Sociocultural e a Encruzilhada do Desenvolvimento Rural: Um Concelho do Baixo-Alentejo*, Évora: Universidade de Évora, (Dissertação Mestrado).
- BAPTISTA, Mário
1990 *O Turismo na Economia - uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.
1997 *Turismo, Competitividade Sustentável*, Lisboa: Verbo.
- BARDIN, Laurence
1991 (1977) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- BARROS, Afonso de
1990 "A Sociologia Rural perante a problemática do espaço", *Sociologia Problemas e Práticas* 8:43-53.

- 1993 "A Sociologia e as Perspectivas de Desenvolvimento",
Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Vol. I); Lisboa:
Editorial Fragmentos, pp. 77-79.
- BORGES, Emília Salgado
1990 *O Concelho de Cuba*, Cuba: C.M.C.
- BOTA, Mendes
1994 *Na Europa em Defesa do Turismo*, Bruxelas.
- BOUDON, Raymond
1990 *Os Métodos em Sociologia*, Lisboa: Edições Rolim.
- BRYMAN, Alan e CRAMER, Duncam
1992 *Análise de Dados em Ciências Sociais*, Oeiras: Celta.
- CABRAL, Manuel Vilaverde
1993 "Desenvolvimento, Sociologia do desenvolvimento e
Desenvolvimento da Sociologia", *Estruturas Sociais e
Desenvolvimento* (Vol. I), Lisboa: Editorial Fragmentos,
pp. 80-86.
- CAETANO, José A. P.
1994 *Vidigueira e o seu Concelho*, Vidigueira: C.M.V.
- CALDAS, Eugénio Castro
1988 *A Ruralidade Portuguesa através da História*,
Comunicação no Congresso Internacional de
Turismo no Espaço Rural, Viana do Alentejo.
- CALHEIROS, Francisco de
1993 *Turismo de Habitação e a criação de uma imagem
de marca*, Comunicação apresentada no II Encontro
Nacional de Turismo de Habitação.
- CAPUCHA, Luis
1996 "Fazer render o belo - questões à volta do turismo e
do desenvolvimento em zonas rurais recuadas",
Sociologia Problemas e Práticas, 21:29-46.
- CARRAÇA, Emidio Nobre
1995 *Turismo: Qualidade de vida e Desenvolvimento
Regional*, Comunicação ao Seminário Turismo e
Desenvolvimento, Monsaraz.

- CARRILHO, J. M. Goulart
1991 *O Programa Leader - Perspectivas de aplicação em Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional.
- CARVALHO, Leonor Vacas de
1996 *A Contribuição do Marketing para o Desenvolvimento Turístico de uma Região Rural*: Lisboa: ISCTE (Dissertação de Mestrado).
- CASCAIS, Mariana
1995 *O Alentejo de Hoje - Que Turismo e que Desenvolvimento?* Comunicação ao Seminário Turismo e Desenvolvimento, Monsaraz.
- CAUET, Jean Michel
1986 "Tendências da procura turística", Congresso Nacional de Turismo: pp.-123-129.
- CAVACO, Carminda
1979 *O Turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa: Instituto Nacional Investigação Científica : 28-45.
- CHAVES, Maria Cristina
1994 "A Dimensão Ecológica do Desenvolvimento- Elementos de Reflexão sobre o conceito de Ecodesenvolvimento", *Cadernos de Ciências Sociais* 14: 99-117.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS-CCE
1988 "O Futuro do Mundo Rural, Luxemburgo": *Boletim das Comunidades Europeias*, Suplemento 4/88.
- 1992 "Em Direcção a um Desenvolvimento Sustentável", Luxemburgo: Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALENTEJO
1993 "Programa Operacional do Alentejo - QCA 1994- 1999", Évora.
- 1996 "Estudo Demográfico da Região Baixo-Alentejo", Évora.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

1993 "Exclusão Social e Turismo Rural", Coimbra: CCRC.

CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO

1986 Portugal 1911-1986: 75 anos de Turismo - Documentos
Lisboa: Comissão Executiva do Ano do Jubileu do
Turismo Português - Secretaria de Estado do Turismo.

CROSBY, Arturo (Dir)

1993 *El Desarrollo Turístico Sostenible en el Medio Rural*,
Espanha: Edição C.E.F.A.T.

CUNHA, José Correia da

1990 *Turismo Rural*, Lisboa: Gabinete Coordenador das
Acções para o Mundo Rural.

CUNHA, Licínio

1997 *Economia e Política do Turismo*, Portugal: McGRAW-
HILL.

DAVID, Anabela

1992 *O Turismo como factor de desenvolvimento Regional:
Aplicação prática a um triângulo turístico Alentejano*,
Évora: Universidade de Évora, (Trabalho de fim de curso).

DELORS, Jacques

1992 "O Desenvolvimento Rural e a Europa em movimento",
Revista Agricultura: 20-22.

DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO

1993 "Estatuto do Turismo", Lisboa DGT - Secretaria de
Estado do Turismo.

1994 "As Políticas de Turismo para os Anos 90, Lisboa,
policopiado.

1997 "Síntese sobre a evolução do Turismo", Lisboa: DGT -
Secretaria de Estado do Turismo.

1997 "O Turismo em Portugal", Lisboa: DGT - Secretaria de
Estado do Turismo.

ECO, Umberto

1991 *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Lisboa:
Editorial Presença.

- FACHIN, Odília
1993 *Fundamentos de Metodologia*, S. Paulo: Editora Atlas, S.A.
- FERREIRA, Jorge A.B.
1995 *Direito do Turismo, Instrumentos Normativos Fundamentais*, (Tomo I), Políticas de Turismo, Lisboa, I.S.P.G.
- FERREIRA, José Maria Cabral
1996 "A Perspectiva Sociológica do Turismo", Congresso Nacional de Turismo, pp. 171-179.
- FERREIRA, José M.C. e PEIXOTO, João
1993 *Sociologia Rural e Desenvolvimento Rural em Portugal - Histórias, Tendências Recentes e Perspectivas, Working Papers* (Instituto Superior de Economia e Gestão).
- FOSTER, Douglas
1992 *Viagens e Turismo - Manual de Gestão*, Mem Martins:, Edições CETOP.
- FRADA, João J. Crício
1993 *Guia Prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos*, Lisboa: Edições Cosmos.
- FUSTER, Luis Fernandez
1974 "Teoria y Técnica del Turismo", (Vol I e II), Editora Nacional, Madrid.
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin
1993 *O Inquérito - Teoria e Prática*, Oeiras: Celta Editora.
- GIL, António Carlos
1994 (1985) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, S. Paulo: Atlas.
- GONÇALVES, Josélia
1996 *Turismo Cultural na Serra Algarvia*, Évora: Universidade de Évora (Trabalho de fim de curso).
- GROLLEAU, Henri e RAMÚS, André,
1988 *Espace Rural, Espace Touristique*, Paris.

- HENRIQUES, José Manuel
1990 *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa: Escher.
- HOLLIER, Robert e SUBREMON, Alexandra
1990 *Le Tourisme dans la Communauté Européenne*, Paris: Presses Universitaires de France.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
1991 "Estatística da Região Alentejo", Évora, INE.
1996 "Estatísticas do Turismo", Évora, INE.
- KERLINGER, Fred N.
1980 (1979) *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais*, S.Paulo: E.P.U.
- KRIPEENDORF, Jost
1989 *Sociologia do Turismo - Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JOAQUIM, Graça
1992 "Différent et Authentique. Espace Rural, Espace Touristique?", *Sociologia Urbana e Rurale*, Bolonha: Universidade Bolonha, 38.235-244.
- LANFANT, Maria Françoise
1992 "L'Identité en Jeu dans l'Échange Touristique International", *Sociologia Urbana e Rurale*, Bolonha: Universidade de Bolonha, 38.171-176
- LANQUAR, Robert
1985 *Sociologie du Tourisme et des Voyages*, Paris: PUF
1987 *L'économie du Tourisme*, Paris: PUF
1993 *Le Tourisme International*, Paris: PUF.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle
1994 (1990) *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.

- LEITE, Vasco Pinto
1992 "O LEADER E O SIFIT", Comunicação ao Seminário Turismo no Espaço Rural, Tomar.
- LIMA, Marinús Pires de
1987 *Inquérito Sociológico, Problemas de Metodologia*
Lisboa: Editorial Presença.
- LOPES, A. Simões
1984 *Desenvolvimento Regional - problemática, teoria, modelos*, Lisboa: Dinalivro, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, Raul G.
s/d. *Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento local*, Lisboa: Escher.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria
1990 *Técnicas de Pesquisa*, S. Paulo: Editora Atlas, S.A.
- MARQUES, Helena Torres
1989 "Turismo e Autarquias", *Técnicas e Equipamentos Municipais* 8:32-38.
- MARTINS, Luis S.
1993 *Lazer, Férias e Turismo na Organização do Espaço no Noroeste de Portugal*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MENDES, João Ramos
1982 *Situação e Perspectivas do Turismo em Espaço Rural*, Comunicação ao Seminário Turismo no Espaço Rural, Tomar.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
1987 Conferências de Lisboa - Ambiente e Mundo Rural,
Lisboa: Instituto Nacional do Ambiente.
- 1994 Plano de Desenvolvimento Regional 1994-99,
Lisboa: Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, 2 Vol.
- MINISTÉRIO DE COMÉRCIO Y TURISMO
1994 *Manuel del Empresário de Turismo Rural*, Madrid.

- MOREIRA, Carlos Diogo
1994 *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*,
Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e
Políticas.
- MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE RURAL
1984 *Mundo Rural, que Desenvolvimento?*, Lisboa,
Ulmeiro.
- NETO, João B.N. Pereira
1985 *Turismo e Desenvolvimento*, Faro: Universidade do
Algarve.
1989 *Desenvolvimento e Mudança Cultural*, Lisboa:
Universidade Técnica de Lisboa.
- NEVES, O.
1993 *Avaliação da Formação Profissional no Contexto
Regional*, Lisboa: Mimeo.
- OLIVEIRA, João Borges
1988 "Turismo no Espaço Rural - A Formação Profissional",
Comunicação ao Congresso Internacional de Turismo
em Espaço Rural, Viana do Castelo.
- PACI, Enzo
1992 "A Produção Turística Portuguesa no Contexto
Mundial", I Encontro sobre informação estatística no
sector do turismo; Lisboa; pp. 4-28.
- PINA, Paulo
1988 *Portugal, o turismo no século XX*, Lisboa; Lucidus.
- PINTO, José Madureira
1985 *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas
nos Campos-Elementos de Teoria e de Pesquisa empírica*,
Porto:Afrontamento.
1991 "Considerações sobre a Produção Social de Identidade"
Revista Crítica de Ciências Sociais Coimbra: CES,
32:127-233.
- PNUD
1996 *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa,
Tricontinental.

- QUADROS, António
1986 "O Impacto do turismo na sociedade portuguesa",
Congresso Nacional do Turismo.
- QUARESMA, A. Caeiro
1992 *A Integração do Turismo no Desenvolvimento
Regional*, Comunicação apresentada no Seminário
Turismo como Estratégia de Desenvolvimento, Évora.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUT, Lucvan
1992 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa:
Gradiva.
- RAMALHO, António Vieira
1992 *O Turismo no Espaço Rural como actividade essencial
ao Desenvolvimento Integrado do Mundo Rural*,
Comunicação IV semana da Extensão Rural, Universidade
de Évora.
- RAMOS, Carlos
1988 *Turismo e Ambiente*, Comunicação no Congresso
Internacional de Turismo no Espaço Rural, Viana do
Alentejo.
- RAMOS, Francisco
1992a *Os Proprietários da Sombra, Vila Velha Revisitada*,
(tese de doutoramento) Universidade de Évora.
- 1992b "O Turismo, a Economia e a Felicidade: Marvão e a
Arqueologia do desejo", Portalegre, IBN MARUÂN
2:187-196.
- 1996 *Textos Antropológicos*, Monsaraz: ADIM.
- REQUENA, Javier C.
1993 "O Agroturismo: uma forma de turismo rural a
considerar", *Leader Magazine*, Outubro:3 e 4.
- RIBEIRO, J. Cadima
1991 *Turismo no Espaço Rural em Portugal: um
comportamento introdutório*, Braga: Universidade do
Minho.

- ROSADO, José Nuno
1995 "Alentejo - Turismo em Meio Rural", Évora: Direcção Regional Planeamento e Desenvolvimento.
- SAMPAIO, Francisco
1988 "Ruralidade e Turismo", Comunicação no Congresso Internacional de Turismo em Espaço Rural, Viana do Alentejo.
- SAMPAIO, Jorge
1996 "Heróis do Desenvolvimento Local", Comunicação na Sessão de encerramento da Manifesta 96, Tondela.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
1993 Relatório do Plano de Desenvolvimento Regional, 1994/99 -Quadro Comunitário de Apoio, Lisboa.
- SELLTIZ, C., et al
1977 *Métodos de Pesquisa nas Relações sociais*, São Paulo: Edusp.
- SETAS, Paulo
1993 "Turismo em Espaço Rural", A Rede para o desenvolvimento local.
- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira
1986 *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, João Albino
1991 *O Turismo em Portugal - uma análise de integração micro-económica*, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão (Tese de Doutoramento).
- SILVA, José Sancho
1991 "Previsão da evolução da procura turística a curto e a médio prazo", Lisboa: Direcção Geral de Turismo (policopiado).
- VALÉRIO, António J.F.
1991 *Alvito: O Espaço e os Homens - Estudo de uma Vila Alentejana*, Alvito: C.M.A.
1994 *Arte e História no Concelho de Alvito*, Alvito: C.M.A.

VELLAS, François

1986

“O Mercado Internacional de Turismo. Que Futuro?,
Congresso Nacional de Turismo .

ANEXOS

ANEXO I
INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE EMPÍRICA

A - Guião de entrevistas para individualidades que ocupam cargos políticos (Presidentes de Câmara, Vereadores e Presidentes de Junta de Freguesia)

- 1- A actividade turística em espaço rural pode contribuir para o desenvolvimento do Baixo Alentejo?
- 2- Na região do Baixo Alentejo existem potencialidades que aproveitadas e exploradas podem contribuir para o desenvolvimento do turismo?
- 3- Existem projectos ao nível do sector do turismo rural para o Baixo Alentejo que defina ou identifique produtos a promover e estratégias a seguir com prioridades para o sector?
- 4- Considera o turismo um factor importante para reduzir ou colmatar a desertificação existente no Baixo Alentejo?
- 5- Que vantagens ou desvantagens poderá o turismo acarretar para o desenvolvimento da região?
- 6- Que acções/medidas tem promovido a autarquia no sentido de divulgar a região, incentivando o turismo rural?
- 7- Considera que este concelho possui condições favoráveis para a possibilidade do desenvolvimento turístico?
- 8- Que tipo de turistas visitam a região?
- 9- Que produtos turísticos há para oferecer nesta região?
- 10- Que apoios considera necessários para estimular e promover o investimento turístico?
- 11- Numa perspectiva de diversificação económica, o empreendimento da Barragem do Alqueva pode ser importante para a dinamização do desenvolvimento turístico?

12- Que perspectivas (presentes ou futuras) tem o Baixo Alentejo para implementação da actividade turística, como alternativa de desenvolvimento?

A - Guião de entrevista (Presidente da EDIA - Beja)

- 1- A actividade turística em espaço rural pode contribuir para o desenvolvimento do Baixo Alentejo?
- 2- Na região do Baixo Alentejo existem potencialidades que aproveitadas e exploradas podem contribuir para o desenvolvimento do turismo?
- 3- Existem projectos ao nível do sector do turismo rural para o Baixo Alentejo que defina ou identifique produtos a promover e estratégias a seguir com prioridades para o sector?
- 4 - Considera o turismo um factor importante para reduzir ou colmatar a desertificação existente no Baixo Alentejo?
- 5- Que vantagens ou desvantagens poderá o turismo acarretar para o desenvolvimento da região?
- 6- Que acções/medidas tem promovido a EDIA no sentido de divulgar a região, incentivando o turismo rural?
- 7- Considera que a Região do Baixo Alentejo possui condições favoráveis para a possibilidade do desenvolvimento turístico?
- 8- Que tipo de turistas visitam a região?
- 9- Que produtos turísticos há para oferecer nesta região?
- 10- Que apoios considera necessários para estimular e promover o investimento turístico?
- 11- Numa perspectiva de diversificação económica, o empreendimento da Barragem do Alqueva pode ser importante para a dinamização do desenvolvimento turístico?

12- Que perspectivas (presentes ou futuras) tem o Baixo Alentejo para implementação da actividade turística, como alternativa de desenvolvimento?

B- Guião de Entrevista (Empresários no âmbito do turismo)

1- Na região do Baixo Alentejo existem potencialidades que aproveitadas e exploradas podem contribuir para o desenvolvimento do turismo?

2- Considera o turismo um factor importante para reduzir ou colmatar a desertificação existente no Baixo Alentejo?

3- Que vantagens ou desvantagens poderá o turismo acarretar para o desenvolvimento da região?

4- Considera que esta região possui condições favoráveis para a possibilidade do desenvolvimento turístico?

5- Que tipo de turistas visitam a região?

6- Que produtos turísticos há para oferecer nesta região?

7- Que apoios considera necessários para estimular e promover o investimento turístico?

8- Considera que na região há necessidade de uma maior indústria a nível dos produtos turísticos?

9- Que atrações considera importantes e que deveriam existir nesta região para que existisse maior afluência de turistas?

Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal de Alvito

1- Sim. Como complemento da actividade agrícola e não só, ainda como actividade de desenvolvimento através da promoção dos produtos que existem no Alentejo e que podem ser consumidos pelos turistas.

2- Existem muitas potencialidades que se prendem com condições ambientais e naturais, com o número crescente de albufeiras, com a cultura tradicional, o património arquitectónico que está salvaguardado no Alentejo como em nenhuma região do país e que, bem o caracteriza. O cante alentejano é único, as paisagens com vistas largas com muita luz e cor. Produtos locais como o pão alentejano, vinhos, enchidos são produtos de grande qualidade ligados à rica gastronomia. Ainda a segurança, a tranquilidade e o sossego são condições que ainda possuímos e que nos podemos orgulhar.

3 - Sim Existem vários projectos ou planos que aproveitados e postos em execução seriam muito favoráveis ao desenvolvimento do turismo. Assim como: melhorar algumas vias de acesso, aumentar e melhorar a capacidade de alojamento, melhorar o serviço prestado, designadamente na restauração, a promoção da região, porque considero o Baixo Alentej, ou até todo o Alentejo, um sinónimo de desenvolvimento, que é preciso ser divulgado.

4- Pode dar um contributo mas não será por aqui que se conseguirá estancar a hemorragia humana de que o Alentejo está a ser vítima. Embora, o número de pessoas que procuram o Alentejo, quer para visitar, quer para obter uma casa ou um monte tipicamente alentejano, “porque é moda”, poderá levar a investimentos de vários níveis que poderão ser benéficos para o desenvolvimento do Alentejo.

5- As vantagens que pode acarretar é induzir investimento na região, conjuntamente com outras actividades sócio-culturais, e contribuir como actividade de fileira para o desenvolvimento da região.

Como desvantagens pode contribuir para a devastação do ambiente e se não for desenvolvido de forma controlada pode desacreditar o Alentejo.

6- Tem apoiado um conjunto de actividades desportivas ligadas à natureza. Participado em inúmeras feiras integradas em Associação de Municípios, na Região de Turismo. O concelho de Alvito está integrado na AMCAV que elaborou um Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito conjuntamente com mais 4 concelhos, que prevê a criação de dez pólos de turismo. O Plano Municipal facilita a instalação de unidades turísticas.

7- Sim. Desde que todas as potencialidades sejam bem aproveitadas e exploradas controladamente, as suas condições são bastante favoráveis. O concelho tem em seu redor um rico ambiente paisagístico, entre duas albufeiras, com bons lugares panorâmicos, um património bem marcado pela época manuelina, a arquitectura também é bastante marcada, tem como ex-libris no concelho o castelo que hoje está transformado numa Pousada da ENATUR, Pousada do castelo de Alvito, e mantém a sua traça original.

Tem ainda um clube de caça, a barragem de Odivelas que fica a 15 km, aproximadamente, de Alvito onde está um complexo turístico, e um restaurante turístico tipicamente alentejano - com o nome de Markádia. A animação cultural e desportiva também é razoável. A tradicional feira dos Santos, realizada anualmente a 1 de Novembro que atrai bastante gente de vários pontos do país.

8- Pessoas com formação académica cultural acima da média, portuguesas e estrangeiras, nomeadamente, espanhóis que frequentam a Pousada. São pessoas que vivem nos centros urbanos e aos fins de semana, feriados ou

curtas férias procuram o sossego e a tranquilidade das paisagens alentejanas, e suas riquezas naturais, e a possibilidade de adquirir produtos de qualidade.

9- Gastronomia, património arquitectónico e paisagístico.

10 - Os apoios devem ser de carácter financeiro, para que os empresários privados possam ter alguma ajuda e incentivo no arranque de projectos turísticos que podem ser muitos promotores no desenvolvimento do Baixo Alentejo.

11- Sim. Pode ser importante, quer por constituir programa integrado para a região, quer por dinamizar a região do Alentejo no aproveitamento das suas potencialidades. E tentar aproveitar essa situação como vantajosa na criação de projectos desportivos, praia fluvial, canoagem e empreendimentos turísticos.

12 - As perspectivas são boas, quer pelas potencialidades de que dispõe, quer pelo facto de estar na moda, quer ainda pelos incentivos maiores que poderá ter a região. No futuro governo terá que dar melhores e maiores apoios ao Alentejo e aproximar o Alentejo de outras regiões mais desenvolvidas.

Entrevista ao Vereador do Pelouro do Turismo e da Cultura da Câmara Municipal de Alvito

1- Penso que pode uma vez que a agricultura está em desaparecimento e poderá ser uma maneira de rentabilizar estruturas existentes.

2- Sim. Por exemplo as paisagens extremamente humanizadas, o património arquitectónico e arqueológico que é significativo, os produtos agro-alimentares e muitos outros que são específicos do nosso Alentejo, gerando competitividade.

3- Ao nível do turismo, ou seja, direccionado para o turismo penso que não, mas existem outros projectos que a serem concretizados vão certamente promover o sector turístico.

4- O turismo será um factor importante para o Baixo Alentejo, assim como outros factores, desde que sejam conjugados. O turismo por si só, em localidades rurais, não resolverá nenhum problemas ou muito poucos. E não penso que o problemas da desertificação do Alentejo passe pela implementação do turismo.

5- Se falarmos em vantagens e desvantagens para o Alentejo, como um todo, existem umas, se falarmos só no Baixo Alentejo temos outras. Em determinadas zonas do Baixo Alentejo, que já estão munidas de infra-estruturas a nível hoteleiro e de restauração o incremento do turismo é positivo e provoca sempre desenvolvimento económico, o que não quer dizer que desenvolva a Região em termos globais. Como desvantagens, veja-se a sazonalidade da actividade e se tivermos em atenção o que se passou e passa no Algarve, penso que deve ser uma preocupação constante para os políticos, agências de turismo e outros actores do desenvolvimento.

6- Em termos de divulgação da Região a Câmara Municipal de Alvito nestes quatro anos tem realizado muitas iniciativas. Desde acções na Comunicação Social Regional, Nacional e até Internacional; participado em feiras temáticas integradas em outras Associações de Municípios ou sozinhos; edição de livros respeitantes ao património concelhio; realização de iniciativas culturais que extravasam o âmbito local, etc.

7 - Sim, possuí muitas possibilidades de desenvolvimento, fundamentalmente do turismo, mas será difícil existir esse desenvolvimento se não existirem outras condições atractivas que tragam para cá os investigadores.

8 - Essencialmente, turistas de fim-de-semana.

9 - Os produtos turísticos podem dividir-se em recursos naturais em termos de paisagens e outros, recursos patrimoniais e gastronomia.

10- Os apoios necessários passam por uma política de desenvolvimento regional, definida pelo poder Central. É necessário melhorar as acessibilidades, criar infra-estruturas de apoio como restaurantes e hospedarias ou residências e actividades complementares de apoio aos turistas.

11- Sim, em termos de diversificação das actividades: implementação das actividades agro-alimentares, agro-industriais, artesanais, o que poderá promover a actividade turística.

12- A actividade turística não pode ser vista como alternativa ao desenvolvimento. Esta actividade tem que ser uma das componentes do desenvolvimento conjuntamente com outros factores.

Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal de Beja

1- A actividade turística em espaço rural, pela diversidade de recursos que integra traduz-se num importante contributo para o distrito do Baixo Alentejo.

2- Existem de facto potencialidades, que urge aproveitar através da organização e estruturação da oferta que responda à procura prevalecente no mercado do turismo.

3- Fundamentalmente existem estratégias de desenvolvimento turístico e, estruturas que desempenham um papel de promoção indispensável, como sejam a Região de Turismo “Planície Dourada” e em muitos Municípios os Gabinetes de Turismo. Estes são evidentemente projectos importantes.

4- Sim, na medida em que pode apresentar, conjuntamente com outras actividades, importantes factores de desenvolvimento que propiciem o emprego e, assim, a fixação da população.

5- As vantagens já foram referidas nos pontos anteriores, as desvantagens podem resultar da banalização ou, mesmo, descaracterização de determinados valores. Para isso, teria que o turismo alcançar uma expressão de massificação crítica, facto pouco provável.

6- Tem participado em iniciativas promovidas pela Região de Turismo “Planície Dourada”. Tem feito concursos de gastronomia, integra uma ADL que participa em dois Leader`s e, ainda, dinamiza activamente o trabalho do Gabinete Municipal de Turismo.

7- Sim considero face a um conjunto patrimonial natural construído bastante atractivo para a promoção local do turismo em espaço rural.

8 - Fundamentalmente oriundos de zonas urbanas, em particular destaca-se o visitante nacional.

9- A cidade de Beja, com todos os seus recursos e produtos (gastronomia, monumentos, iniciativas sociais, culturais e desportivas) e o espaço rural, incluindo as aldeias com elementos reservados de grande valor patrimonial.

10- Os apoios têm que se distribuir em duas áreas distintas, no investimento material, envolvendo construção e remodelação/recuperação/reconstrução de unidades de Turismo e no investimento imaterial com particular destaque para a promoção e imagem e na constituição de estruturas e organização de apoio ao sector.

11- É importante porque o empreendimento, em si, constitui um recurso turístico de peso, contribuindo para a diversificação da oferta.

12- A actividade turística é alternativa de desenvolvimento se estiver articulada com outras actividades, numa perspectiva de desenvolvimento integrado, reflectindo a preocupação central de aproveitamento racional do recurso desta zona.

Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal de Cuba

1- Penso que sim, contribuindo para a redução da desertificação, incentivando e divulgando os produtos existentes característicos do Baixo Alentejo que complementando com outros pode originar desenvolvimento a nível económico, social, cultural e humano. O factor humano é deveras o mais importante, sem este factor nada se pode fazer desde que o saibamos utilizar e aproveitar, apostando na sua formação e potencialidade.

2- Sim, existem e muitas. O problema é que estas potencialidades não estão devidamente aproveitadas para que possam contribuir para um melhor, e maior desenvolvimento que se quer para esta região. Refiro a título de exemplo as paisagens únicas do Alentejo, ribeiras e barragens não aproveitadas para a prática de actividades turísticas que atraiam os residentes e ainda pessoas de fora.

Considero que se deve apostar mais no sector do turismo, pois temos potencialidades capazes de dar resposta a essa aposta.

3 - Sim existem projectos para o desenvolvimento do sector do turismo, contudo as pessoas têm que ser orientadas e influenciadas para investirem. Nas pequenas aldeias rurais ainda aparecem as festas que privilegiam os cantes alentejanos da região ou as actividades de âmbito cultural, que muitas vezes atraem pessoas de fora para assistirem a um espectáculo diferente. Há que promover estas actividades aliadas à gastronomia, ao vinho às mostras de artesanato característico de cada zona.

O concelho de Cuba integra-se também numa Associação, a Associação de Municípios de Cuba, Alvito e Vidigueira e ainda Portel e Viana do Alentejo, que visa promover projectos e planos no âmbito da educação, cultura, saúde, defesa do ambiente e turismo, com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural das populações da região.

4- Sim, na medida em que pode reduzir a desertificação, agarrar e apoiar os jovens e tentar gerar emprego para alguns.

5- Vantagens são todas aquelas se se conseguir gerar riqueza e desenvolvimento, modificando de alguma forma o ambiente rotineiro e pacato do nosso Baixo Alentejo, ou seja, aumentando o movimento de pessoas, levando-as a consumir alguma coisa.

Desvantagens incidem no não saber aproveitar a natureza ou a paisagem provocando estragos ambientais e modificando a beleza que nos é característica.

6 - Tem divulgado a região através de folhetins, publicações sobre o historial do concelho, as suas paisagens, património, a poesia popular o grupo de cante alentejano, um masculino e um misto, a gastronomia.

7 - Sim. Tem a condição principal para a atracção de pessoas, é o receber bem, tem também a rica e rara gastronomia, as adegas ou tabernas típicas.

8 - Familiares de pessoas da zona, espanhóis e também emigrantes alentejanos que passam por cá e gostam dos pratos de alguns restaurantes que no geral são tipicamente alentejanos.

9 - Cante alentejano, artesanato, calçado feito por medida, nomeadamente o sapato ou bota alentejana de "pele de vitela", arqueologia, igrejas, casas antigas ou os chamados palacetes, etc.

10 - Todos os apoios que o estado possa proporcionar no desenvolvimento deste sector, sejam eles financeiros, ou humanos. Apoios das autarquias, dos departamento de desenvolvimento local , da região de turismo da região, agências de viagens, apoios da população local que são bastante importantes.

11- Sim. O empreendimento do Alqueva é um projecto que será sempre importante para o desenvolvimento do turismo, na medida em que atrairá e cativará pessoas a investirem, principalmente, aquela região (zona) e poderá alargar esse investimento a toda a região.

12 - O turismo, no meu entender deve sempre surgir como alternativa de outra actividade para complementar face a um processo de desenvolvimento local e regional e não como único, processo de desenvolvimento, o Baixo Alentejo não tem capacidade de se desenvolver através de uma única actividade.

Entrevista ao Vereador do Pelouro do Turismo e da Cultura da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

1- Sim. O Baixo Alentejo tem fortes potencialidades para esse aproveitamento porque estamos numa zona de paisagem não poluída, paisagem natural, e pode atrair o turismo nesse espaço rural, aproveitando também algumas actividades desse turismo, por exemplo o turismo cinegético e tudo o que se relaciona com o espaço rural em si. Naturalmente, por isso, é necessário que haja investimento nesta área e que apareçam operadores e empresários que conheçam estas potencialidades e possam desenvolver e investir. Quer as Câmaras Municipais, quer a Região de Turismo da região devem contribuir para que esse investimento seja possível.

2- Sim existem fortes potencialidades que têm a ver com a nossa própria paisagem, que é única, com características naturais que viabiliza o turismo de lazer.

3- No concelho de Ferreira existem algumas intenções já conhecidas de projectos neste sector ainda não concretizados, mas que se espera com o apoio da Câmara para que possam ter êxito e possam contribuir para a promoção do desenvolvimento turístico. Em relação a produtos turísticos este concelho, como muitos outros, é rico na gastronomia, no cante alentejano, nas paisagens, no património e no seu historial. Tudo isto é característico dum concelho do Alentejo e, que dificilmente se encontra noutros pontos do país.

4- Naturalmente tudo o que possa conduzir a evitar a desertificação que é uma realidade no Baixo Alentejo, o turismo independentemente da importância que virá a ter, poderá ser uma peça do puzzle que se quer mais alargado para inverter a tendência da desertificação.

5 - As vantagens, considero todas aquelas que o turismo poderá trazer de benéfico para o Baixo Alentejo, maior desenvolvimento económico, social e cultural, maior divulgação do que há de bom no Alentejo, mudança social e cultural, troca de conhecimentos entre os visitantes e os residentes, etc.

6- Divulgando algumas realidades do concelho para todos os sítios e criando também infra-estruturas para que essa divulgação seja aceite e reconhecida.

7 - Sim. O concelho e, todo o Baixo Alentejo, cada um com a sua realidade, tem condições favoráveis para esse desenvolvimento e já se nota no tempo actual uma procura que no passado não existia.

8 - Os turistas que visitam a nossa região são pessoas interessadas em adquirir casas nas freguesias rurais, para residirem habitualmente, ou passar apenas fins-de-semana, férias, ou ainda alguns que nasceram cá e outros que tiveram antepassados e procuram as suas raízes. Existe uma maior procura de casas antigas caracteristicamente alentejanas.

9 - Há grupos corais, que são seniores e juvenis que a Câmara tem dado forte apoio e incentivos para que esses grupos sejam divulgados cada vez com maior representatividade. A gastronomia também tem forte importância na oferta, o artesanato é bastante divulgado e procurado nomeadamente as chamadas mobílias tradicionais que a Câmara produz e comercializa, o artesanato é neste concelho um meio de subsistência.

Há ainda o património histórico como lugar de visita a oferecer como a Capela do Calvário - N^a Sr^a Madalena o ex-libris de Ferreira, o campo arqueológico, o museu com peças originais de Ferreira do Alentejo, etc.

10 - Havendo vontade da parte dos empresários com dinâmica, os apoios aparecerão e não faltarão desde que estes sejam viáveis para o

desenvolvimento económico da região existindo já programas e projectos a este tipo de actividades.

11- Sim. O Alqueva é um empreendimento importante para toda a região do Alentejo por ele próprio e por arrastamento. O concelho pela experiência que tem em termos de regadio é uma prova cabal daquilo que Alqueva pode introduzir em actividades económicas e sociais. Novas culturas vão aparecer com produções diferenciadas, em termos qualitativos e quantitativos, arrastarão indústrias agro-industriais. O Alqueva pode ser a alavanca fundamental para novos empreendimentos turísticos, actividades de lazer, desportos náuticos, e emprego a jovens.

12 - Não considero a actividade turística como alternativa de desenvolvimento, mas sim como uma actividade a inserir num meio que possa trazer valias alternativas e complementares. Ou seja no Baixo Alentejo uma só actividade não pode prevalecer mas sim manter as que se têm e tentar outras, complementares, e não substituir por outras que possam não ser eficazes.

Entrevista com o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira do Alentejo

1- É evidente que sim, o Baixo Alentejo tem características especiais que justificam plenamente a promoção do Turismo Rural como factor de desenvolvimento. Repare-se na crescente procura dos chamados “Montes Alentejanos”, esta procura maior é das pessoas que habitam nas grandes cidades.

2- Existem grandes potencialidades, que situadas no Baixo Alentejo, quer junto de Barragens, nomeadamente no que respeita ao nosso concelho, a Barragem de Odivelas que em nosso entender está manifestamente subaproveitada, com o complexo turístico e que se espera ter um desenvolvimento para o turismo rural .

3- Parece-nos que, em termos de Planeamento só muito recentemente as autarquias se começaram a sensibilizar para esse aspecto. Abstraindo alguns projectos já concretizados no âmbito do turismo rural de habitação desenvolvido por privados ou os poucos projectos existentes incluindo na zona periférica na Barragem de Odivelas, ainda se encontram numa fase muito embrionária. Cumpre ainda referir o projecto da chamada “praia fluvial de Odivelas”, que em nosso entender não nos parece adequado áquilo que pensamos sobre o verdadeiro turismo rural. Nesse sector pensamos que a ENATUR deveria avançar de forma decisiva com a implantação de equipamentos turísticos em zonas, e muitas existem no Baixo Alentejo, de grande interesse histórico e paisagístico como por exemplo: casos de Mértola e Mina de São Domingos.

4- Sim. O que decorre das considerações atrás referidas, potencializando desenvolvimento, emprego, reconvertendo actividades já decadentes, criando novos pólos de interesse, o turismo rural prosseguido de forma integrada,

tendo em conta a nossa ambiência característica poderá inverter a desertificação. Efectivamente existe, em todo o Baixo Alentejo e dentro desta região, as pequenas aldeias sistemáticamente abandonadas pela decadência agrícola e pela falta de alternativa em termos sócio-profissionais das camadas mais jovens.

5- Trata-se de uma questão que tem sido objecto de amplo debate ao nível dos especialistas da Sociologia Rural. Um turismo rural que respeite a nossa cultura, que é específica do Baixo Alentejo terá sempre as vantagens atrás referidas. Ao invés de um turismo “foclorico” e de circunstância para “inglês ver” trará as desvantagens de exibição de uma cultura artificial e contribuirá para a descredibilidade da região, pois não podemos entender o Baixo Alentejo como uma espécie de Jardim Zoológico onde os turistas vêm a assistir a um espectáculo organizado para o efeito de cante alentejano e de açorda.

6- As nossas realidades específicas no sentido de promover a divulgação do cante alentejano, referindo que já temos sete grupos no nosso concelho que vêm divulgando por todo o país uma expressão autêntica do cante alentejano, são organizados por jogos culturais temáticos em que se procura dar a conhecer a nossa realidade sócio-cultural.

7- Consideramos que sim, porque este concelho se situa no Baixo Alentejo, as nossas gentes respeitam e conservam as nossas tradições culturais e felizmente temos boas acessibilidades, pois como se diz na moda da nossa terra “Ferreira está no entroncamento: Algarve - Beja - Lisboa”.

8- Infelizmente apenas alguns que mantêm raízes nesta terra, e que a vêm visitar na altura das festas como o Natal, Páscoa, feira de Verão em Setembro.

9 - Para além do cante Alentejano, de elevada qualidade da nossa região, também o artesanato, cestos de Odivelas e enfim a gastronomia muito rica e conhecida, e ainda temos a tão conhecida linguiça caseira de Ferreira, são produtos que constituem o nosso pacote turístico.

10 - Todos os apoios, começando necessariamente por uma fase prévia, o levantamento de situações, de financiamento adequados e implementação de projectos que têm em conta o desenvolvimento integrado da nossa região respeitando obviamente a nossa cultura específica.

11- Sem dúvida, efectivamente que tal empreendimento, e tendo em conta que o nosso concelho irá ser o mais abrangido pelo plano de rega, é de vital importância na medida em que, além de potencializar desenvolvimento económico e agrícola da região, cria também postos de trabalho potencializando a reconversão agrícola, a implementação de agro-indústrias e trará sempre, e de forma reflexa, a dinamização de desenvolvimento turístico, especialmente aquele que é próprio das zonas próximas de lençóis de água importantes, pesca, desportos náuticos.

12- É claro que existem potencialidades como já referimos. Por isso à partida as perspectivas podem ser consideradas positivas, mas isto dependerá do envolvimento de todos os protagonistas envolvidos, isto é dos que projectam, dos que financiam e daqueles que procedem à prospectiva execução, deverá ser sempre integrado e coerente sob pena de se correrem os riscos conhecidos daquilo que se projecta e que depois não se sabe executar.

Entrevista ao Presidente da Câmara Municipal de Vidigueira

1- Pode contribuir para o desenvolvimento do Baixo Alentejo e, é importante que os espaços rurais inseridos em certas zonas do concelho da Vidigueira seja ajudado de todas as formas possíveis.

2- Sim. São imensas as potencialidades que devem ser aproveitadas e exploradas no sentido do desenvolvimento do turismo.

3- Sim, existem nomeadamente a paisagem, a riqueza relativa ao património arquitectónico e arqueológico, gastronomia, cultura específica dos alentejanos.

4- Sim. Porque para poder ajudar a fixação das pessoas, principalmente os mais jovens, e tentar equilibrar o histórico e o inovador. Para que o turismo seja considerado um factor importante, há que apostar num turismo de qualidade.

5- Vantagens são todas aquelas que o turismo possa trazer para que a região se desenvolva nos aspectos económicos, e sócio-culturais.

6 - Todos os projectos que têm existido no âmbito do turismo, a Câmara tem dado apoio a todos eles. Projectos com o IPAR que têm incentivado a apostado no turismo da região ou concelho, a título de exemplo temos as Ruínas de São Cucufate na freguesia de Vila de Frades. Arqueólogos da Câmara têm feito um trabalho interessante e divulgador das ruínas através também da Associação Gama.

7 - Temos óptimas condições no concelho para a possibilidade do desenvolvimento turístico, devido à paisagem natural que nos rodeia como a Serra de Portel, o Mendro e fronteira com o rio Guadiana.

8 - Os que estão interessados na gastronomia, no afamado vinho da Vidigueira, e na arqueologia. Os turistas que nos costumam visitar são na sua maioria estrangeiros, e por ano temos cerca de 2000 turistas a visitarem as Ruínas de São Cucufate, é o ex-libris do concelho da Vidigueira.

9 - A gastronomia alentejana como a açorda, as sopas de tomate, e de cação, o tradicional borrego assado no forno que é um dos pratos tradicionais do concelho, o vinho, o artesanato, tais como as mantas, o calçado, o queijo de ovelha, património edificado. Temos ainda anualmente duas feiras, uma no Verão em Julho e outra em Janeiro, onde se vende os produtos característicos da região do Baixo Alentejo.

10- Os apoios referentes à divulgação do concelho, face às suas potencialidades turísticas. É necessário que o estado faça investimentos no que é da sua responsabilidade para o melhor desenvolvimento local. Apoiar ainda o investimento dos empresários privados.

11- Penso que sim, que deve ser importante. O concelho da Vidigueira tem uma fronteira com o Guadiana de 25 Km ajuzante da Barragem do Alqueva e com Pedrogão, uma freguesia do concelho, o que pode ser benéfico em termos de regadio. É também possível neste açude uma pousada da juventude, instalação de uma pista de canoagem, desportos náuticos, o que vai encarecer toda esta zona possibilitando a prática do turismo.

12 - As perspectivas presentes são boas, e as futuras também serão ou ainda melhores, mas há que saber investir onde e como, e incentivar o poder central e local, através das autarquias para que esta aposta se possa tornar compensadora como alternativa de desenvolvimento.

Entrevista ao Presidente da EDIA - Beja

1- É evidente que a actividade turística pode contribuir para o desenvolvimento do Baixo Alentejo, desde que seja aproveitada e divulgada através de anúncios sobre o que existe, tal como o imobiliário, e explorações de empreendimentos ligados a esta actividade. Alqueva não é um empreendimento turístico por si só, atrai já algumas pessoas para um passeio turístico de fim de semana, mas não como actividade turística de massas. Será uma actividade que gera maior número de emprego, maior número de empresários que implantam negócios gerando desenvolvimento económico no sentido de promover a região.

2- Sim, existem potencialidades que podem fazer desenvolver o turismo tradicional, cultural e ambiental e outras novas vertentes ligadas a este sector. O Alentejo é um povo puro com valores muito raros: os cantares alentejanos a gastronomia, a paisagem alentejana e todo o seu historial.

3- Existem muito poucos ou nenhuns. Começam-se a desenhar algumas perspectivas, e oportunidades para o sector turístico.

4- É importante quando o turismo gerar postos de trabalho significativos e atrair as pessoas para investirem no sector turístico.

5- As vantagens assentarão no progresso e crescimento do Alentejo, tanto como desenvolvimento económico, cultural e social.

As desvantagens recairão se não houver um planeamento cuidado com regras impostas e exigíveis e, se esta actividade não for bem aproveitada e gerida.

6- A EDIA está com uma iniciativa ambiciosa de promover uma Associação de todos os municípios do distrito de Beja, e a finalidade nesta área de intervenção é no âmbito da promoção do Alentejo, incluindo a actividade

turística. Contudo a EDIA, per si, não tem perspectivas nos empreendimentos turísticos.

7- As condições são todas, desde o povo, o clima, a mesa alentejana, a boa hospitalidade, a paisagem. Falta a iniciativa empresarial no “arriscar” em empreendimentos turísticos.

8- Os turistas são na sua maioria caçadores, gente de passagem ou pessoas que visitam os seus familiares ou amigos, e ainda estrangeiros, os emigrantes e alguns espanhóis.

9- Além dos tradicionais produtos alentejanos, há ainda barragens, albufeiras, e o artesanato.

10- Todos os apoios directos ou indirectos são importantes e necessários para manter ou inovar esta actividade. Apoios de entidades privadas e públicas, da população em geral.

11- Sim. Criar oportunidades a vários níveis, na oferta de produtos de qualidade. Uma atitude activa dos apoios de várias iniciativas de parques de campismo, de diversão e lazer, desportos náuticos que poderão vir a subsistir.

12- As perspectivas presentes não são muitas, falta o espírito empresarial, mas futuramente o seu potencial é muito rico o que conduz a um maior alargamento dos espaços turísticos.

Entrevista com Empresário da Actividade Turística

1- Sim, nesta região existem potencialidade turísticas, mas que não são devidamente aproveitadas e divulgadas. Talvez devido a ser uma região do interior, o turismo não se faz sentir com muita frequência, muito embora usufrua de um património arquitectónico valioso, mas só isso não ajuda à sua divulgação.

2- O turismo seria um factor importante para reduzir essa desertificação, se com ele a taxa de desemprego reduzisse um pouco nesta região, surgindo empresas ou actividades no âmbito do turismo que empregasse uma boa parte da camada mais jovem, que são muitas das vezes obrigados a abandonar o Alentejo para outras zonas onde lhe facilitam mais um trabalho ou um emprego, até mesmo na área do turismo. Conheço-se muitos jovens e pessoas mais velhas que trabalham no Algarve, Lisboa, Costa Alentejana em restaurantes, comércio de venda de produtos turísticos e artesanato, casinos, etc.

3- As vantagens serão todas aquelas que tornem o desenvolvimento económico e social da região aumentar em virtude da actividade turística. Quanto às desvantagens seriam no sentido de através da actividade turística destruíssem o que de bom o Baixo Alentejo tem, a sua calma, o seu património natural.

4- Sim. Face à sua natureza de interior, de calma e sossego poderia existir um turismo rural de qualidade, oferecendo ao turista um clima de paz e descanso.

5 - Turistas de vários pontos do país, principalmente e com maior incidência do Norte, Espanhóis, Franceses e turistas de fim-de-semana.

6 - Temos a gastronomia alentejana que é afamada e considerada muito rica, sendo conhecida a nível nacional e Internacional, os vinhos da Vidigueira, os doces e bolos, o azeite,etc. Há ainda o artesanato que embora pouco desenvolvido já vão aparecendo uma “coisitas” muito engraçadas.

7 - Os apoios necessários deverão essencialmente financeiros por parte do governo que deveria investir mais nesta região em várias actividades em complementaridade com a agricultura, também os apoios a nível das autarquias e agentes económicos .

8 - Sim, a região tem poucas infra-estruturas a nível da indústria para a promoção dos produtos turísticos e sua feitura. Temos o exemplo do tão conhecido queijo de Serpa, mas a maioria dos produtores de queijo, tabalham ainda de forma muito tradicional, não tendo, como é óbvio, condições para se expandirem mais e melhorarem a sua pequena empresa.

9 - Mais actividades de lazer, iniciativas de animação cultural, colóquios e conferências importantes, espectáculos ao vivo com artistas famosos, mais exposições, ou seja, maior diversão cultural. Temos um parque aquático nas Neves que se encontra fechado, e que atrairia se calhar grande número de turistas para a zona de Beja, isto porque no Verão Beja fica completamente deserta, até mesmo a própria população passa as férias e fins-de-semana noutros sítios. Existe unicamente a Piscina Municipal como lugar de lazer e convívio.

ANEXO II
INDICADORES LOCAIS, REGIONAIS E NACIONAIS

Quadro 1
Variação da População da Região Alentejo
(1981-1991)

REGIÃO	População 1981	População 1991	Variação Absoluta (1981-1991)	Variação Relativa (1981-1991)
Alto Alentejo	135 852	128 687	-7165	-5,30%
Alentejo Central	180 480	173 216	-7264	-4,00%
Baixo Alentejo	158 957	143 020	-15937	-10,30%
Alentejo Litoral	103 141	98 519	-4622	-4,50%
Total da Região	578 430	543 442	-34988	-6,10%

Fonte: INE - Recenseamento dos Censos, 1981 e 1991.

Quadro 2
Variação da População dos Concelhos do Baixo Alentejo
(1981-1991)

CONCELHOS	População 1981	População 1991	Variação Absoluta (1981-1991)	Variação Relativa (1981-1991)
Aljustrel	12870	11990	-880	-6,80%
Almodôvar	10637	8999	-1638	-15,40%
Alvito	2968	2650	-318	-10,70%
Barrancos	2157	2052	-105	-4,90%
Beja	38246	35827	-2419	-6,30%
Castro Verde	7472	7762	290	3,90%
Cuba	5740	5494	-246	-4,30%
Ferreira do Alentejo	11244	10075	-1169	-10,40%
Mértola	11693	9805	-1888	-16,20%
Moura	19772	17549	-2223	-11,20%
Ourique	7969	6597	-1372	-17,20%
Serpa	20784	17915	-2869	-13,80%
Vidigueira	7405	6305	-1100	-14,90%
Baixo Alentejo	158957	143020	-15937	-10,30%

Fonte: INE - Recenseamento dos Censos, 1981 e 1991.

Quadro 3
População Residente e Componentes de Crescimento Demográfico do Baixo Alentejo

Zona Geográfica Concelhos de Residência Habitual em 1991/04/05	População Residente em 1991 HM	População Residente em 1981 HM	Crescimento Efectivo		Crescimento Natural		Crescimento Migratório	
	Valor	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	1	2	3	4	5	6	7	8
Baixo Alentejo	143020	158957	-15937	-10	-3229	-2	-12708	-8
Ajustrel	11990	12670	-880	-6,8	-222	-1,7	-658	-5,1
Almodôvar	8999	10637	-1638	-15,4	-282	-2,7	-1356	-12,7
Avito	2650	2958	-318	-10,7	-92	-3,1	-226	-7,6
Barrancos	2052	2157	-105	-4,9	-53	-2,5	-52	-2,4
Beja	35827	38246	-2419	-6,3	167	0,4	-2586	-6,8
Castro Verde	7762	7472	290	3,9	-304	-4,1	594	7,9
Cuba	5494	5740	-246	-4,3	-159	-2,8	-87	-1,5
Ferreira do Alentejo	10075	11244	-1169	-10,4	-11	-0,1	-1158	-10,3
Mértola	9805	11693	-1888	-16,1	-784	-6,7	-1104	-9,4
Moura	17549	19772	-2223	-11,2	-214	-1,1	-2009	-10,2
Ourique	6597	7969	-1372	-17,2	-423	-5,3	-949	-11,9
Serpa	17915	20784	-2869	-13,8	-598	-2,9	-2271	-10,9
Vidigueira	6305	7405	-1100	-14,9	-254	-3,4	-846	-11,4

Fonte: INE - Recenseamento dos Censos, 1981 e 1991

Quadro 4
População da Região do Baixo Alentejo e Alentejo por Escalões Etários (1981-1991)

REGIÕES	Escalões Etários					
	0 a 14 anos		15 a 64 anos		65 e mais anos	
	%		%		%	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Baixo Alentejo	21,4	17,6	61,6	62,2	16,9	20,3
Alentejo	20,8	17,5	63,2	63,2	16	19,3
Total do País	25,3	19,7	63,3	66,6	11,5	13,7

Fonte: INE - Recenseamento dos Censos, 1981 e 1991

Quadro 5
População dos Concelhos do Baixo Alentejo por Escalões Etários
(1981-1991)

REGIÕES	Escalões Etários		
	0 a 14 anos %	15 a 64 anos %	65 e mais anos %
Aljustrel	17,9	63,1	19
Almodôvar	17,8	62	20,2
Alvito	16,8	58,2	25
Barrancos	15,7	64,2	20,1
Beja	18,5	64,3	17,3
Castro Verde	17,6	61,5	20,9
Cuba	17	60,5	22,5
Ferreira do Alentejo	18,3	62,3	19,5
Mértola	15,3	57,9	26,8
Moura	18,9	60,7	20,4
Ourique	14,6	61,1	24,4
Serpa	16,8	62,8	20,4
Vidigueira	16,9	60,9	22,2
Baixo Alentejo	17,6	62,2	20,3

Fonte: INE - Recenseamento dos Censos, 1981e1991

Quadro 6
População Activa por Sector de Actividade Económica do Baixo Alentejo
em 1994

INDICADORES	Baixo Alentejo
Emprego no Sector Primário	25%
Emprego no Sector Secundário	22%
Emprego no Sector Terciário	53%

Fonte: Ministério do Emprego e Segurança Social, 1996

Quadro 7
População Residente por Grupo Etários e Sexo da Área Geográfica
Estudada
(1981-1991)

Área Geográfica (Baixo Alentejo)	Grupo Etários e Sexo											
	0-14			15-24			25-64			65 ou mais		
	HM	H.	M.	HM:	H.	M.	HM.	H.	M.	HM.	H.	M.
Alvito	444	229	215	288	157	131	1256	614	642	662	302	360
Beja	6620	3348	3272	5150	2611	2539	17876	8719	9157	6181	2550	3631
Cuba	935	479	456	677	347	330	2646	1309	1337	1236	566	670
Ferreira do Alentejo	1841	929	912	1336	686	650	4938	2461	2477	1960	906	1054
Vidigueira	1063	535	528	756	406	350	3085	1546	1539	1401	631	770
Total	10903	5520	5383	8207	4207	4000	29801	14649	15152	11440	4955	6485

Fonte: CCRA, 1996

Quadro 8
População Residente e População Presente no Concelho de Alvito em
1991

ZONA GEOGRÁFICA	População Residente			População Presente		
	HM	H	M	HM	H	M
Alvito	1378	665	713	1364	657	707
Vila Nova da Baronia	1272	637	635	1255	625	630
Total	2650	1302	1348	2619	1282	1337

Fonte: INE - Recenseamento da População em 1991

Quadro 9
População Activa por Actividade Económica do Concelho de Alvito em 1994

Sector de Actividade	Escalões Dimensionais				
	0 a 9	10 a 499	500 e +	Total	%
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	40	22	..	62	21.9
Indústrias Transformadoras	20	20	..	40	14.1
Construções e Obras Públicas	..	8	..	8	2.8
Comércio e Hotelaria	26	27	9.5
Transportes, Armazenagem e Comunicações	11	11	3.8
Bancos, Seguros, OSI e SPEM	..	3	12	15	5.3
Serviços Prestados à Colectividade e Serviços Sociais e Pessoais	5	114	..	119	42
Todas as actividades	91	168	24	283	100

Fonte: Ministério do Emprego e Segurança Social, 1996

Quadro 10
População Residente e População Presente no Concelho de Beja em 1991

ZONA GEOGRAFICA	População Residente			População Presente		
	HM	H	M	HM	H	M
Albernoa	953	461	492	912	429	483
Baleizão	1236	603	633	1224	596	628
Beja (S. João Baptista)	5774	2749	3025	6588	3366	3222
Beja (Salvador)	5412	2590	2822	5387	2559	2828
Beja (Santiago Maior)	7331	3477	3854	7774	3696	4078
Beja (St ^a . M ^a . da Feira)	3544	1670	1874	3636	1694	1942
Beringel	1729	807	922	1710	794	916
Cabeça Gorda	1621	795	826	1560	745	815
Mombeja	510	263	247	494	255	239
Nossa S ^a . das Neves	2147	1064	1083	2135	1053	1082
Quintos	470	233	237	465	230	235
S. Brissos	136	68	68	317	249	68
S. Matias	753	355	398	718	340	378
Salvada	1410	707	703	1423	708	715
Santa Clara do Louredo	884	438	446	876	434	442
Santa Vitória	817	399	418	806	389	417
Trigaches	662	335	327	637	316	321
Trindade	438	214	224	430	209	221
Total	35827	17228	18599	37092	18062	19030

Fonte: INE - Recenseamento da População em 1991

Quadro 11
População Activa por Actividade Económica no Concelho de Beja em 1994

Sector de Actividade	Escalões Dimensionais				
	0 a 9	10 a 499	500 e +	Total	%
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	637	318	..	955	15
Indústrias Extractivas	..	9	..	9	0.1
Indústrias Transformadoras	172	401	6	579	9.1
Electricidade, Gás e Água	156	156	2.4
Construções e Obras Públicas	82	300	68	450	8.9
Comércio e Hotelaria	915	1127	176	2218	34
Transportes, Armazenagem e Comunicações	10	19	451	480	7.5
Bancos, Seguros, OSI* e SPEM**	56	100	295	451	7
Serviços Prestados à Colectividade e Serviços Sociais e Pessoais	304	742	17	1063	16
Todas as actividades	2176	3016	1169	6361	100

Fonte: Ministério do Emprego e Segurança Social, 1996

Quadro 12
População Residente e População Presente no Concelho de Cuba em 1991

ZONA GEOGRÁFICA	População Residente			População Presente		
	HM	H	M	HM	H	M
Cuba	3428	1696	1732	3406	1686	1720
Faro do Alentejo	664	321	343	657	315	342
Vila Alva	696	352	344	661	328	333
Vila Ruiva	706	332	374	685	316	369
Total	5494	2701	2793	5409	2645	2764

Fonte: INE - Recenseamento da População em 1991

Quadro 13
População Activa por Actividade Económica no Concelho de Cuba em 1994

Sector de Actividade	Escalões Dimensionais				
	0 a 9	10 a 499	500 e +	Total	%
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	77	47	..	124	28,6
Indústrias Transformadoras	30	15	..	45	10,3
Electricidade, Gás e Água	4	4	0,9
Construções e Obras Públicas	12	21	..	33	7,6
Comércio e Hotelaria	66	10	..	76	17,5
Transportes, Armazenagem e Comunicações	2	..	22	24	5,5
Bancos, Seguros, OSI e SPEM	12	6	15	33	7,6
Serviços Prestados à Colectividade e Serviços Sociais e Pessoais	14	79	1	94	21,7
Todas as actividades	213	178	42	433	100

Fonte: Ministério do Emprego e Segurança Social, 1996

Quadro 14
População Residente e População Presente no Concelho de Ferreira do Alentejo em 1991

ZONA GEOGRÁFICA	População Residente			População Presente		
	HM	H	M	HM	H	M
Alfundão	1065	524	541	1043	511	532
Canhestros	660	329	331	655	325	330
Ferreira do Alentejo	5277	2580	2697	5202	2533	2629
Figueira dos Cavaleiros	1753	878	875	1699	839	860
Odivelas	837	424	413	793	384	409
PeroGuarda	483	247	236	469	237	232
Total	10075	4982	5093	9861	4829	4992

Fonte: INE - Recenseamento da População em 1991

Quadro 15
População Activa por Actividade Económica no Concelho de Ferreira do Alentejo em 1994

Sector de Actividade	Escalaões Dimensionais				
	0 a 9	10 a 499	500 e +	Total	%
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	216	329	..	545	54,1
Indústrias Transformadoras	59	39	..	98	9,7
Electricidade, Gás e Água	5	5	0,4
Construções e Obras Públicas	16	20	..	36	3,5
Comércio e Hotelaria	119	42	..	161	15,9
Transportes, Armazenagem e Comunicações	5	..	19	24	2,3
Bancos, Seguros, OSI e SPEM	16	12	20	48	4,7
Serviços Prestados à Colectividade e Serviços Sociais e Pessoais	39	51	..	90	8,9
Todas as actividades	470	493	44	1007	100

Fonte: Ministério do Emprego e Segurança Social, 1996

Quadro 16
População Residente e População Presente no Concelho de Vidigueira em 1991

ZONA GEOGRÁFICA	População Residente			População Presente		
	HM	H	M	HM	H	M
Pedrógão	1193	589	604	1144	556	588
Selmes	1196	594	602	1158	572	586
Vidigueira	2865	1426	1439	2815	1388	1427
Vila de Frades	1051	509	542	1041	495	546
Total	6305	3118	3187	6158	3011	3147

Fonte: INE - Recenseamento da População em 1991

Quadro 17
População Activa por Actividade Económica no Concelho de Vidigueira em 1994

Sector de Actividade	Escalões Dimensionais				
	0 a 9	10 a 499	500 e +	Total	%
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	102	65	..	167	34
Indústrias Transformadoras	25	50	..	75	15,3
Electricidade, Gás e Água	4	4	0,8
Construções e Obras Públicas	14	..	4	18	3,6
Comércio e Hotelaria	69	59	..	128	26,1
Transportes, Armazenagem e Comunicações	2	..	8	10	2
Bancos, Seguros, OSI e SPEM	..	9	14	23	4,7
Serviços Prestados à Colectividade e Serviços Sociais e Pessoais	13	51	..	64	13
Todas as actividades	225	234	30	489	100

Fonte: Ministério do Emprego e Segurança Social, 1996

Quadro 18
Capacidade de Alojamento da Área Geográfica Estudada

Região	Dormidas	Capacidade	Camas na	Capacidade	Parq. Camp.
	Hote. Global	Alojamento	Hot. Global	Alojamento	Nº. (Capacid.
	1992	Hot. Global	por 100 Hab.	Tur. Esp. Rur.	Autorizada)
		1995	1995	1995	1995
Baixo Alentejo	64988	834	0,59	52	3 (620) (a)
Alvito	0	40	1,51	29	1 (480)
Beja	41308	414	1,18	27	1 (140)
Cuba	IC	0	0	0	0
Ferreira do Alentejo	IC	111	1,1	0	0
Vidigueira	IC	15	0,24	0	0

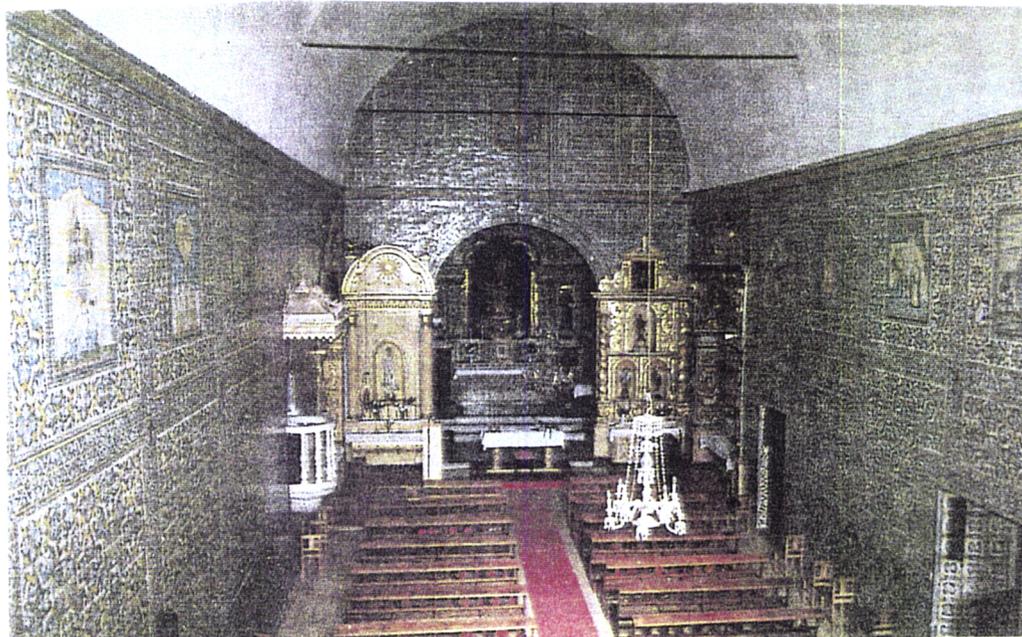
Fonte: INE - Estatísticas do Turismo, 1996

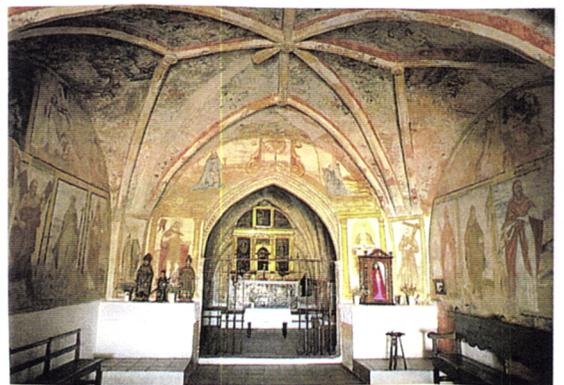
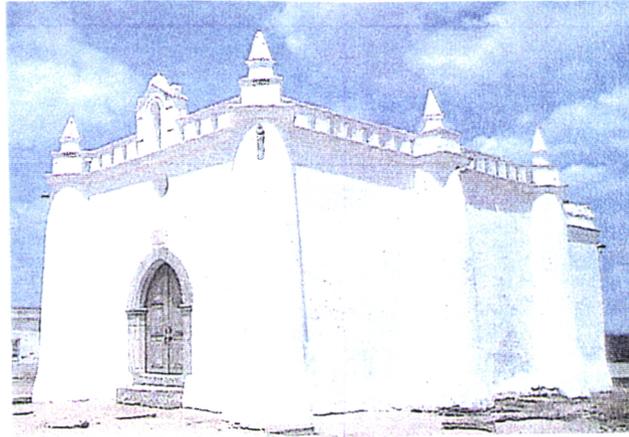
a)- não corresponde ao total da capacidade existente, por falta de informação disponível

IC - informação confidencial

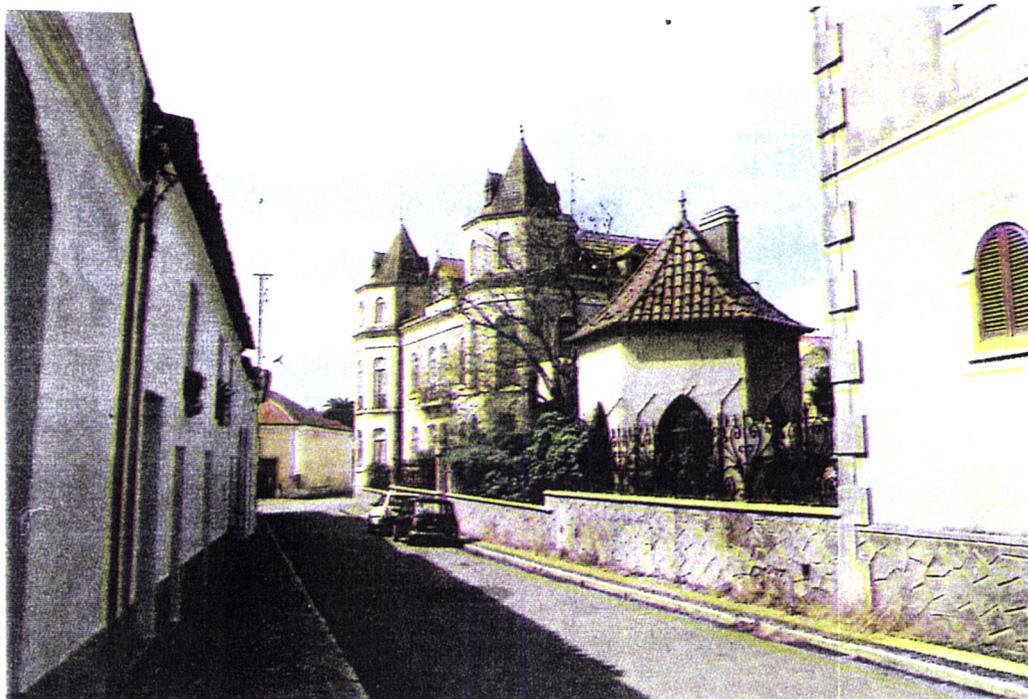
ANEXO III
POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

ASPECTO EXTERIOR E INTERIOR DE IGREJAS DO BAIXO ALENTEJO





CASAS DE HABITAÇÃO (desabitadas)





AZULEJARIA ALENTEJANA

